



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PROPGeo**

KARLOS MARKES NUNES PARENTE

**ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE LAZER E TURISMO NA
ORLA OESTE DE FORTALEZA: Embates políticos e
contradições socioespaciais**

**FORTALEZA – CE
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PROP GEO**

KARLOS MARKES NUNES PARENTE

**ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE LAZER E TURISMO NA
ORLA OESTE DE FORTALEZA: Embates políticos e
contradições socioespaciais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia. Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

FORTALEZA – CE
2012



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome da Dissertação: “Espaços Públicos e Privados de Lazer e Turismo na Orla Oeste de Fortaleza: Embates Políticos e Contradições Socioespaciais.”

Data da Defesa: 15/03/2012

Nome do Autor: Karlos Markes Nunes Parente

Nome do Orientador: Prof^a. Dr^a. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Luzia Neide M. T. Coriolano (Orientadora - UECE)

Prof^a. Dr^a. Iná Elias de Castro (UFRJ)

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (UFC)

Ao meu amor Camylla Ricarte, família e amigos que tanto contribuem para meu crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade da vida e saúde necessária para tocar sonhos e realizações dessa importância.

Aos meus pais José Marcio M. Parente e Olimpia Maria N. Parente e meus avós José Nunes, Heliane Nunes e Aura Moreira pelos incentivos e valores ensinados a mim no curso da vida. Pela educação e dedicação que me possibilitaram enxergar a necessidade de se está sempre buscando os melhores caminhos e enfrentando desafios. Aos meus tios e padrinhos Francisco Joseni e Idelzuite Nunes (Zuita), por terem complementado minha educação, sempre com paciência e carinho, como se fossem meus segundos pais. À tia Isolda Parente, pelos conselhos e ajudas precisos e cuidadosos. Ao espírito nobre e atenção de meu irmão Jean Marcell, que contribuiu diretamente com esta pesquisa, cedendo dados, abrindo discussões e fazendo reflexões pertinentes que me ajudaram a visualizar melhor o objeto de estudo e à minha irmã Eliane Maria pelo apoio e carinho de sempre.

À minha namorada e companheira Camylla Ricarte, pelo amor dedicado a nossa relação, cumplicidade e incentivos diários. Pela paciência e apoio que ajudaram a iniciar mais um importante ciclo de minha vida. Pelas idéias claras sobre o objeto estudado nesta pesquisa, visão de mundo, companhia nas visitas de campo e contribuições ao meu português.

À generosidade e visão da orientadora Luzia Neide Coriolano, que competentemente trabalha este tema e orienta a pesquisa da iniciação científica ao programa de pós-graduação e, com carinho de mãe e olhos atentos, por vezes severos, lapida pacientemente esta pesquisa. Pelas horas devotadas ao estudo, dentro e fora de sala, sempre incansáveis e disciplinadas e principalmente pela confiança dedicada a mim.

Aos meus amigos David Cabral, Marcio Benevides, Patrick Walsh Netto, André (Socó), Josenilo Fonteles, Airton Noir Nepomuceno, Rodrigo Lucena, Alexandre Sabino, Leyr Lucas, Jaderson Nobre, Marcellus Frota, Gabriela

Parente, Daniel Parente, Luciana Maciel, Andrea Venini Falconi e Vanessa Venini Falconi, Karla Melo, Raphaela Pessoa (Rafinha), Aninha Albuquerque, Rodrigo Queiroz (Mossoró), Priscila Romcy, Átila de Menezes, André (Bicho), Clarissa Aragão, Emersson Filho, Juliana Veras, Immanuel Lima, Arianne e Brendan MacKay, por terem sempre sido companheiros acadêmicos e de vida, percorrendo comigo caminhos em comum, me transmitindo confiança.

Aos professores Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas e Dra. Iná Elias de Castro pela presença na banca de defesa e essenciais contribuições a essa dissertação. Agradeço à professora Dra. Fernanda Maria Abreu Coutinho pela contribuição e cuidados na correção ortográfica e ao professor Dr. Sânzio de Azevedo pela generosidade em atender a solicitação de correção tão gentilmente. Aos professores a quem sou grato pela inspiração e gosto pela Geografia, Dr. Otávio José Lemos Costa, que me recebeu em seu laboratório, no qual me dediquei dois semestres também como monitor da disciplina de Geografia Humana do Brasil, onde me foram apresentadas obras e autores instigantes. Ao Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos, Dr. Christian Denny Monteiro Oliveira e Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro pelas contribuições, discussões, oportunidades, ensinamentos e apoio a esta empreitada, muitos, desde a graduação. Ao CNPq pelo incentivo à ciência e bolsa que financiou e tornou possível a realização desta pesquisa.

“O primeiro homem que, havendo cercado um pedaço de terra, disse: isso é meu, e encontrou pessoas tolas o suficiente para acreditarem nas suas palavras, este homem foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassínios, de quantos horrores e misérias não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando os marcos, ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: livrem-se de escutar esse impostor, pois estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!”

Jean Jacques Rousseau

RESUMO

A dissertação tem como tema ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE LAZER E TURISMO NA ORLA OESTE DE FORTALEZA: Embates políticos e contradições socioespaciais e como foco de investigação a parte da orla entre o Centro Histórico e a Barra do Ceará, designado Orla Oeste, inserido no contexto urbano da cidade. Objetiva-se analisar a reestruturação espacial da orla marítima de Fortaleza a partir de políticas públicas e privadas de lazer e turismo. Estuda-se os rebatimentos socioespaciais manifestados na Orla Oeste como consequência do processo de modernização da Metrópole. Verifica-se a saturação por uso e ocupação da orla leste turistificada pressionando usos e elevação do preço da terra em áreas litorâneas e a incorporação de espaços de reserva a oeste, com a emergente força da especulação imobiliária. Constata-se expansão urbana em direção oeste como prolongamento da Orla Leste, com reordenamento territorial e reacomodação de grupos sociais. Optou-se pela metodologia crítica, adotando categorias do materialismo histórico, evitando fazer dicotomias e entendendo a realidade como totalidade. Argumentos se fundamentam em teóricos e teorias que adotam visões críticas. Categorias básicas de análise geográfica foram utilizadas, bem como conceitos de Estado, espaços públicos e privados, políticas públicas e privadas, segregação socioespacial, lazer e turismo. Realizaram-se pesquisas institucionais, *online* e visitas de campo, com aplicação de entrevistas e observações *in loco* com registros fotográficos. A integração da orla de Fortaleza projetada há anos passa agora para uma fase mais determinada. O Plano Diretor Participativo abre espaço a mudanças e ao modelo competitivo da racionalidade de mercado. Conclui-se que a súbita agilidade do Projeto Vila do Mar resulta da proximidade da Copa do Mundo de 2014, que pressiona a reestruturação da Orla Oeste. Jogos políticos respondem a interesses externos à política urbana de Fortaleza, que prepara a Metrópole, vista como mercadoria. A integração da Orla Leste a Oeste também contempla o Pólo Piloto do PRODETUR, revelando intencionalidades das mudanças urbanas. Assim, apesar da pobreza, os empreendimentos imobiliários crescem em direção oeste.

Palavras Chave: Estado, Políticas Públicas e Privadas, Lazer, Turismo.

ABSTRACT

The essay theme is FORTALEZA WEST COAST PRIVATE AND PUBLIC SPACES FOR LEISURE AND TOURISM : Political crashes and sociospatial contradictions and as the main focus of investigation the West Coast area between the Historical Center and Barra do Ceara, designated West Coast, inserted in the city urban context. The objective is to analyse Fortaleza coastline spatial restructure from leisure and tourism private and public politics. We study the sociospatial repercussions manifested in the West Coast as a result of the Metropolis modernisation process. We verify that saturation by use and occupation of the touristified West Coast area pressuring an increase in the coastal land price and the incorporation of West reserve areas, with the emergent force of real estate speculation. Notes to urban expansion to the west as an extension of the west coast, with territorial reordering and social groups rearrangement. We opted for the critical methodology, adopting categories of historical materialism, avoiding dichotomies and understanding reality as a whole. Arguments are based in theoretical and theories that take critical views. Basic categories of geographic analysis were used, as well as State concepts, public and private spaces, public and private policies, sociospatial segregation, leisure and tourism. There were institutional research, online and field visits, use of interviews and in loco observations with photographic records. The integration of Fortaleza coast which was designed years ago is going through a more vigorous phase. The Participative Master Plan open space to changes and the competitive model of the market rationality. It is concluded that the sudden agility of Vila do Mar Project results from the proximity of the 2014 World Cup, which presses the restructuring of the West Coast. Political games answer to interests outside Fortaleza urban policy, which prepares the metropolis, seen as a commodity. The integration of East and West Coast also contemplates the Polo Piloto of PRODETUR, revealing intentions of urban change. Thus, despite the poverty, the real estate grow westward.

Keywords: State, Private and Public Politics, Leisure, Tourism.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO	16
1. POLÍTICAS URBANAS E PRODUÇÃO ESPACIAL NA METRÓPOLE	24
1.1. Relação Público - Privada na Produção do Espaço	37
1.2. Privatização do Público e <i>Publicização</i> do Privado	45
1.3. Estado, Poder e Normatização Espacial na Cidade	48
1.4. Espaço Urbano, Prática da Democracia	54
1.5. Uso e Ocupação de Espaços Públicos	58
1.6. Mudanças de Diretrizes Políticas: Modernização e Turismo	64
2. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE LAZER E TURISMO NA ORLA MARÍTIMA DA METRÓPOLE	78
2.1. Organização Territorial de Fortaleza	82
2.2. Segregação Socioespacial e Turismo na Cidade	95
2.3. Lazer, Turismo e Consumo de Espaços na Metrópole	99
3. ORLA OESTE: ESPAÇO DE RESERVA EM EMERGÊNCIA	104
3.1. Urbanização da Orla de Fortaleza: Embates Políticos	111
3.2. Do Projeto Costa Oeste ao Projeto Vila do Mar	117
3.3. A Metamorfose da orla Oeste e o Olhar das Comunidades	126
4. CONCLUSÃO	132
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	136

LISTA DE SIGLAS

APPs – Área de Preservação Permanente

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

HABITAFOR - Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

JPEG – Joint Photographic Experts Group

METROFOR – Metrô de Fortaleza

MLB - Movimento de Lutas nos Bairros

MLDM - Movimento de Luta em Defesa da Moradia

MTUR – Ministério do Turismo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDPFOR – Plano Diretor Participativo de Fortaleza

PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza

PRODETUR - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo

PRODETURIS - Programa de Desenvolvimento do Turismo

SDLR - Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional

SECOM - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

SEINF – Secretaria de Infraestrutura

SEMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SER – Secretaria Executiva Regional

SETUR – Secretaria de Turismo

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos

WAV – Waveform Áudio

ZO - Zona de Orla

ZOP - Zona de Ocupação Preferencial

ZRU - Zona de Requalificação Urbana

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - MAPA DE DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE FORTALEZA	25
FIGURA 02 - BEIRA MAR. PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO	26
FIGURA 03 - MAPA DE VERTICALIZAÇÃO DE FORTALEZA	27
FIGURA 04 - ORLA OESTE E ORLA LESTE: TIPOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO À BEIRA-MAR NA CIDADE DE FORTALEZA	37
FIGURA 05 - BARRACAS DE PRAIA DA AV. LESTE-OESTE – ORLA OESTE	44
FIGURA 06 - BARRACAS NA ORLA DO RIO CEARÁ E PRAIA, NO BAIRRO BARRA DO CEARÁ – ORLA OESTE	46
FIGURA 07 - BAIRRO BARRA DO CEARÁ: COMÉRCIO DE PEQUENO PORTE AO LONGO DA AV. LESTE-OESTE – SETOR OESTE DE FORTALEZA	50
FIGURA 08 - ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA - FAVELA MOURA BRASIL – ORLA OESTE	51
FIGURA 09 - ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA - PRÉDIOS ABANDONADOS ENTRE CENTRO, FAVELA MOURA BRASIL E AV. LESTE-OESTE	57
FIGURA 10 - PONTE JOSÉ MARTINS RODRIGUES – RIO CEARÁ, ORLA OESTE	61
FIGURA 11 - MAPA DE ZONEAMENTO URBANO	63
FIGURA 12 - MAPA DE RENDIMENTO MENSAL POR BAIRRO	69
FIGURA 13 - AVANÇO DE SETOR IMOBILIÁRIO SOBRE A ORLA OESTE. CONDOMÍNIO NAVEGANTES, BAIRRO DE JACARECANGA	70
FIGURA 14 – PUBLICIDADE I DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO, JACARECANGA - ORLA OESTE	71
FIGURA 15 – PUBLICIDADE II DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO, JACARECANGA - ORLA OESTE	72
FIGURA 16 - BAIRRO PIRAMBÚ – EFLUENTE COM PRESENÇA DE RESÍDUOS RESIDENCIAIS DESPEJADOS DIRETAMENTE NO MAR	75

FIGURA 17 – EFLUENTE	75
FIGURA 18 - RUA SENADOR ROBERT KENNEDY, BAIRRO CRISTO REDENTOR – DEPÓSITO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESIDENCIAIS	76
FIGURA 19 - PRAIA DE IRACEMA NA DÉCADA DE 1930	85
FIGURA 20 - CARTOGRAMA DA ORLA MARÍTIMA DE FORTALEZA	86
FIGURA 21 - MURO DA ESCOLA DE APRENDIZES DE MARINHEIRO – AV. LESTE-OESTE	87
FIGURA 22 - PORTO DO MUCURIBE – TERMINAL DE ATRACAÇÃO	88
FIGURA 23 - ESCOMBROS DA FABRICA PHILOMENO GOMES – JACARECANGA	90
FIGURA 24 - ORLA LESTE - BEIRA MAR: INFRAESTRUTURAS PARA LAZER E TURISMO	92
FIGURA 25 - TABELA DE PREÇOS DE IMÓVEIS POR METRO QUADRADO NA ORLA OESTE DE FORTALEZA	93
FIGURA 26 - ORLA LESTE – PRAIA MANSA	97
FIGURA 27 - ORLA OESTE. ÁREAS PRIVATIVAS DA PRAIA FORMOSA	102
FIGURA 28 - PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DO BAIRRO JACARECANGA	108
FIGURA 29 - PROJETO VILA DO MAR, PAVIMENTAÇÃO. BAIRRO CRISTO REDENTOR – ORLA OESTE	108
FIGURA 30 - CONJUNTOS RESIDENCIAIS NO BAIRRO DE JACARECANGA – ORLA OESTE	110
FIGURA 31 - TABELA DE FLUXO TURÍSTICO- FORTALEZA-CE	113
FIGURA 32 - “AREIA GROSSA”, PIRAMBU – ORLA OESTE	120
FIGURA 33 - PLACA DE OBRAS, PROJETO VILA DO MAR – ORLA OESTE	122
FIGURA 34 - UNIDADES HABITACIONAIS, AV. FRANCISCO SÁ - ÁLVARO WEYNE	123

FIGURA 35 - PROJETO VILA DO MAR, TRECHO URBANIZADO –
ORLA OESTE

FIGURA 36 - TRECHO NÃO URBANIZADO, PIRAMBU – ORLA
OESTE

128

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - PREÇO DO IMÓVEL POR METRO QUADRADO –
COMPARATIVO: ORLA LESTE E OESTE DE FORTALEZA

93

TEBELA 02 - DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA – PERÍODO
DE JANEIRO À MAIO DE 2011

113

INTRODUÇÃO

Esta dissertação intitulada *Espaços Públicos e Privados de Lazer e Turismo na Orla Oeste de Fortaleza: Embates Políticos e Contradições Socioespaciais* tem como objeto de análise a metrópole litorânea, com foco na orla da cidade. Estudam-se as transformações ocorridas pelo uso e ocupação da orla marítima de Fortaleza, especificamente na porção oeste da metrópole, espaço de reserva do capital, que emerge e passa a ser requalificada, com aparatos urbanos dominando toda a orla. As políticas públicas e privadas promovidas por agentes produtores do espaço são fundamentais para compreender o objeto da investigação e elaborar os questionamentos. Parte-se do pressuposto de que há conflitos de interesses, que envolvem as esferas públicas e privadas, no processo de produção desigual da orla marítima da cidade, e assim levantam-se discussões pertinentes ao alcance das políticas territoriais da cidade. Conflitos de interesses investigados nesta dissertação denotam formas de apropriação espacial da orla, nas quais a porção oeste se apresenta como espaço de reserva do capital, em contraposição à porção leste, que se caracteriza como espaço de turismo globalizado e modernizado.

Analisa-se as tensões sociais produzidas pelo avanço do turismo e da especulação imobiliária sobre o espaço de reserva da cidade, e questionam-se o público e o democrático, como necessidades básicas e direito. Os enclaves socioespaciais, ou “bolsões” de pobreza, em bairros elitizados, e os equipamentos de luxo, em bairros populares, são indicativos da produção desigual e combinada do espaço, tendo os promotores da segregação socioespacial destaque na indução de conflitos políticos na metrópole. Analisa-se espaços públicos e privados de lazer e políticas territoriais de turismo, que incidem sobre a orla marítima de Fortaleza, como decorrência da modernização da metrópole. Identificam-se os espaços públicos e privados de lazer e turismo para compreender as contradições socioespaciais. Estuda-se a segregação socioespacial, a partir de políticas de apropriação espacial e de uso e ocupação do solo urbano.

A pesquisa toma como referência os últimos trinta anos da prática de lazer, turismo e negócios imobiliários, que se reproduzem velozmente para atender às demandas específicas na capital cearense. O desenvolvimento dessas atividades ganha amplitude por apresentar rendimentos, muitas vezes maiores que as atividades tradicionais do mercado. O turismo passa a produzir espaços e a desenvolver economias, atraindo o interesse de grupos empresariais, de promotores imobiliários e do Estado. Esse fenômeno ocorre também em pequenos lugares, especialmente em bairros e comunidades tradicionais, que passam a promover o turismo de base local, em contraponto ao convencional, dito globalizado, ditado por outros interesses. Assim, o turismo, e outras atividades modernas da economia, reestruturam a cidade, tendo grande destaque de serviços.

Investigar Fortaleza moderna, em especial a orla marítima, espaço privilegiado da cidade, implica aprofundar o conhecimento sobre o objeto da pesquisa e investigar jogos de interesses, conflitos e contradições, muitos deles comuns às grandes metrópoles, bem como conhecer as racionalidades estabelecidas na fusão da cultura litoral/sertão, assim como as transformações de paisagens urbanas, a fim de compreender o papel de agentes produtores do espaço. A capital possui fortes marcas de ruralidade, o que a torna diferente das demais metrópoles brasileiras. O binômio gado-algodão traça caminhos no Ceará, estabelecendo tessituras urbanas entre semiárido e litoral.

A capital cresce em descompasso com o sertão ou interior, impondo centralidade às demais cidades do estado. A explosão populacional incha a metrópole e cria reserva de trabalhadores, que não conseguem colocação no mercado. As políticas públicas mostram-se ineficazes diante dos problemas socioeconômicos e mudanças pelas quais passa a metrópole. A expansão urbana incorpora novas áreas à malha urbana. A saturação da orla leste da cidade explica o avanço em direção à orla oeste, com a arrancada dos setores imobiliário e turístico, que se articulam e assumem a liderança no processo de incorporação de espaços. Fenômeno recente como a produção de condomínios de alto padrão, a instalação de equipamentos de lazer e turismo em direção à orla oeste fazem parte da reestruturação urbana, assumida pela

iniciativa privada, com respaldo do Estado, como perspectiva de acumulação de capital, impostos e divisas.

Empresários do setor imobiliário, turismo e lazer, interessados em se estabelecer onde o valor da terra é menos elevado, procuram, cada vez mais, a orla oeste, avançando sobre áreas menos cotadas, produzindo enclaves. Hotéis, clubes e condomínios de grande notabilidade instalam-se nesta área, visando a atrair os que habitualmente frequentam a orla leste e, ao mesmo tempo, expandem os negócios em direção à orla oeste, pagando menos pelo valor da terra ao saírem de bairros elitizados.

Estratégias de grupos dominantes revelam o caráter mercadológico, que envolve a prática do lazer e turismo na metrópole cearense, usando como pano de fundo a beleza das praias que vão sendo privatizadas. Assim, o lazer perde o caráter de necessidade básica, para transformar-se em mero consumo produzido pela iniciativa privada, comercializado como mercadoria. As responsabilidades com a prática do lazer, como direito de todos, vão sendo transferidas para empresas privadas, quando se intensifica o crescente processo de exclusão socioespacial, visto que, aos poucos, moradores tradicionais vão perdendo acesso aos espaços, que são tecnificados e elitizados, mesmo aqueles que são públicos. Verifica-se que, o que ocorre em relação à moradia e ao trabalho, acontece também em relação ao lazer, contribuindo para a diminuição da qualidade de vida urbana, dos direitos sociais e da cidadania, deixando a cidade de ser direito de todos.

Praias, bairros e comunidades, estabelecidas na orla oeste de Fortaleza, concentram diversidade de sujeitos sociais, por vezes de interesses conflitantes. Esta porção da cidade, evidenciada por uma majestosa beleza natural, com presença do mar e do estuário do Rio Ceará, manguezais e dunas, passa a ser incorporada ao litoral rico e cuidado com recentes investimentos imobiliários na região, sendo também alvo de diferentes projetos urbanísticos. Bairros como Centro, Jacarecanga e Monte Castelo, que circundam a orla oeste, possuem arquitetura, que remete a períodos pretéritos, de valor histórico, evidente em casarões que resistem ao tempo.

A partir dessa conjunção de fatores, a orla oeste passa a constituir um *locus* privilegiado de representações culturais, embates políticos e contradições socioespaciais. Os fenômenos que se desdobram na orla oeste repercutem na metrópole, por serem resultante de jogos de interesses e de processos, que se dão contraditoriamente. A força do capital imobiliário, aliada ao potencial paisagístico da orla, põe esta parte da cidade na mira de especulações, que, lentamente, a transformam no prolongamento da orla leste, e, assim, toda a orla passará a ser urbanizada para consumo de lazer e turismo na capital, direcionada a empreendimentos turísticos, embora permeada por comunidades de baixo poder aquisitivo, pela violência e por uma gama de contradições. A especulação imobiliária, na porção oeste da cidade, especialmente na orla marítima, causa impactos, aceleração do consumo do espaço, gerando problemas que envolvem moradores, especuladores e consumidores.

Políticas públicas e privadas viabilizam a requalificação com processos, que alteram paisagens e impactam sobre a vida dos sujeitos envolvidos, o que justifica a relevância desta investigação. O processo de transformação da orla oeste instiga reflexões acerca do uso e ocupação do espaço, que se dão de acordo com conveniências políticas que, não por acaso, interessam aos empresários do setor imobiliário, de entretenimento e de turismo. Os bairros e as comunidades carentes estão sendo empurrados para as periferias mais distantes, enquanto prédios e *shopping centers* vão sendo construídos. A parceria entre governos e empresários facilita a construção de equipamentos privados de alto padrão, que são beneficiados com a infraestrutura pública. Embora tais benefícios sejam incipientes em favelas e comunidades de baixo poder aquisitivo, chegam rapidamente para dar suporte à instalação de grandes empreendimentos.

Fortaleza é uma metrópole híbrida, multifacetada, permeada por conflitos de interesses e contradições típicas da sociedade moderna. Simultaneamente, é lugar de moradia, de morar bem, de lazer, de turismo e de esperança e luta pela terra para moradia, trabalho e melhores condições de vida de migrantes que chegam do interior e de outros estados. Contraditoriamente, a metrópole turística de bairros ricos é também lugar de pobreza e miséria para os que têm limitado acesso às benesses das políticas

públicas e privadas. Esses acabam produzindo outras políticas, e, assim, comunidades de baixa renda constroem arranjos residenciais, criam alternativas de trabalho e espaços de lazer.

A orla oeste é parte integrante da totalidade urbana fragmentada e articulada, o que estimula sua escolha como objeto empírico de investigação e análise. A orla marítima é local estratégico para a alocação de equipamentos turísticos e imobiliários, que se expandem, de espaços estruturados em direção ao espaço de reserva. Os espaços urbanos modernos, apropriados pelo capital, especializam-se para satisfazer demandas de lazer e de turismo. Inseridos na lógica da produção capitalista, segmentam-se para atender a diferentes demandas, com propósitos voltados à acumulação. Na cidade de Fortaleza, o lazer e o turismo se implantam como atividade econômica, desde a década de 1990, quando se impõe outra imagem ao Ceará, que, de estado de miséria, seca e pobreza passa a ter sua capital vista como “cidade do sol”, de sol e praia o ano todo, o que também se verifica no restante do estado, consolidando-se, como tal, internacionalmente, como polo de atração turístico, objeto de políticas públicas e privadas, com alternativas de lazer, ocupando espaço privilegiado na mídia nacional. O espaço urbano fortalezense é marcado por relações de poder, reveladas nas relações de trabalho e também pela segregação socioespacial do lazer das classes sociais abastadas e popular. O espaço fragmenta-se para moradia, trabalho e lazer.

Assim, tem-se “ilhas”, que incluem e excluem em suas demandas. Deste modo, os equipamentos de lazer são alocados, segundo a lógica capitalista, conforme o nível de renda da população, evidenciando, ainda mais, os desníveis sociais que denunciam a fragilidade das políticas públicas de lazer. Na porção leste da cidade, os bairros nobres concentram a maior parte dos equipamentos privados de lazer e as infraestruturas públicas, ainda em bom estado de conservação, o que cria fronteiras demarcadas pelo exercício de hierarquização do poder na sucessiva privatização do público. Em contrapartida, o lado oeste de Fortaleza, mesmo na orla, concentra pobreza e negligência do Estado, que, contraditoriamente, privilegia espaços privados, permitindo que esses avancem sobre os públicos, como é o caso do Marina Park Hotel, com espaços excludentes como parte da praia, e a comunidade do

Moura Brasil, que se localiza imediatamente na frente deste mega equipamento de hospedagem e lazer sem acesso. Ambos dividem o mesmo espaço geográfico, embora possuam realidades socioeconômicas evidentemente distantes. Ao analisar a realidade socioespacial da orla oeste de Fortaleza, à luz da Geografia, levantam-se os seguintes questionamentos:

- A demora para a urbanização da orla oeste deve-se à falta de recursos e planejamento ou a questões políticas?
- O que motivou o reinício das obras de urbanização da orla oeste?
- Como e por que a especulação imobiliária e a atividade turística concentradas a leste avançam para oeste?
- Como as políticas privadas se articulam com as políticas públicas?
- Quais as demandas para a Copa do Mundo de 2014 que incidem e aceleram os processos espaciais no litoral de Fortaleza?
- Como a reestruturação da orla oeste beneficia as praias do polo piloto PRODETUR?

Optou-se, por metodologia crítica, com abordagem quanto qualitativa, adotando pressupostos do materialismo histórico dialético, para o entendimento da realidade, evitando-se, assim, a visão dicotômica. Considera-se a realidade um processo histórico, produzido por determinações, jogos de interesses e, portanto, permeada por conflitos e contradições. O objeto investigado passa a ser uma construção social. Assim, quanto mais se entendem as determinações, mais o estudo passa a dar respostas da realidade empírica analisada, embora haja o entendimento de que tais respostas são apenas aproximações do real.

Os argumentos e as explicações do estudo se fundamentam em teóricos e teorias, que explicam os processos espaciais, a partir de viés crítico. Além das categorias analíticas tradicionais geográficas, adotam-se os conceitos de Estado, espaços públicos e privados, políticas públicas e privadas, segregação socioespacial, lazer e turismo para a compreensão do fenômeno urbano. Para tanto, utilizam-se conceitos, convencionados válidos no meio acadêmico, tais como os de espaço, cidade, metrópole, política, segregação, público, privado, lazer e turismo.

A consulta bibliográfica é realizada a partir de pesquisadores dedicados ao tema abordado ou que ajudam a compreender o fenômeno estudado, norteando e fortalecendo a elaboração do texto. Buscam-se relações entre o empírico e o teórico para compreendê-lo e explicá-lo. Seguiu-se cronograma previamente estabelecido, respeitando prazos, o que limita a ampliação do estudo. Os estudos, tanto teóricos quanto empíricos, puderam ser realizados alternadamente, embora o objeto ainda careça de outras respostas demandadas à medida que avança a pesquisa.

Foram realizadas pesquisas institucionais *in loco* e *online*, que apontavam para vários caminhos de apreensão da realidade investigada. Aplicou-se entrevista com o arquiteto e urbanista Fausto Nilo Costa Júnior, em 23 de Junho de 2011. Como técnica de coleta de dados e informações, optou-se por entrevista não-diretiva, para que o entrevistado fornecesse o máximo de informações em discurso livre. A exposição por parte do entrevistado deu-se a partir do tema específico dessa dissertação, sendo registrada em mídia digital, de extensão tipo WAV, com duração total de 01h. 01min. 44s. Registraram-se depoimentos de moradores da comunidade “Areia Grossa”, no bairro Pirambu, e produziram-se fotos e vídeos em visita de campo, constatando-se alterações na reestruturação e requalificação urbana da orla marítima oeste, vendo os avanços do início ao fim da pesquisa em 24 meses de observação. Para complementar os dados da investigação, registrou-se o recorte espacial estudado em fotografias digitais em formato JPEG. Esta pesquisa é resultado do aprofundamento de estudos da Iniciação Científica, junto ao NETUR (Núcleo de Estudos do Turismo - UECE), anteriores ao Programa de Pós-Graduação, no qual se realizaram os primeiros registros fotográficos e o reconhecimento do local estudado: 20/10/2009, 04/08/2010. As visitas de campo foram realizadas entre maio de 2011 e janeiro de 2012.

A diversidade de visões acerca deste tema, as diversas abordagens e explicações oficiais ou não, as ideologias defendidas pelos envolvidos, muitas vezes implícitas em discursos, confundiam, ao mesmo tempo em que ajudavam a definir o posicionamento da investigação. Estudar lazer, turismo e as relações políticas que se desdobram na tessitura histórica da metrópole, para explicar a dinâmica urbana é desafiador, requer determinação, por parte

do pesquisador e da orientadora, dado o caráter moderno do fenômeno turístico e a resistência em se discutir lazer e turismo na sociedade do trabalho. Na metrópole em que o Estado assume explicitamente que o turismo é vetor de desenvolvimento e atividade econômica prioritária, faz-se necessário empreender esforço no aprofundamento da questão.

Entendem-se Trabalho e Lazer, enquanto categorias distintas, mas que produzem resultados que respondem aos objetivos da investigação. Lazer necessidade humana e turismo necessidade induzida, invenção do capitalismo. As categorias de análise resultam da revisão da literatura pertinente ao tema, de pesquisas institucionais e de campo, que levaram à elaboração do caminho percorrido, vivenciado e experimentado.

A dissertação está estruturada em quatro partes, sucedidas por conclusão. Inicia-se com exposição sintética do tema investigado, apresentação do problema, questionamentos e particularidades, que interferem no processo, apresentados na Introdução e primeira parte. Expõem-se o objeto e o problema da pesquisa de forma objetiva, onde se justifica a relevância do estudo. Referências e outras pesquisas acerca do tema mostram o caráter acumulativo da ciência e as limitações que cercam a investigação em tempo limitado.

No item 02, apresentam-se os estudos e os resultados das políticas urbanas na produção espacial de Fortaleza, com implicações da relação público-privada. Analisa-se como o uso e a ocupação da orla marítima da cidade se desenvolvem de forma desigual e contraditória. Na terceira parte aprofundam-se as investigações sobre a orla para a compreensão das motivações, que culminaram na segregação da orla marítima em leste e oeste. A quarta parte respalda a conclusão, na qual se aborda a questão dos espaços de reserva da orla oeste, o processo de urbanização, a especulação imobiliária e fundiária, embates políticos, conflitos entre esferas sociais e resistências. Nessa parte foca-se o processo de transformação da orla oeste, que entra em processo de “espetacularização” para lazer e turismo. Mostra-se que a cidade é mercadoria do processo de compra e venda do capitalismo, acelerado pela

necessidade de preparação da cidade para os eventos da Copa do Mundo de 2014.

1. POLÍTICAS URBANAS E PRODUÇÃO ESPACIAL NA METRÓPOLE

Fortaleza, metrópole cearense, que se encontra totalmente urbanizada, possui concentração populacional de 2.452.185 habitantes, com diferença acentuada para o segundo maior município, que é Caucaia, com 325.441 habitantes (IBGE, 2010). A capital é fortemente marcada por processos de desenvolvimento desigual, diferenciação nas respostas às demandas, concentração de investimentos públicos em áreas de interesse do capital e produção de espaços periféricos, cada vez mais distantes do centro. A incorporação de novos espaços à malha urbana estende as dimensões da metrópole, produzindo vazios urbanos, áreas deprimidas e cria problemas de mobilidade da população.

A metrópole consolida-se como núcleo receptor do turismo nacional, conta com razoável equipamento de meios de hospedagens, de restauração e espaços de lazer, concentrados em áreas turistificadas, em especial na orla leste. Esse crescimento expande-se em direção a oeste, área densamente ocupada por comunidades de baixo poder aquisitivo, com ocupações consolidadas, que sofrem intensa pressão do mercado imobiliário crescente em sua direção. A orla oeste ocupada por famílias de trabalhadores passa por reestruturações, com remoção de parte da ocupação, para abertura de eixo viário com ampliação da Avenida Beira Mar. A alocação de empreendimentos turísticos na área, considerada de grande atrativo natural pela presença de Rio Ceará, manguezais e praias, cresce de modo acelerado.

A reestruturação projetada torna a orla marítima da cidade um espaço prioritário para ocupação, certamente de empreendimentos de alto poder aquisitivo, expropriando favelas e bairros de trabalhadores que, necessariamente, serão expulsos da área em futuro próximo. Algumas famílias seriam removidas sem grandes problemas se as indenizações fossem condizentes com o valor da área prospectada, mas essas, muitas vezes, não

cobrem sequer o valor do imóvel. A Figura 01 apresenta a densidade demográfica de Fortaleza e revela a intensa ocupação da orla marítima oeste, nos bairros do Pirambu, segunda maior favela latino-americana¹, Cristo Redentor e Barra do Ceará, que são áreas projetadas para a ampliação de equipamentos de lazer, turismo e expansão da Avenida Beira Mar. Essa ampliação faz parte do projeto de integração da orla, que inclui a construção da Ponte José Martins Rodrigues, instalada sobre o Rio Ceará, em 11 de outubro de 1997, na gestão do prefeito Juraci Magalhães, ligando Fortaleza a Caucaia. Mais precisamente, a ponte liga Fortaleza ao polo turístico do PRODETUR Ceará, como afirma Coriolano (2006, p.126).

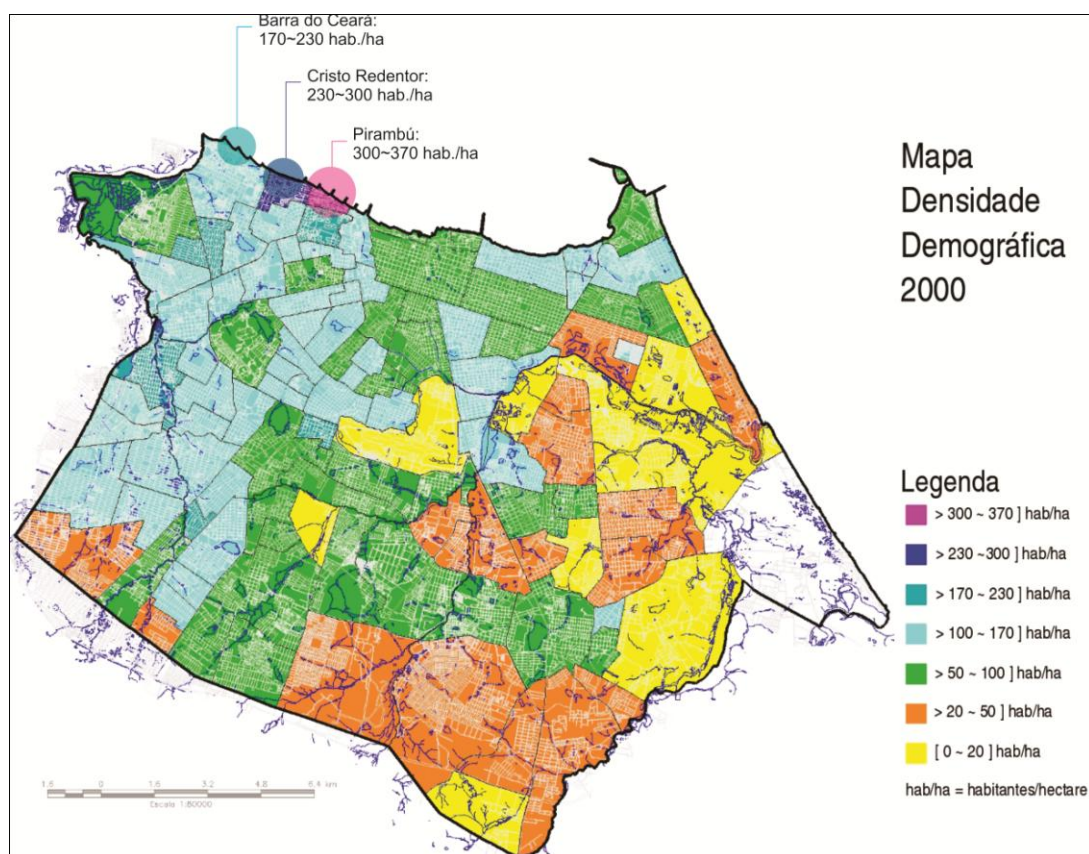


Figura 01 - Mapa de densidade demográfica de Fortaleza
Fonte: Plano Diretor Participativo de Fortaleza - 2006

A orla de Fortaleza não tem contado com um grande projeto urbanístico integrado, que favoreça a produção dos espaços de forma coesa e coerente,

¹ Assim considerada, desde a década de 1960, quando passa a receber imigrantes e desempregados, acolhidos por um líder da igreja católica local, Padre Hélio Campos, que ganhou destaque na história do bairro Pirambu.

as propostas têm sido fragmentadas, lentas e desarticuladas. Essa produção pontual pelas políticas públicas tem levado à construção de espaços para serem desconstruídos, ao abandono de algumas iniciativas e a redesenhos de projetos, que surgem como se fossem novos, acarretando insatisfações e necessidade de mitigação de impactos de obras anteriores. Há pouco compromisso efetivo, político e social, não havendo também determinação dos poderes públicos, das elites políticas e dos empresários para apoio e promoção das mudanças estruturais necessárias, pois falta a assunção de maiores responsabilidades sociais. (CORIOLANO, 2006).

Os espaços de maior verticalização concentram-se na orla marítima leste, em especial na Av. Beira Mar e em bairros circunvizinhos ocupados por famílias de alto poder aquisitivo, expandindo-se mais recentemente em direção ao setor sudeste. Tais empreendimentos são contemplados com infraestrutura urbana, eixos viários bem estruturados, que se expandem à medida que se desenvolve o setor imobiliário especializado em atender aos que podem pagar por melhores condições de moradia, em áreas de amenidades, diferenciando-se do restante da cidade. Essa realidade evidencia o caráter de segregação socioespacial das elites, políticas públicas e privadas, que se beneficiam da maior parte dos investimentos públicos e dos retornos advindos de impostos pagos por todos, quando áreas ocupadas pela classe popular permanecem destituídas de equipamentos, o que pode ser percebido mesmo sem pesquisa. Os investimentos em infraestrutura pública e privada podem ser observados na interpretação do mapa de verticalização, observados nas Figuras 02 e 03:



Figura 02 – Beira Mar. Processo de verticalização.
Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2011

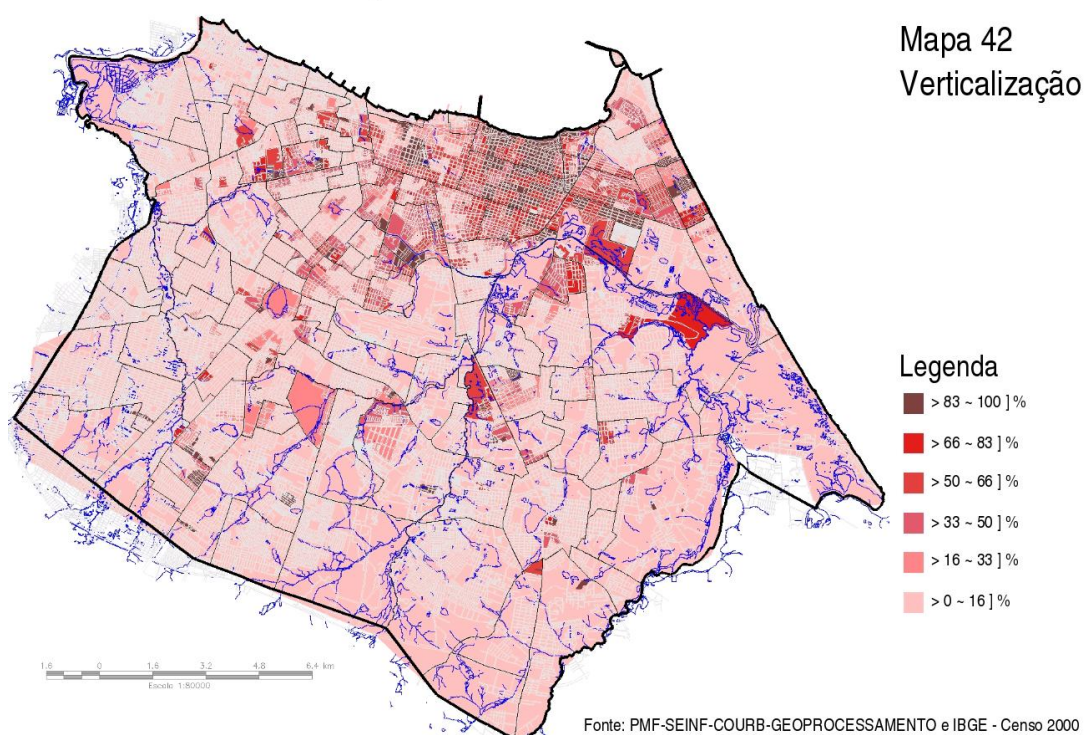


Figura 03 - Mapa de verticalização de Fortaleza
Fonte: Plano Diretor Participativo de Fortaleza - 2006

Investimentos públicos e privados em áreas de grande retorno financeiro acirram, sobretudo, a urbanização do litoral. O turismo ganha prioridade no Ceará, nos anos de 1990, como nova perspectiva de investimentos. O território

cearense, desde o início da década de 1990, recebe mais efetivamente tratamento especial dos governos estaduais, empreendedores e gestores municipais, para fazê-lo emergir como polo receptor de turismo, no contexto do País e do mercado mundial. Pretendem os governantes tornar os municípios competitivos e inseri-los na rede do turismo internacional. Assim, foi criada uma imagem turística que está divulgada nos *media* globais, e muda a fisionomia de um Ceará pobre e pedinte para um Ceará bonito, agradável, ensolarado e acolhedor, propício ao turismo. Em boa parte, isso foi conseguido com a implantação de infraestrutura e embelezamento de uma parte de Fortaleza, realçando ainda mais os espaços de contradição (CORIOLANO 2006).

Dentro deste quadro de análise, importa considerar que o estado é, quase na totalidade, semiárido e possuidor de solos não edáficos sobre formação geológica cristalina, o que dificulta o destaque do estado pela produção agrícola². A industrialização tardia, incipiente e com base em empreendimentos externos também não oferece a possibilidade de maiores destaques para o estado, sendo os serviços, em especial o turismo, a atividade promissora por dispor do litoral, balneário durante o ano inteiro, como forte atrativo mobilizador de fluxos turísticos, embora não se comungue com a ideia do turismo salvador de economias e gerador de emprego e renda para todos, como lembra Coriolano (2006).

A visibilidade que as praias do estado ganham na mídia, com o impulso do turismo como vetor de crescimento econômico, estimula o setor imobiliário a avançar sobre espaços valorizados da orla marítima, especialmente na orla leste, verticalizando-a. Como consequência, o valor da terra aumenta, e provoca a procura por outros espaços, produzindo renda para empresários imobiliários. Durante muito tempo a orla oeste, que ficou negligenciada pelas políticas de governo e empresas imobiliárias, sendo considerada como espaço de reserva do capital, entra em emergência instigando a elaboração de projetos que, lentamente, vêm sendo viabilizados. Como tal, nos dias atuais, a orla

² Em “O mito da necessidade”, Iná Elias de Castro questiona as interpretações acerca do problema da miséria no Nordeste brasileiro. Segundo a autora, as condições físico-naturais são aceitas como condicionantes isolados e únicos para a formulação da ideia determinista de que a seca traz a pobreza. Para a autora, negligência política e oportunismo de lideranças tradicionais, dependentes de medidas assistencialistas, contribuíram para a formulação do discurso da seca para a manutenção do *status quo*.

oeste é vista como alternativa viável, porque passa a interessar empreendedores com solos mais acessíveis, o que minimizaria a visão dualista de que existem duas orlas a do leste e do oeste. Na visão de Dantas (2002, p. 92):

A inscrição de Fortaleza nas políticas públicas e privadas de desenvolvimento do turismo suscita a construção de nova cidade inspirada nas novas relações de sociedade com o litoral, atualmente eleito como lugar privilegiado, porquanto põe em xeque a divisão clássica da cidade em duas partes, a leste e a oeste: a primeira mais bem cuidada e a segunda “abandonada” pelo poder público.

O espaço como categoria fundamental da análise é, ao mesmo tempo, condição e produto da relação sociedade-natureza, e leva aos conceitos: território, lugar, paisagem e região, que são como fios condutores do pensamento geográfico. O espaço da metrópole é, portanto, socialmente transformado pelas técnicas, pelas relações de trabalho e produção, pelo processo em curso do cotidiano, ou seja, pela práxis, sendo essa entendida como relação dialética entre sociedade e natureza, na qual o homem, ao transformar a natureza por meio do trabalho, transforma a si próprio. (JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p.219) Santos (2006) lembra que o espaço é um misto, um híbrido, composto de formas-conteúdo. Assim, remete a algumas categorias que facilitam a compreensão dessa realidade.

O estudo dinâmico das categorias internas acima enumeradas supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia (SANTOS, 2006, p.13).

O espaço geográfico é *locus* das lutas de classes, no qual se desdobram conflitos e contradições e se criam sistemas simbólicos. O processo espacial é a totalidade em constante transformação, contextualizado no que Santos (2006, p.109) chama de “acontecer solidário” que se apresenta no território sob três formas: Um acontecer homólogo, um complementar e um hierárquico. O acontecer homólogo refere-se a espaços, sejam urbanos ou rurais, que se

modernizam, mediante informações especializadas, novas técnicas e tecnologias. O acontecer complementar é a relação cidade-campo ou mesmo a relação entre cidades como consequência da modernização e das necessidades de produção e fluxos de informações, mercadorias e pessoas. O acontecer hierárquico é uma organização sócio-espacial, na qual predominam relações de poder, onde existe certa diferença entre proximidade espacial e proximidade organizacional. Assim, na visão de Santos (2006, p.39) o espaço geográfico:

[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, estado e grupos excluídos ou de resistência compõem o quadro de agentes produtores básicos do espaço conforme Corrêa (1999, p.12). Os agentes relacionam o público e o privado na produção espacial, e essas articulações causam constantes conflitos de interesses entre governos, grupos hegemônicos e classe trabalhadora. O espaço é um elemento fundamental de conflitos, visto que é estratégico para as políticas de governo, para o acúmulo de capital e para o exercício da vida. As políticas econômicas do Ceará já foram alvo da análise de alguns autores que identificaram seus significados, no contexto das produções espaciais, das transformações sociais e de seu rebatimento no território cearense. Muitas dessas políticas fazem parte de racionalidades logísticas globais, sob o comando de corporações e bancos internacionais, que se sobrepõem à lógica dos governos estaduais, redirecionando-as para interesses globais, embora guardem relativamente especificidades regionais, que são causas de conflitos (CORIOLANO, 2006).

A divisão territorial do trabalho especializa lugares mediante a produção, dos espaços urbanos e estabelecem relações solidárias que se complementam no contexto da produção globalizada. As técnicas reordenam os territórios quando estes passam a substituir o meio natural por espaços cada vez mais artificializados ou mesmo virtualizados, com intenso fluxo de informações que se dão instantaneamente. Nesse contexto o espaço urbano é onde se observam mais nitidamente a tecnicização e a cientificização espacial, embora a artificialização também seja observada no campo. Os espaços refuncionalizados pelos sistemas de ações e sistemas de objetos, como diz Santos (2006), atendem aos interesses dos grupos hegemônicos, encontrando na atividade turística oportunidade de expansão da racionalidade na qual a lógica global se impõe aos territórios. Em contraposição, surgem espaços de resistência marcados pela alteridade de grupos e comunidades que inventam o turismo de base local tentando afastar-se da lógica global.

Fortaleza, enquanto *espaço* socialmente produzido, revela-se como trabalho materializado resultante de interações e conflitos entre políticas públicas e privadas produtores do espaço. A diminuição da estrutura estatal em benefício do capital estrangeiro e nacional de empresas transnacionais e locais com diretrizes fisiocratas e neoliberal dá destaque à propriedade privada, como fonte de riqueza, o que possibilita maximização de produção e lucros para empresários, enquanto distribui pobreza à população. Articulada em redes, contraditoriamente, a cidade apresenta-se, intensamente fragmentada, com base, no aval, de políticas públicas e privadas. Proprietários de terra, investidores e cidadãos produzem enclaves socioespaciais com perfis de consumo diferenciados atendendo aos que habitam a metrópole, com produção de bairros ricos, elitizados, bairros populares, favelas e habitações em áreas insalubres e sujeitas a alagamentos. Referindo-se a essa segregação Dupas (2005, p. 33) afirma que:

O espaço da liberdade reduz-se progressivamente a um ato de consumo e a democracia fica ameaçada pelo individualismo extremo e pela desagregação das sociedades política e civil. A pós-modernidade criou uma nova estrutura de castas – os incluídos e os excluídos – imposta por uma visão tecnocrática e funcional sobre as orientações políticas e econômicas. Acentuou-se a fragmentação, ressurgiu o tribalismo e acelerou-

se a perda do monopólio legítimo da violência pelo Estado. A aplicação das ideias neoliberais veio acompanhada de um crescimento das turbulências internacionais e de uma inédita sucessão de crises econômicas e guerras localizadas. A informática tenta substituir a capacidade de julgamento humano e a nova linguagem universal é a impaciência e o arbítrio. O outro é transformado em inimigo. As grandes corporações apropriaram-se do espaço público e o transformaram em espaço publicitário. As instituições políticas tradicionais estão progressivamente incapacitadas de fornecer segurança a seus cidadãos, levando à polarização social e a um ambiente de incerteza que não favorece a articulação de uma ação coletiva, fazendo esvair o espaço de igualdade dos cidadãos em torno das instituições públicas.

As repercussões mais significativas das políticas urbanas sobre a organização do espaço são setorizadas, isto é, são sentidas com mais intensidade em lugares específicos, sobretudo aqueles que geram ou que possuem grande potencial para gerar lucros, pois são espaços estratégicos. No Ceará, o litoral é destacadamente polarizador de investimentos, tanto no setor imobiliário quanto nos serviços, tendo a moradia, o lazer e o turismo como atividades de atração e concentração de empreendimentos. Entretanto, é preciso lembrar que nem sempre o litoral teve essa força de atração, e em Fortaleza o fenômeno é recente.

Fortaleza, cidade marítima com capacidade aeroportuária, oferece estrutura para a diversificação de atividades econômicas, em especial para o turismo de cruzeiros, que cresce de forma significativa na Metrópole. A urbanização e a mudança de paradigmas sobre a maritimidade promovem o consumo do espaço, com empreendimentos turísticos e imobiliários avançando em direção às orlas.

O recente fenômeno de aproximação da população em direção ao mar leva a capital cearense a se destacar nos *media*, projetando-se como lugar de belas praias e corpos bronzeados, seguindo a mesma racionalidade da produção do espaço e reprodução do capital. Fortaleza, em processo de modernização, promove mudanças significativas na paisagem, resultado das rápidas transformações que ocorrem, sobretudo na economia. A fisionomia da capital cearense apresenta forma e movimento dinâmicos, mas com gargalos que ressaltam os limites das intervenções do Estado e a presença de

empresas privadas na formação socioespacial da cidade. A metrópole sofre os efeitos da macrocefalia urbana, isso explica o crescimento exagerado da capital com relação às demais cidades do interior, deste modo, a rede de cidades cearenses ainda se articula sob o comando da capital. (SILVA, 2000, p. 216) Em entrevista, Costa Júnior (2011) ao falar dessa realidade considera:

No cotidiano, Fortaleza tem que enfrentar problemas decorrentes da própria urbanização que são bastante complexos. Existe muita coisa com que ainda não se aprendeu a conviver em cidades muito grandes. Essa novidade se deu com o advento do automóvel como meio de circulação desses grandes espaços. Com o uso dos transportes motorizados, as cidades que, durante séculos, permaneciam do tamanho de uma caminhada, passaram a ter crescimentos descomunais e a cultura técnica para lidar com isso é muito recente. Hoje se compreende que, ao tratar urbanisticamente uma cidade, deve-se levar em conta a existência de componentes de ordem política, econômica e social. Para praticar projetos sustentáveis tem que ser produzido de maneira sincrônica e integrada. Tem que haver realização de benefícios sociais, ambientais e econômicos e a política é irremovível com relação a isso, porque não há outra maneira de gerir a cidade que não tenha vínculo com a política.

O processo de urbanização da orla de Fortaleza promovido pelas políticas públicas apresenta descontinuidades e rupturas provocadas pelo Estado. As intervenções urbanas que metamorfoseiam a cidade são verdadeiras “próteses”³, que remodelam o espaço, dando lugar a novos usos, e funções que nem sempre atendem ou interessam a todos os residentes. Faz emergir novos produtores voltados a outros interesses, tais como, moradores de bairros, comunidades, grupos ditos excluídos que compõem resistência, e se estabelecem com mecanismos ou políticas ditas alternativas capazes de interferir na reprodução espacial. As políticas públicas que deveriam atender à população acabam em parcerias com políticas privadas e assim surge outra forma de suprir os serviços urbanos, considerados por Coriolano (2009) como política alternativa, por fugir do padrão convencional e voltar-se aos princípios

³ Em eras bastante remotas os instrumentos de trabalho eram um prolongamento do homem, mas à medida que o tempo passa vão transformando-se em prolongamentos da terra, formando próteses ou acréscimos à própria natureza. SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

da economia solidária, buscando mudanças sociais, com promoção de trabalho aos desocupados e melhoria da qualidade de vida das pessoas, em cidades turísticas.

Adaptam a cidade à realidade de comunidades como espaço vivido, tal como esclarece Carlos (2007, p.96) “A reprodução da metrópole se realiza enquanto explosão da cidade, como extensão do tecido urbano pela generalização da urbanização revelada enquanto prática na vida cotidiana.” Afirma Coriolano (2009) que o turismo é marcadamente uma mercadoria especial, promove movimentação de fluxos humanos ou turísticos, que conseguem transformar o real em representações falsas, pois a cidade dos turistas não é a dos residentes e, assim, revela as contradições da sociedade de consumo. No contexto neoliberal, como política pública, é bastante contraditória, pois se diz liberal, mas, em relação às empresas, aplica medidas protecionistas, produz a estrutura a elas necessária; por outro lado, mantém empresas estatais, privatiza alguns órgãos públicos e, em relação às questões sociais, posiciona-se como neoliberal, deixando os problemas sociais sob a tutela da sociedade, ou seja, é interventor ou liberal, de acordo com as conveniências da sua concepção política (CORIOLANO, 2006).

Grande parte das mudanças, que ocorrem na orla da metrópole cearense, principalmente com relação à infraestrutura, deve-se aos novos padrões globais de competitividade das cidades e das empresas, sobretudo, dos serviços turísticos. O processo de transformação estabelece nova divisão espacial do trabalho com emergência de setores especializados, como bairros gastronômicos como o da Varjota e hoteleiros de padrão internacional na Beira Mar. Assim, o acesso à cidade é privatizado via mercado imobiliário, que impõe valor de troca da terra sobre o valor de uso, tal como explica Carlos (2003, p.50): “O acesso à cidade é mediado por mecanismos de mercado assentados na propriedade privada da terra.” Uma vez convertido em mercadoria, no transcorrer do processo histórico, o espaço tende a ser negociado, o que implica expulsão de comunidades para outras periferias, deste modo a terra passa a ser privilégio de classe.

A exigência de novas atividades, que especializam, ao mesmo tempo, que privatizam espaços, intensifica o processo de urbanização da orla

fortalezense. Estando o espaço privatizado, toda intervenção, mesmo por meio de políticas públicas, tende a passar pelo mercado, pois a propriedade privada é condição de existência para sociedades capitalistas. A partir daí eclodem conflitos de classes pelo uso e ocupação da terra e a contradição se instala, pois o Estado, enquanto mediador entre sociedade e mercado, prioriza o crescimento econômico de setores específicos, estratégicos para obtenção de lucro, o que acaba envolvendo estratagemas que vão para além da política e da ética. Conforme Carlos (2007, p.105):

[...] estamos diante da produção do espaço pela sociedade, e que, sob a égide do Estado, esta produção ganha um caráter estratégico. O Estado regulador impõe as relações de produção enquanto modo de dominação do espaço, imbricando espaços dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade existente.

Conflitos e contradições decorrentes do uso e ocupação da terra envolvem interesses tanto da sociedade civil, que materializa o direito à propriedade privada, quanto do Estado, no exercício do poder público de normatização do espaço. Mas a contradição entre a produção e reprodução social do espaço e a apropriação privada está no entendimento do espaço como mercadoria por parte de uma sociedade fundada na troca. Deste modo, a base física na qual se desdobram as relações sociais, tida como condição material inexorável ao desenvolvimento das atividades humanas, toma cada vez mais a forma de mercadoria, sofrendo interferências, readaptando usos e funções, para servir às necessidades da acumulação. Nesse contexto, a orla fortalezense, transformada para atender ao mercado, entra no circuito da troca e atrai investimentos que se espalham pelo espaço, criando novas atividades produtivas, que entram em contradição com as que eram exercidas pelas comunidades tradicionais dos lugares cooptados. Para Araújo (2010, p.63):

As empresas capitalistas (notadamente da indústria e do turismo) avançam pela periferia da metrópole, com infraestrutura e urbanização necessárias, sem serviços básicos e infraestrutura para a população, que continua carente em quantidade e em qualidade de atendimento cotidiano das necessidades básicas.

A produção do espaço, no contexto do turismo de sol e praia, realiza-se, pela apropriação privada do solo vendido em lotes, onde a segmentação espacial favorece a negociação comercial da orla e a consequente desagregação das relações de vizinhança. Assim, as possibilidades de ocupação se redefinem opondo, paradoxalmente, a carência de terra para uns e a aquisição abundante via mercado imobiliário para outros. Segundo Carlos (2007, p. 13):

O processo de reprodução do espaço na metrópole apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos, isto porque a busca do incessantemente novo - como imagem do progresso e do moderno - transforma a cidade em um instantâneo, onde novas formas urbanas se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia, o que revela uma paisagem em constante transformação. Nesse contexto, as práticas urbanas são invadidas/paralisadas, ou mesmo cooptadas, por relações conflituosas que geram, contraditoriamente, estranhamento e identidade, como decorrência da destruição dos referenciais individuais e coletivos que produzem a fragmentação do espaço (realizando plenamente a propriedade privada do solo urbano) e, com ele, da identidade, enquanto perda da memória social, uma vez que os elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem da metrópole, se esfumam no processo de construção incessante de novas formas urbanas.

Esses conflitos explicam ações de grupos de resistência, como a apropriação de espaços públicos, ou mesmo privados por políticas alternativas, executadas por comunidades para autoprovimento daquilo que, em regra, deve ser garantido pelo Estado. As políticas públicas, que deveriam ser realizadas em atendimento à população, também beneficiam grandes empreendimentos. Parte da população desassistida, por necessidade, cria estratégias de sobrevivência e políticas alternativas de habitação que, muitas vezes, divergem das leis de uso e ocupação do solo, tais como as favelas, políticas de trabalho como biscateiros e vendedores ambulantes. No turismo, criam-se alternativas, no chamado turismo comunitário, que é a inclusão pelo trabalho fora dos padrões globais, dentro das próprias comunidades, aproveitando potencialidades locais, como acontece na periferia de Fortaleza (Coriolano, 2006). Nos lugares apropriados pelas políticas alternativas instalam-se

residências precárias, comércios e locais de lazer. Essa lógica de apropriação do espaço reproduz-se nos interstícios das leis e ordenações espaciais de planos diretores. São resistências sociais com relação ao processo de cooptação espacial por grupos empresariais, com uso e ocupação visivelmente distintos com relação ao restante da orla marítima, como se observa na Figura 04:



Figura 04 - Orla oeste e orla leste: Tipos de uso e ocupação do solo urbano à beira-mar na cidade de Fortaleza.

Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2011

Na orla marítima, os espaços, que estão fora do circuito turístico da cidade são carentes, com pouca infraestrutura e apresentam altos índices de criminalidade. O avanço imobiliário é lento, embora em aparente crescimento. Bairros como Moura Brasil, Nossa Senhora das Graças (Pirambu), Cristo Redentor e Barra do Ceará, apresentam práticas de ruralidades no espaço urbano, como criação de aves, animais de tração e de abate, como também plantações de subsistência. Esse tipo de uso do espaço urbano, incomum para

a orla marítima, em nada lembra a pujança arquitetônica da orla leste, que, intensamente ocupada e com preços elevados, estimula o avanço imobiliário em direção ao oeste.

Grupos empresariais transformam bairros como Jacarecanga e Moura Brasil com o avanço de empreendimentos imobiliários, na orla oeste com o pretexto de que o espaço possui atributos capazes de atrair turistas, são eles os espaços excepcionais. Em Fortaleza a excepcionalidade espacial consumida pelo turismo não ocorre em qualquer lugar, está associada à orla marítima, fazendo crer que o lazer nesse espaço é democrático. A apropriação de espaços considerados paradisíacos, espaços em que predomina a beleza cênica, requer ação conjunta de poderes públicos e privados, no sentido de liberar espaços anteriormente ocupados por comunidades carentes, que atravancam a expansão de atividades, que interessam ao mercado. Com isso, ocorre a imposição de poderes hegemônicos, os quais suspendem o direito à propriedade privada das classes economicamente desfavorecidas. Assim, existe interdependência entre setores público e privado, que atuam em parceria, pois, enquanto o Estado cria infraestruturas necessárias à reprodução do ciclo do capital, o setor privado avança sobre espaços de reserva, tais como favelas e vazios urbanos.

Há vazios urbanos em Fortaleza passíveis de proteção, onde se tenta evitar construções imobiliárias por razões ambientais, como, por exemplo, o Parque do Cocó, o maior da cidade. Esses espaços, protegidos por razões ambientais, oferecem possibilidade de ampliação de espaços de convivência, estimulando a sociabilidade e o lazer. Porém, vazios urbanos, passíveis de urbanização, não o são, por motivos de especulação, criando problema urbano com terrenos baldios, servindo de abrigo a drogados e ocupações marginais. Esses lugares poderiam estar dando respostas aos movimentos sociais, que reivindicam o uso da terra para moradia, pois são remanejados para lugares muitos distantes do centro e de seus trabalhos.

Os vazios urbanos existem por razões de proteção de espaços naturais e, neste caso, são vazios urbanos, porque devem ser ambientalmente preservados, e normatizados a partir de leis. Outra razão para a existência dos

vazios é que são propriedades para especulação. Esses imóveis são guardados esperando que se valorize, tal como aconteceu com o Edifício Panorama, no Bairro Moura Brasil, em frente ao Marina Park Hotel. Esse conjunto de apartamentos, que fica na borda da Av. Leste Oeste, se encontra abandonado. Projetado pelo arquiteto Fausto Nilo, foi propriedade de família tradicional de Fortaleza, comprado pelo Governo Estadual e cedido para a Prefeitura Municipal de Fortaleza em permuta. O espaço continua vazio ao lado de uma favela onde todos os habitantes carecem de habitação.

1.1. Relação Público - Privada na Produção do Espaço

Na produção espacial torna-se contraditória a relação público-privada, uma vez que Estado, empresas e grupos sociais defendem interesses diferenciados, muitas vezes enfrentando-se ou complementando-se. Para uma melhor compreensão dessa relação faz-se necessária uma base conceitual que esclareça os elementos interativos dos processos. Por definição, o ente público refere-se ao que é do povo; daquilo que pertence à coletividade, enquanto grupos sociais. O ente privado, por sua vez, refere-se àquilo que pertence a particulares, membros singulares a exemplo da família. Assim, ruas e praças são de domínio público e residências particulares de domínio particular. Destacam-se ainda os conceitos de esfera pública e privada, que denotam áreas de interesses, nas quais a primeira tende a se sobrepor à segunda, ou seja, o interesse público justifica a publicização do privado, explicando o que Bobbio (2010, p.13) chama de “grande dicotomia público - privado”. Ao colocar como dicotomia, o autor refere-se à noção geral de *utilitas*, na qual a *singulorum utilitas* é definida pela noção ciceroniana de *res publica*, que define o público como “coisa do povo”, desde que, por povo, se entenda, não uma agregação qualquer de homens, mas uma sociedade mantida junta, mais que por um vínculo jurídico, pela *utilitatis comunione* (BOBBIO, 2010, p.15). No entendimento de Habermas (1997, p.92):

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma

organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, ao ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.

Deste modo, observa-se que a esfera pública diferencia-se de Estado, que se configura como o organismo político administrativo regulador das normas de ordem pública e interesse social e, no caso do Estado democrático de direito, ao mesmo tempo em que é regulador, também é regulado por uma constituição que prevê pluralidade de órgãos dotados de competência distinta explicitamente determinada. O Estado atua, por meio da coerção, este ato emana de sua soberania enquanto representante de interesses sociais, deliberando e normatizando o uso e ocupação do espaço. Contudo, o conceito de Estado foi-se construindo por diversos prismas. Em consonância com Bobbio (2010, p.54) este conceito passa pela história das instituições, doutrinas, sistemas políticos e interpretações filosóficas: “Hobbes foi identificado com o Estado absoluto, Locke com a monarquia parlamentar, Montesquieu com o Estado limitado, Rousseau com a democracia e Hegel com a monarquia constitucional.” Portanto, o conceito de Estado mostra-se diverso; é forma complexa de organização social da qual o direito é um dos elementos constitutivos (BOBBIO, 2010, p.57).

A definição de Estado é diferenciada, de acordo com teorias que seguem métodos e ideologias políticas, tal como a concepção marxista, que entende o Estado como forma de organização burguesa, que garante seus interesses e mantém poder ideológico sobre os indivíduos, ou a concepção funcionalista, dominante na ciência política americana. Nesta concepção o sistema político é decomposto em subsistemas aos quais são atribuídas funções igualmente essenciais de conservação e equilíbrio sociais. Sobre as diversas interpretações de Estado, Bobbio (2010, p.58) afirma que autores como Weber e Jellinek sustentam a necessidade de distinguir o ponto de vista

jurídico do ponto de vista sociológico, usando como justificativa a Doutrina Geral do Estado, que “tem por conteúdo a existência objetiva, histórica ou natural do Estado”, enquanto a doutrina jurídica se ocupa das “normas jurídicas que naquela existência real devem se manifestar” (BOBBIO, 2010, p.58).

A relação entre público e privado na produção do espaço é complexa, e compreendida, a partir do jogo de interesses, pois ora o Estado promove condições para a acumulação capitalista e espraiamento de atividades econômicas, ora dificulta a ação do mesmo para atender interesses sociais ou ideologias político-partidárias. Entretanto, há sobreposição de poderes quando ocorre proeminência de entes privados sobre o Estado na reestruturação espacial, neste caso há encolhimento do raio de ação estatal com relação a interesses capitalistas, o que aponta para mudanças culturais relacionadas ao consumo do espaço. Essa variação na política do Estado é identificada na Metrópole a partir da inserção do capital imobiliário no espaço, confirmando o que defende Sanches (2003, p.43):

No processo de transformação do espaço em mercadoria, o espaço abstrato – o espaço do valor de troca – se impõe sobre o espaço concreto da vida cotidiana – O espaço do valor de uso.

Ao restringir sua participação nas dinâmicas espaciais, sobretudo em centros urbanos, o Estado “permite” que os mercados e os sistemas comunicacionais insiram estratégias econômicas para a produção de lugares particulares das sociedades de consumo, deste modo o espaço tem retraído o valor de uso, passando a espaço-mercadoria. Sobre a submissão do Estado com relação à força do mercado Giddens (1999, p.56) afirma que: “O neoliberalismo empreendeu uma crítica constante do papel do governo na vida social e econômica, crítica que parece encontrar ressonâncias em tendências do mundo real”. Entretanto, o mercado não é capaz de substituir o Estado, visto que, ao contrário do mercado, o Estado pode prover meios para representações sociais de diversos interesses, promover debates políticos, proteger bens públicos importantes para o bem-estar social, regular mercados, sustentar o sistema jurídico e prover infraestrutura, enquanto o mercado nem pode nem está interessado nisso (GIDDENS, 1999, p.57).

Para um melhor entendimento da produção do espaço, a partir da relação público-privada, faz-se necessário ressaltar a diferença entre Estado e Governo. Utiliza-se Höfling (2001, p.31) para a explicação do tema:

Estado é o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Os governos seguem diretrizes partidárias e filosóficas, que norteiam o modo com o qual interferem nos territórios e fazem-no por meio das políticas de governo. Tais ações são direcionadas para resolver questões práticas firmadas como compromissos entre governantes e sociedade. Na prática as políticas de governo revelam interesse em manter o poder, motivo pelo qual buscam se harmonizar com as necessidades dos grupos sociais em evidência, por vezes neoliberais e grupos capitalistas, por vezes partidos de esquerda e classe trabalhadora. O Estado, por sua vez, é o conjunto de instituições que viabiliza a ação dos governos. Para Japiassu & Marcondes (1996, p. 90), “Estado é o conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas, policiais, administrativas, econômica, etc., sob um governo autônomo e ocupando um território próprio e independente”. Para os autores a concepção de Estado é diferente da ideia de governo, que é o: [...] “conjunto de pessoas às quais a sociedade civil delega, direta ou indiretamente, o poder de dirigir o Estado.”

É importante salientar que a produção do espaço não está ligada apenas à relação entre esferas pública e privada, e sim ao conjunto complexo de interrelações solidárias e contraditórias entre “sistemas de ações e sistemas de objetos” (SANTOS, 2006). Entretanto, as relações entre as esferas pública e privada, produtoras e reprodutoras do espaço expõem questões pertinentes a esta pesquisa como a privatização de espaços públicos, que ocorre, tanto por parte das camadas economicamente desfavorecidas, como por empresários, bem como a *publicização* de espaços privados. Tais conflitos de interesses

ganham relevo teórico na discussão sobre a relação dialética entre Estado, empresas e grupos sociais. Em Fortaleza, a *publicização* de espaços privados ocorre principalmente a partir de investimentos públicos em urbanização. Em 1973, a construção e inauguração da Av. Presidente Castelo Branco, conhecida por Avenida Leste-Oeste, que interliga estes dois eixos da cidade, representou o deslocamento de famílias daquela parte da orla para locais mais distantes. As comunidades dos bairros: Moura Brasil, Cinzas, Oitão Preto, Braga Torres e Soares Moreno foram transferidas para bairros periféricos, distantes do centro e dos locais onde residiam, como Conjunto Rondon, Vicente Pinzón e Jurema.

Na década de 1970, antes de o Estado direcionar investimentos na reestruturação da orla oeste para turismo e empreendimentos imobiliários, que apontavam para um maior crescimento econômico da metrópole, a área era ocupada pelo baixo meretrício, tendo destaque o Arraial Moura Brasil, com prostíbulos e locais de venda de drogas, conhecidas como “bocas de fumo”. O local, frequentemente noticiado em páginas policiais, era ponto de ocorrências criminais, localizado entre a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública, conhecido como “Curral das Éguas”, conforme explica Jucá (2000, p.205):

O Moura Brasil se destacava pela prostituição e pelo comércio de maconha. Calculava-se em 800 as prostitutas do bairro, também conhecidas como “mulheres do curral”, onde a água escorria pelo calçamento e poucos casebres dispunham de sanitários.

Esse espaço público passa por regulamentação, por meio de leis de uso e ocupação dispostas no Plano Diretor Participativo, e, mesmo assim, os arredores da Avenida Leste-Oeste continuam com ocupação de baixo padrão, ocupados por barracas populares, sem saneamento e infraestrutura adequada. O uso privado de espaços com alocação de baixo padrão resulta da constante relação de conflito entre poder público e a parcela mais desprivilegiada população. Após a abertura da referida avenida, barracas de praia passam a se instalar e ocupar espaços públicos, como se vê na Figura 05:



Figura 05 - Barracas de Praia da Av. Leste-Oeste – Orla Oeste.
Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2011

A carência de Políticas Públicas voltadas à orla oeste, em especial para o lazer e o entretenimento foram motivadores da privatização precária, que tem como peculiaridade ser realizada por grupos de baixo poder aquisitivo como resposta à carência de espaços públicos destinados a esse fim. Entretanto, contraditoriamente o Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, empenha-se em reordenar a orla oeste, retomando o antigo projeto de urbanização da área denominado Projeto Costa Oeste, rebatizado por Projeto Vila do Mar. O espaço esquecido e marginalizado pelo Estado é também foco de interesse de grupos empresariais. Assim volta o estado a se apropriar da área tornando-a pública, ou seja, utiliza-se do poder de polícia e passa a *publicizar* espaços apropriados em grande parte por habitações irregulares, favelas, bocas de fumo, pontos privatizados indevidamente. Assim, espaços públicos da orla oeste, passam a ser reestruturados pelo governo, que ao colocar infraestrutura urbana, atende a demandas em especial de empresários imobiliários que passam a especular a área revalorizada, que tende a deixar de ser espaço marginal, pois uma vez refuncionalizada passa a receber

habitações de luxo, hotelaria, e lugares de lazer e turismo integrando-se à Beira Mar Leste.

1.2. Privatização do Público e *Publicização*⁴ do Privado

Em termos legais o espaço público chega até onde começa o espaço privado e vice-versa, mas as relações público-privadas vão além das normas positivistas do direito, assim, a materialização de interesses dos diversos grupos sociais extrapola estes limites. Ao desapropriar áreas devidamente ocupadas o Estado o faz justificando o bem coletivo, ou seja, *publiciza* espaços antes privados em benefício da coletividade, este primado do público sobre o privado pode ser interpretado como o primado da política sobre a economia. Segundo Bobbio (2010, p.26) [...] “o processo de *publicização* do privado é uma das faces do processo de transformação das sociedades industriais mais avançadas”. Mas o aparente primado da política sobre a economia pode ter outras motivações que não sejam o bem-estar coletivo, sendo mera sobreposição de poderes, ou seja, o Estado, ao se impor sobre os espaços por meio dos governos, *publicizando* bens privados, pode estar atendendo a interesses e ideologias partidárias ou mesmo visando à arrecadação.

A privatização de espaços públicos de uso coletivo é desafio às gestões municipais, visto que esse fenômeno ocorre independente das distinções de classes. As “invasões” dos grupos sociais economicamente desfavorecidos ocupam espaços públicos para autoprovisamento, dada a falta de empregabilidade na maioria das metrópoles brasileiras. Na orla oeste, margeando a Avenida Leste Oeste, ocupando área da macrozona de proteção ambiental e área federal de marinha, encontram-se dezenas de barracas na beira da praia com concessão da prefeitura. Essas barracas se encontram na faixa de praia próximas à estação de tratamento da CAGECE, aproveitando o fluxo da avenida. Tais barracas estão instaladas desde o bairro Moura Brasil até a Barra do Ceará. Após o Pirambu e o Bairro Cristo Redentor, as barracas

⁴ *Publicização*: neologismo que se refere à tomada de posse de determinado bem privado pelo ente público. Termo citado por BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política (2010).

tornam a aparecer, tanto na faixa praial quanto às margens do Rio Ceará, conforme mostra a Figura 06:



Figura 06 - Orla do rio Ceará e praia, no bairro Barra do Ceará – Orla oeste.
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011.

Os espaços privatizados pelas barracas de praia e ocupados por comunidades de baixa renda são carentes de infraestrutura pública e destinam-se ao lazer dos moradores locais, sendo esses bairros populares constituídos por trabalhadores, comerciantes e famílias de baixa renda. O perfil dos frequentadores das barracas populares distingue-se radicalmente dos que frequentam o Marina Park Hotel, empreendimento que também privatiza espaço público, localizado na mesma praia das barracas populares. A distinção socioeconômica se revela no espaço por elementos simbólicos como muros, grades e vigilância constante, que resguarda a distância e evita contato entre grupos desiguais social e economicamente. No entanto, as intervenções espaciais de muros e grades, delimitam territórios inviabilizando acesso à parte

da praia, assim, banhistas, não hóspedes, ficam impedidos de desfrutar do bem natural que pertence a todos, indistintamente.

A privatização de espaços públicos em Fortaleza segue certo padrão. Empresas de lazer e turismo avançam sobre espaços com vocação turística para a prática de lazer elitizado concentrando-se a maior parte na praia ou próximas a ela. A proximidade com o mar e com o centro comercial, em áreas menos nobres, também atrai famílias que são impelidas a construir habitações precárias naqueles espaços, por impossibilidade de viabilizá-las em outro lugar. Nessa circunstância, aglomeram-se em comunidades para autoprovimento habitacional. Praças e ruas, mesmo distantes da praia, também são privatizadas pelo comércio informal. São espaços que deveriam servir ao lazer e proporcionar mobilidade aos cidadãos diariamente, mas que são delimitados por camelôs, vendedores, flanelinhas e prestadores de serviços como engraxates, para autoprovimento econômico, dada a falta de trabalho formal e que garanta o sustento familiar na metrópole cearense.

Cada vez mais conjuntos habitacionais tentam reproduzir em suas áreas comuns o ambiente das praças. Oferecem aos restritos usuários espaço seguro, limpo e saudável, mas por preços nada acessíveis. O confinamento de grupos sociais em lugares privativos redefine o uso das praças públicas, pois, quando deixam de frequentá-las, abrem precedentes ao uso destes lugares por partes de traficantes, prostitutas, ladrões e usuários de drogas, que é outra modalidade de privatização espacial. A privatização de áreas de uso coletivo, por grupos socialmente marginalizados restringe acesso a esses ambientes, muitas vezes relacionados à violência. Na visão de Serpa (2007, p. 35) “A crise da modernidade acontece nos domínios públicos e privados: a erosão do equilíbrio entre a vida pública e privada destrói o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo”. Vale lembrar que a orla leste também é ocupada por barracas de praia. Apesar de ser considerado espaço da elite e do turismo, há conflitos e contradições no uso do espaço.

1.3. Estado, Poder e Normatização Espacial na Cidade

O domínio do espaço é fonte de poder social e torna-se elemento fundamental para obtenção de lucro. Estado, grupos empresariais e grupos sociais se complementam, planejam e interferem no espaço, conforme conveniências próprias. Contudo, o controle do espaço envolve diversos sujeitos sociais, que também divergem ideologicamente dentro do jogo social, como grupos de oposição que, muitas vezes, reivindicam o valor de uso do espaço. Discutir o controle do espaço é tratar questões acerca de território. Etimologicamente, o vocábulo território deriva do latim *territorium*, utilizado pelo sistema jurídico romano para definir os limites do poder de uma jurisdição político-administrativa (COSTA, 2007, p.43). Entretanto, o conceito de território vai para além de uma determinada área de acesso controlado, pois o território é socialmente construído cotidianamente, com limites espaciais irregulares que se reconstróem constantemente no espaço-tempo, por meio da ação de atores sociais diversos, com ou sem a presença do Estado, como ocorre em algumas favelas. Pensar a normatização espacial requer encontrar distorções nas relações de poder que se desdobram no território, pois o uso e ocupação do espaço tanto geram desterritorializações como reterritorializações em múltiplas dimensões, sejam elas políticas, econômicas ou culturais, que se dão imbricadas dentro do amplo contexto da totalidade. A orla marítima de Fortaleza é um dos territórios mais disputados da cidade, que vivencia os processos estudados por Costa (2007).

A construção e a desconstrução de territórios seguem conflitos e contradições referentes às relações de poder, definidas pela divisão social do trabalho, que se dão no modo de produção capitalista. Assim, desconstruções territoriais são desterritorializações, definidas como movimento pelo qual se abandona territórios. Por sua vez, construção territorial define-se como reterritorialização, embora ambos sejam conceitualmente complementares (COSTA, 2007, p.127). Portanto, quando a ação estatal interfere no espaço, remaneja famílias para outros bairros, sobretudo famílias de baixa renda e reestrutura vias a partir de projetos urbanísticos, e, necessariamente, desterritorializa uns ao passo que reterritorializa outros. Este movimento tende

a reformular paisagens, bem como alterar o modo de apropriação espacial, redefinindo novos usos.

Nos primeiros anos do século XX, a população de Fortaleza concentrava-se no centro da cidade devido à proximidade com o comércio, portanto só havia uma centralidade. Na porção oeste localizavam-se os sítios das famílias ricas e o parque industrial de Jacarecanga. Após a transferência de grupos sociais abastados para bairros como o Benfica e para o setor leste, a capital cearense passa a conviver mais visivelmente com a segregação socioespacial. Com pouco tempo o comércio do centro passa a se localizar próximo às famílias ricas, criando subcentros. A partir daí inicia-se o processo de decadência do centro comercial fortalezense, que era também o ponto de convergência cultural da cidade. Largas avenidas cortaram a cidade em sentido leste-oeste, interligando o antigo reduto burguês, que passaria à periferia, ao moderno e requintado bairro da Aldeota. Fortaleza expande-se, criando subcentros ou novas centralidades⁵ em sentido leste e, aos poucos, bancos, lojas, *shopping centers*, cartórios e equipamentos de lazer marcavam o crescimento da metrópole. A expansão urbana, que se consolida nos anos 1980, revela novos jogos de interesses, sobretudo por parte de promotores imobiliários. Entretanto, o setor oeste entra em ostracismo, o comércio passa a oferecer apenas produtos essenciais em feiras livres, bodegas e mercearias, ao contrário dos supermercados e lojas do setor leste. Como pode ser visto na Figura 07:

⁵ O que define uma centralidade são os fluxos; a circulação contínua de consumidores, trabalhadores, automóveis, mercadorias, informações e ideias. A presença desses elementos e suas dinâmicas dão função aos espaços e definem territórios. (MILANI, Patrícia Helena e SILVA, Edima Aranha, 2009). O processo de centralização, ao estabelecer a área central, configurou-a de modo segmentado, com dois setores: o núcleo central, que pode ser denominado de *Central Business District*, e a área periférica do centro (CORRÊA, 1999).



Figura 07 - Bairro Barra do Ceará: Comércio de pequeno porte ao longo da Av. Leste-Oeste – Setor oeste de Fortaleza.

Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2011

Após anos de banimento social, o setor oeste, ocupado por comunidades de menor poder aquisitivo, que vivem em habitações precárias, passa a ser alvo de investidores, grupos imobiliários e do Estado. Não é por acaso que o recente projeto de urbanização da prefeitura, juntamente com o governo do Estado e a União, foi direcionado para esta porção da cidade. A saturação urbana do setor leste, com intensa ocupação, resulta na promoção de mudanças, primeiro com o crescimento a sudeste, reforçado pela implantação da Universidade de Fortaleza e o Shopping Iguatemi, depois o crescimento a oeste. Improvável há alguns anos por concentrar o baixo meretrício da cidade, a orla oeste passa a ser foco de especulação imobiliária e vetor de crescimento urbano, conforme se observa na Figura 08:



Figura 08 - Especulação Imobiliária - Favela Moura Brasil – Orla oeste.
 Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

A reestruturação espacial de espaços providos de beleza cênica, como é o caso da orla oeste de Fortaleza, remete a um possível resultado da eficiente política pública para a reestruturação de espaços opacos⁶. No entanto, é preciso que se perceba a real intenção, que toma corpo por trás de discursos e desígnios. Penetrar em espaços densamente ocupados por comunidades não é tarefa fácil, por isso tal empreitada fica por conta do Estado. Retirada parte das comunidades das áreas de interesse, entram em cena grupos empresariais de diversos segmentos e bandeiras para reterritorializar tais lugares, deste modo, o uso do espaço fica atrelado essencialmente ao consumo, longe dos olhares daqueles que não podem pagar por lazer, hospedagens e consumos.

⁶ Espaços opacos são aglomerações onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, também, aparecem como zonas de resistência. SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 39.

Em Fortaleza, a lei complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009, institui o Plano Diretor Participativo do município, ferramenta de relevância para a normatização espacial, que versa sobre aspectos como o direito à terra urbana, moradia, saneamento, preservação de ecossistemas, infraestrutura, transporte, lazer e cultura. Entretanto, tal instrumento público, embora carregue o nome de participativo, é amplamente criticado por falta de participação de comunidades na elaboração e por não alcançar os objetivos que propõe. Para Costa Júnior (2006, p.29) “o urbanismo é ignorado profundamente, o PDPFOR nem pode ser chamado de Plano Diretor, pois não cumpre seus objetivos”. Conforme o arquiteto, esse instrumento de normatização espacial tão importante é feito a partir de interesses negociados e parâmetros técnicos que chama de “cópia, de cópia, de cópia de ideias dos anos de 1920 e 1930, do tempo da campanha sanitária de Oswaldo Cruz”.

A ocupação indevida da faixa praial e de áreas de preservação como dunas e mangues é realidade em Fortaleza e sinaliza para um crescimento urbano conduzido por interesses de classes. A segregação socioespacial é fato histórico, sendo assim, produto de múltiplas relações de poder estabelecidas entre Estado e classes ricas em detrimento da classe trabalhadora.

Fortaleza desde sua origem é organizada segregando seus espaços. A cidade é caracterizada pela ocupação das classes ricas no lado leste da cidade e as pobres assentam-se no lado oeste constituindo os bairros periféricos. As condições sócio-econômicas dos indivíduos determinam a forma de aquisição dos espaços a serem utilizados. Para os pobres sobram os espaços menos dotados de equipamentos e de condições urbanas e para os ricos, que detêm poder econômico, os espaços plenos de tecnologia e requinte. (CORIOLANO MENDES; LIMA; 2004)

O Estado moderno, calcado no modo de produção capitalista, transforma territórios que, via especulação do mercado imobiliário, passam a ser simples mercadorias. Assim, as cidades são refuncionalizadas, redefinindo padrões de uso e ocupação, bem como alterando paisagens. Tal dinâmica responde ao movimento do capital financeiro, no meio urbano que internacionaliza espaços e restabelece ofertas de serviços, acessos e infraestrutura urbana, revelando

novas forças políticas e relações de poder. É o que acontece em qualquer cidades de sociedades desiguais.

Na metrópole cearense, a especulação sobre espaços de interesses imobiliários amplia o raio de abrangência do potencial turístico da cidade, plano amplamente difundido pela mídia. A expansão de espaços turistificáveis atende à necessidade criada pelo aumento do fluxo turístico concomitante à ampliação do poder de compra da classe média emergente. Tal classe economicamente emergente passa a ter relevante papel na expansão urbana, com grandes impactos socioespaciais, pois passa a consumir mais espaços, com isso, cada vez mais, comunidades carentes que residiam em zonas litorâneas são banidas de seus territórios sendo, portanto, desterritorializadas em detrimento do consumo predatório, tendo em vista a acumulação de capital (COSTA, 2007, p.127).

Do ponto de vista político, os discursos se confundem ao passo que se acumulam. Na capital alencarina, as gestões municipal e estadual parecem nunca entrar em compasso quanto às ações que efetivamente criam impactos socioespaciais positivos. Ora a implantação de um estaleiro em área litorânea é um benefício por gerar empregos, reestruturar áreas urbanas ditas de risco e polarizar atividades econômicas contíguas ao empreendimento, ora é risco ecológico incomensurável e um desrespeito às territorialidades estabelecidas pelas comunidades que ali residem. O que se vê, portanto, é uma disputa de egos e interesses políticos restritos aos partidos, mas com repercussões sociais contrárias as desejadas, que não respondem efetivamente às necessidades dos cidadãos, servindo somente de argumentação para discursos eleitoreiros. A população não sabe quais os reais interesses desses jogos de força de partidos políticos, quando muitas vezes a cidade e os residentes saem perdendo.

Portanto, a relação entre Estado e os diversos detentores do poder resulta, quase sempre, em interferências espaciais, que não alcançam os objetivos devidos. A normatização do espaço, tal como está proposta no Plano Diretor, não encontra equivalentes na concretude do processo de urbanização de Fortaleza. As interferências na orla oeste, mesmo que parciais, devem-se

não apenas às pressões da comunidade, mas também e, principalmente, aos interesses de grupos empresariais no prolongamento da beira-mar em benefício próprio, ocorrendo a já histórica e tradicional “invasão-sucessão”, que consiste na saída de determinado grupo social para instalação de outro, evidenciando o processo de segregação residencial, gerando espaços de dominação (CORRÊA, 1999, p.59).

1.4. Espaço Urbano, Prática da Democracia

A apropriação privativa de espaços públicos representa o encolhimento da democracia. Há necessidade de confinamento em lugares fechados das classes abastadas, distanciadas da vivência em espaços comuns, pois, muitas vezes, o público é ocupado por populares, e, o que é popular, por sua vez, remete a algo sem qualidade. Em contrapartida, as camadas populares e os que são socialmente excluídos, como os moradores de rua, apropriam-se desses espaços, seja para trabalho, para simples circulação ou habitação. Assim, tanto o distanciamento das classes abastadas, como o crescente espraiamento das camadas populares sobre espaços públicos, utilizando-os para fins pessoais, apontam para a restrição de uso destes espaços. Praças, parques e calçadas, portanto, passam a ter limitado uso para vivência e lazer, sendo desse modo, muitas vezes, indevidamente apropriados.

Ao incorporar espaços públicos como extensão de espaços privados, grupos sociais territorializam-se, tornando o acesso a determinados lugares ainda mais restritos. Sobre território, Raffestin (1993, p.143) observa que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço.” Em Fortaleza, bairros como Barra do Ceará, Cristo Redentor, Pirambu e Moura Brasil, considerados *guetos* por muitos, possuem espaços territorializados, onde o acesso depende de prévia permissão, pois ali estão delimitadas fronteiras estabelecidas por tribos urbanas que, nestes lugares, afirmam suas identidades. Os conflitos gerados a partir de delimitações territoriais dos grupos que materializam suas identidades no espaço limitam o acesso democrático sobre espaços públicos, conferindo a esses, a condição de *particular*, contraindo o exercício da cidadania.

Grandes centros urbanos, lugares nos quais se desdobram séries de processos sociais e espaciais complementares, materializam formas e criam atividades que ordenam a cidade, como territorializações. Tais processos definem uso e ocupação urbanos, distribuídos espacialmente em diversas territorialidades. Para Corrêa (1999, p.36) “são os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista”. A criação de núcleos secundários é motivada por fatores de atração em áreas não centrais, como o deslocamento de grupos sociais de alta renda. Essa descentralização acaba por segregar espaços que historicamente desempenham papel de centros comerciais. Em Fortaleza, o centro da cidade, era o reduto de intelectuais, viajantes e boêmios, onde aconteciam as principais atividades culturais da elite cearense, seja em teatros, bares e clubes, seja na própria rua. Contemporaneamente, a administração municipal busca resgatar alguns destes espaços tradicionais, reformando praças e ruas, que durante longo processo de segregação perderam a função residencial, assim, produzem-se vazios urbanos e acentua-se o enfraquecimento do centro histórico enquanto patrimônio material e imaterial.

A abrupta reprodução do espaço urbano da capital cearense segregou classes sociais violentamente, degradou o meio ambiente e permitiu a privatização de espaços públicos de maneira descomedida. Deste modo, trabalhadores pouco qualificados, mal remunerados e com empregos precários resolvem buscar a renda familiar nas ruas, sobretudo por meio do comércio informal. Ambulantes, engraxates, *hippies*, vendedores de cachorro quente, de revistas e de toda sorte de produtos, lícitos ou não, comercializados suas mercadorias em vias públicas, ocupando o espaço de pedestres. Este tipo de privatização do espaço resulta da escassez de trabalho, quando cidadãos se vêem obrigados a encontrar meios alternativos⁷ o que Coriolano (2006) denomina de políticas alternativas e Haguette (1982) de estratégias de sobrevivência, para honrarem dívidas e compromissos.

⁷ Coriolano (2004), em tese de doutorado, diferencia política pública de política alternativa, justificando que as políticas, muitas vezes, não chegam às camadas periféricas como deveriam. Assim, como o poder público não cria políticas de geração de emprego e renda eficientes, os desempregados criam políticas alternativas de autoprovisamento.

A precarização da vida nos grandes centros urbanos agudiza o processo de segregação de grupos expropriados do direito ao trabalho, saúde, educação e moradia. São os moradores de rua que, sendo marginalizados pelo modo de produção, vivem de mendicância, da prostituição e, por vezes, da prática de delitos. Para este grupo não resta outra opção, senão, apropriar-se de determinado espaço público para moradia, ou seja, transformar parte da rua em habitação. Em praças e calçadas, além de mendigos, há grupos de trabalhadores informais de variados tipos. Tais grupos buscam sustento familiar em espaços públicos e, deste modo, a dinâmica dos processos espaciais se altera, pois a função inicial destes lugares é modificada por processos sociais, estabelecendo distanciamento entre a finalidade para as quais foram construídos e aquela em se constitui de fato.

Espaços cotados pelo turismo e especulação imobiliária, como praias e bairros circunvizinhos, que, a princípio, deveriam suprir necessidades de habitação e lazer da população, também são abocanhados. Com isso, vastas porções da orla são isoladas para uso restrito de grupos privilegiados. Também neste caso o acesso ao espaço público é o menos democrático possível. Na capital cearense, observa-se que grupos empresariais se apropriam de praias em benefício próprio, assim, solapam o direito à cidade, ignorando os demais grupos sociais, desfavorecidos pelo processo desigual de distribuição de renda. A especulação também reserva espaços para futuras transações, tal como acontece na orla oeste, onde prédios abandonados aguardam o crescimento econômico da região. A valorização imobiliária esperada para o setor oeste de Fortaleza é latente, como mostra a Figura 08: um conjunto residencial da década de 1980, construído para a classe média e não ocupado por esta na orla oeste, junto à favela. O prédio, remanejado de empresa privada para o Estado, encontra-se na posse da prefeitura municipal, aguardando oportunidade de uso. Portanto, o próprio Governo adota comportamento de especulador, pois ao lado do prédio encontram-se famílias mal alojadas, impedidas de dele usufruir como residência. A atual gestão municipal, mesmo diante dessa situação, certamente possui proposta de uso que se desconhece e que não inclui realocação dessas famílias para o equipamento, pois caso contrário, já o teria feito.



Figura 09 - Especulação Fundiária - Prédios abandonados entre Centro, Favela Moura Brasil e Av. Leste-Oeste.
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

Em Fortaleza, as desigualdades são evidentes e a divisão das classes sociais é historicamente tensa. Na orla oeste da cidade, hotéis e casas de espetáculos se blindam diante do que consideram perigoso. Câmeras, segurança particular armada, viaturas, muros e portões estabelecem os limites socioespaciais das classes ricas e pobres. No Marina Park Hotel, as janelas principais são viradas para o mar, com vistas para as embarcações de luxo do cais particular, de costas para a favela do Moura Brasil. No estacionamento externo foram plantadas árvores para evitar a visão da paisagem contrastante das comunidades marginalizadas, deixadas ali até que o processo de privatização da orla seja concluído.

A privatização de espaços públicos limita o fluxo de transeuntes e canaliza o movimento de pedestres ao ponto de esvaziar alguns lugares (SERPA, 2007, p.32). O isolamento das classes média e alta, em prédios, veículos e espaços privativos, evidencia uso de áreas públicas por usuários de

droga, prostitutas e demais usos socialmente marginalizados. Na orla oeste da metrópole cearense, territórios definidos de grupos sociais específicos reprimem fluxos de pedestres. E, assim, frequentadores dos hotéis não podem extrapolar o raio de segurança da atenta guarda particular, pois caminhar fora do território delimitado é expor a própria integridade física. Na mesma medida, a circulação de moradores das comunidades, que margeiam tais empreendimentos é restrita. A própria praia, lugar público, tem acesso limitado nas imediações do Marina Park Hotel. Assim, ao se transitar pela Avenida Leste-Oeste percebem-se inscritas no espaço, de forma bem definida, as fronteiras restritivas do acesso ao espaço. Atente-se para o fato de que tanto o Pirambu como o Marina Park Hotel não permitem a entrada de pessoas fora de seus padrões e ambos estão ocupando a praia, que é espaço público.

1.5. Uso e Ocupação de Espaços Públicos

A metrópole Fortaleza cresce, sem satisfatória participação popular em relação ao planejamento e planos de execução de obras, que ordenam o espaço urbano e edificam a cidade. A ocupação da cidade se dá de modo desordenado, avançando sobre bens naturais, com disputa de espaço para a instalação de atividades econômicas, moradia e lazer. O adensamento populacional, galerias irregulares de esgoto e gestão desarticulada dos resíduos sólidos intensificam a pressão sobre o solo acarretando riscos ambientais especialmente nas zonas costeiras.

O turismo torna-se importante vetor de ocupação espacial, que se concentra principalmente na orla marítima e bairros adjacentes. Somente em 1974 é que no Brasil inicia-se a política nacional de gestão do litoral a partir da criação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM (Vasconcelos, 2005, p. 23). A ocupação da orla marítima de Fortaleza não é homogênea, ocorre com concentração populacional em núcleos de grande densidade demográfica como o Pirambu, que, estigmatizado, tem o nome mudado para Bairro Nossa Senhora das Graças, com cerca de 40 mil habitantes. O bairro apresenta diversos vazios urbanos e zonas deprimidas

como reservas espaciais produzidas pela especulação imobiliária, uso inadequado do espaço e carência infraestrutural com indícios de que o planejamento não é solução para tudo, o problema é saber o que planejar e para atender a quais interesses.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR projetado por política pública federal planeja e implanta infraestruturas capazes de valorizar zonas de interesse turístico, sobretudo no Nordeste, tendo alcançado os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, incluindo Minas Gerais e Espírito Santo. Os governos adotam modelo democrático no contexto da pós-ditadura, início dos anos de 1980, acreditando que, para viabilizar o desenvolvimento, faz-se necessário apenas crescimento econômico, o que se revelou um equívoco. Passam a atrair empresas, criar condições fiscais, prover espaços estruturados e instituir políticas públicas para recebê-las, e, nesse momento, o turismo é visto como uma das “principais indústrias”. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense – PRODETURIS, criado em 1989 pelo governo estadual, identifica, mapeia recursos ambientais litorâneos e diagnostica a área piloto para o PRODETUR-CE, executado em 1992.

No Ceará, com amparo em Coriolano (2006, p.110), o PRODETURIS divide o litoral em segmentos: “A partir de Plano de Mudanças (1987) o Governo estadual dividiu o litoral do Ceará em dois segmentos, tendo como referência Fortaleza”. Em direção leste, até o município de Icapuí, o trecho possui 210 km de extensão. Para oeste, até o município de Barroquinha, são mais 363 km. O litoral oeste recebe o principal programa turístico do estado: o PRODETUR-CE, implantando o chamado “Polo Ceará Costa do Sol”. Por antecipar estudos no litoral cearense, o PRODETURIS serviu de base para a instalação do PRODETUR no Ceará, que foi dividido em duas fases. No PRODETUR I participaram os municípios de Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca. Com exceção de Fortaleza, todos se situam no litoral oeste do estado, integrando o Polo Ceará Costa do Sol.

O PRODETUR II passa a integrar outros municípios cearenses ao programa como: Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Aquiraz, esse último na região metropolitana de Fortaleza, localizado no litoral leste a 27 km da capital. Segundo Coriolano (2006, p.124), Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Chaval, Granja e Barroquinha são contemplados indiretamente pelo programa, pois ao estender-se até os estados do Piauí e Maranhão, passava-se necessariamente por estas cidades. O PRODETUR realizou diversas obras como a ampliação de sistemas de abastecimento de água, saneamento básico e ampliação de terminais marítimos para transporte turístico. As obras mais relevantes foram o Aeroporto Internacional de Fortaleza e a Estrada Estruturante Caucaia-Itapipoca, estabelecendo comunicação por vias secundárias nos municípios litorâneos integrados ao projeto para estimular o turismo.

A construção da Ponte José Martins Rodrigues sobre o Rio Ceará (FIG.10), inaugurada em 11 de outubro de 1997, ou seja, depois da implantação do PRODETUR-CE, ligando Fortaleza ao município de Caucaia, não ocorreu por acaso, nem liga a Metrópole apenas a Caucaia, sobretudo facilita a ligação com os municípios do PRODETUR. O empreendimento faz parte da política de valorização do litoral cearense e deixa um impasse de difícil solução a ser resolvido, ou seja, a abertura e ocupação da orla oeste, totalmente fora do padrão desejado, e que precisa equiparar-se a leste. Portanto, a ideia da abertura e modernização da orla oeste é apenas questão de tempo. Pode-se dizer que a orla oeste representa um “hiato” no contexto litorâneo turístico da capital, está “imprensada” entre praias turistificadas a leste e as praias a oeste de Caucaia, inseridas no PRODETUR. Não resta dúvida que as praias no município de Caucaia depois da construção da ponte tiveram acentuada procura por moradores da Barra do Ceará, no entanto o que se vislumbra é que com a desobstrução da passagem pela orla oeste esse espaço poderá ser apropriado pelas demandas turísticas e por empreendimentos privados.



Figura 10 - Ponte José Martins Rodrigues – Rio Ceará, Orla Oeste.
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

As praias, a oeste da capital, nas quais se implantou o programa de desenvolvimento turístico, eram ocupadas por comunidades mais distantes umas das outras, politicamente desarticuladas, sem domínio das tecnologias e desprovidas de recursos

econômicos. Essa situação deixa o espaço mais acessível a projetos externos, elaborados pelo Estado e abocanhados por mega empreendimentos, em especial redes de hotéis de bandeiras internacionais e de *resorts* provenientes do eixo globalizado. Muitas dessas situações acabam desfavorecendo comunidades, famílias de pescadores que ficam às margens do processo e passam a se sentir excluídas.

No caso dos bairros da orla oeste da capital, o processo de cooptação está mais difícil e mais lento, visto que as favelas (comunidades) estão mais densamente consolidadas, articuladas politicamente por diversos grupos de movimentos populares, com apoio de instituições não governamentais e também de movimentos religiosos e políticos. Entretanto, a força do capital arrebatava lentamente espaços que vão sendo cedidos por famílias que, por necessidade, vendem as residências, isso quando não são expropriadas e removidas para bairros distantes por políticas públicas desenvolvimentistas e elitistas.

O momento de preparação da metrópole para receber a Copa acelera processos de expropriações, remoções e reordenamentos, porque, para o modelo econômico, a cidade mercadoria está vendida para a Copa, para os turistas que acompanham os jogadores para o megaevento.

Conforme se observa na Figura 11 (Mapa de Zoneamento Urbano) do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, a porção norte do setor oeste da cidade é considerada Zona de Ocupação Preferencial 01 (ZOP 01). Área destinada à intensa dinamização de uso e ocupação do solo, sendo possível a ampliação dos níveis de adensamento construtivo, recuperação de equipamentos e espaços públicos, promoção, integração e regularização urbanística e fundiária dos núcleos habitacionais existentes, com o gabarito máximo de edificação permitindo construções com altura máxima de até 72 metros, sendo a altura aceita para edificações na metrópole, com taxa de permeabilidade de 30%, o que significa o espaço livre e permeável do lote, conforme artigos 79 a 82 do Plano Diretor. Veja-se que a taxa de ocupação da Aldeota e orla leste, zona de ocupação consolidada é exatamente a permitida para essa área da orla oeste. Como esse espaço é ocupado por trabalhadores e famílias de baixa renda, certamente não serão estes os agentes produtores da ocupação e verticalização projetadas para a área. O que fica subentendido é que as empresas imobiliárias serão os atores dessa metamorfose. O que não ocorrerá sem conflitos, visto que os interesses do capital ferem alguns interesses da população residente. Em observação de campo, foi verificado que algumas famílias foram removidas, outras indenizadas e que há algumas que desejam ser indenizadas e transferidas para imóveis em conjuntos habitacionais. Há também as que resistem e não facilitam as negociações por saberem de seus direitos desrespeitados.

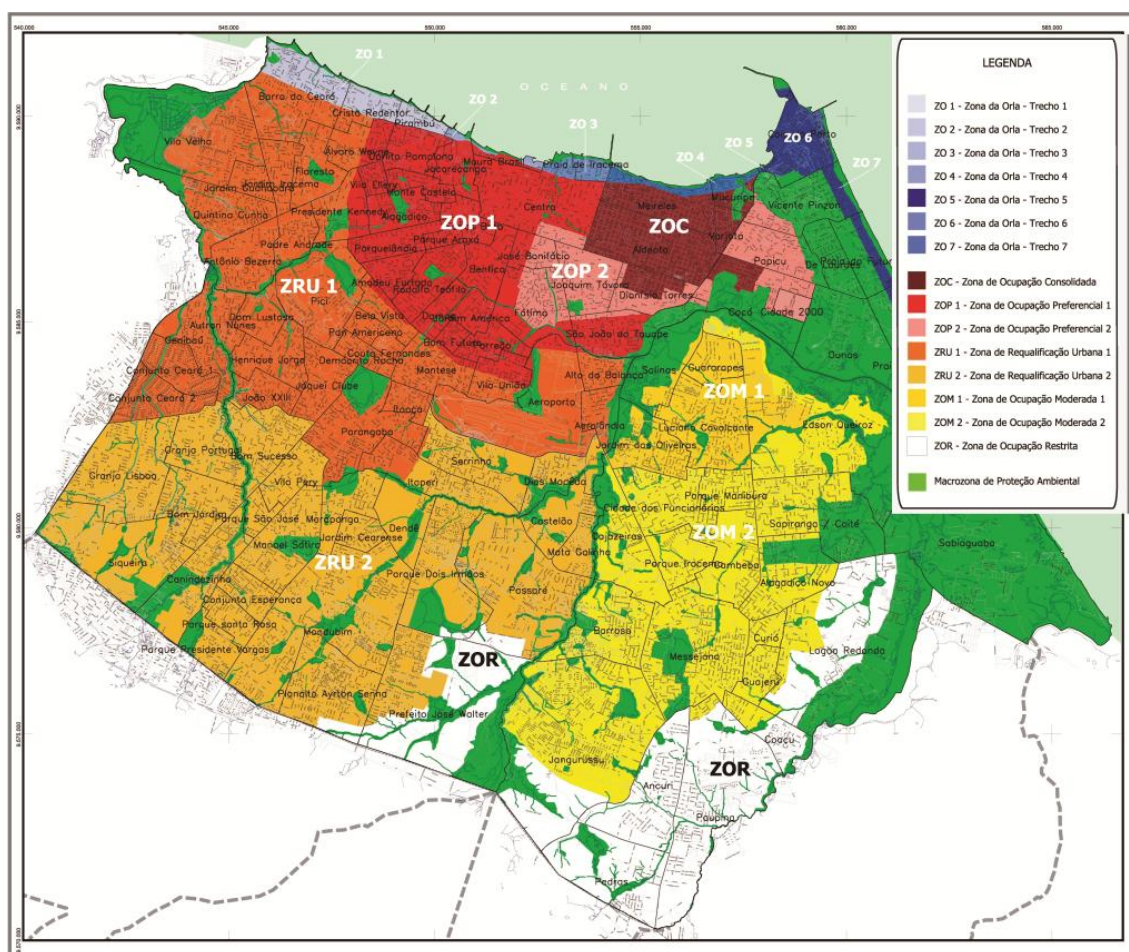


Figura 11 - Mapa de Zoneamento Urbano
Fonte: Plano Diretor Participativo – Fortaleza, 2006.

A ZOP 01 tem índice de aproveitamento ou quociente entre a soma da área parcial de edificação e a área total do terreno, em nível 3,0, o maior da capital. O setor oeste também permite taxas de ocupação, tanto para edificações como para o subsolo de 60%. Bairros relevantes para esta pesquisa, como a Barra do Ceará e parte do Cristo Redentor, são considerados Zona de Requalificação Urbana 01 (ZRU 01), ou seja, área de grande interesse e prioritária para a intervenção estatal. A Zona de Orla (ZO) também é prioritária naquela região, consideradas ZO 01 e ZO 02, tendo uso e ocupação regulados pelo mesmo Plano, visto que estão incluídas na Macrozona de Proteção Ambiental. Essa macrozona é composta por ecossistemas de interesse ambiental, bem como por áreas destinadas à proteção, preservação, recuperação ambiental e permite usos e atividades sustentáveis, restringindo a expansão urbana aos seus limites.

Os governos cearenses colocam explicitamente, desde o final da década de 1980, que o turismo é prioridade para a economia cearense, e que políticas públicas contemplam interesses do turismo em detrimento dos interesses da população local, produzindo espaços diferenciados, ou uma cidade voltada ao turismo e outra aos residentes, carente de serviços públicos. A omissão do Estado permitiu que a orla oeste fosse sendo produzida caótica e desordenadamente, gerando graves problemas de ocupação por fechar a orla, o que se tenta contemporaneamente resolver, mas a solução torna-se difícil por envolver ocupações de comunidades historicamente adensadas e consolidadas, mas, inadequadas do ponto de vista urbanístico, o que se agudiza quando esse quadro é associado a uma metrópole moderna e turística. Daí por que o Plano Diretor de Fortaleza, ao liberar a intensificação da ocupação, e permitir a verticalização no limite máximo, estabelece também que projetos contemplem as habitações e os mercados de interesse popular que ali se encontram, conforme Artigo 80. Certamente ficaram algumas antigas favelas que deverão ser urbanizadas, verticalizadas, transformadas em conjuntos habitacionais populares e muitas delas serão totalmente demolidas para dar lugar à orla integrada e moderna da metrópole Fortaleza.

1.6. Mudanças de Diretrizes Políticas: Modernização e Turismo

No contexto da transição das elites agrárias tradicionais para a modernização empresarial, o Estado adota posturas políticas diferenciadas passando a posicionar-se, de acordo com as necessidades das atividades econômicas emergentes. Entre as décadas de 1980 e 1990, o crescimento econômico é norteado por perspectivas ditas inovadoras ou “mudancistas”, por não mais se concentrar apenas nas atividades primárias, nesse contexto emerge um bloco político de ideias, valores e comportamentos alicerçados em interesses empresariais. O turismo passa a ser um dos elementos fundamentais nessa outra perspectiva de desenvolvimento econômico, isso porque é atividade econômica de relevante expressão para incremento da economia e coerente com as potencialidades locais, como as belezas cênicas do litoral. Tal potencial é fortemente explorado pelo modelo econômico, e o

Estado oferece suporte, condições infraestruturais e fiscais para estimular a atividade.

Explicando as políticas implantadas no Ceará, Parente (2000, p.21) remete ao comportamento da sociedade mostrando que “as elites cearenses oscilam do conservadorismo na década de 1930 para a modernidade na década de 1990”. Quando essa nova elite se destaca nacionalmente, guarda ideologia, essencialmente burguesa, moderna, mas que não deixa de ser conservadora. A nova elite propõe desenvolvimento pela indústria e turismo, criando outra imagem do Ceará. Assim, o estado entra no circuito nacional do turismo, consolidando-se como núcleo receptor e desenvolve os maiores esforços para aparecer no circuito internacional.

A imagem do Ceará passa a ser mercadoria de grande importância, resultado de construções simbólicas baseada na referência *standard* de prosperidade e vigor de paisagens naturais, sol e praia. A imagem dos paraísos tropicais cearenses foi criada com fins definidos, o turismo tropical dos litorais. Entretanto, ao ressaltar belezas cênicas e riquezas culturais pitorescas, o *marketing* deixa propositadamente em segundo plano os problemas sociais historicamente acumulados. Em Fortaleza, cidade na qual o turismo tem relevante papel como vetor de crescimento econômico, o *marketing* da cidade de sol e praia é parte de processo político, que ajuda na reestruturação do espaço (DANTAS, 2002).

Os problemas sociais e políticos são escamoteados nos discursos do governo e de grupos de empresários do turismo, prevalecendo o destaque das vantagens da visita a Fortaleza. Assim, se estabelece o conflito entre quadros simbólicos díspares de pobreza e riqueza; orla elitizada e orla popular, mas, ao mesmo tempo, próximos, visto que são partes da mesma construção social. A fase de transição política vivida nos anos de 1980, que passa do modelo ditatorial para um pretense estado democrático de direito, marca a falência do Estado moderno. Assim, com a política descentralizada, abrem-se caminhos importantes para a iniciativa privada, que passa a interferir de modo decisivo no espaço. Na capital cearense não poderia ser diferente, o processo de modernização da Metrópole carrega marca do Governo das Mudanças, com

estratégias que ligam a metrópole ao mercado global. Fortaleza, então, inscreve-se nas rotas aéreas internacionais, passa a ser destino turístico dos que buscam sol e praias.

Fortaleza sofre intensas mudanças infraestruturais e, sobretudo, econômicas a partir da década de 1980, o que a configura como destino turístico, dentro do modelo de base internacional do turismo global. Coriolano (2008. 36) chama atenção para o processo histórico de mudanças, sejam sociais, econômicas ou políticas, que se aproximam dos modelos desenvolvidos em países centrais, a chamada *modernização*, tal qual acontece com a metrópole cearense:

A transformação por que passa o estado do Ceará, com o esforço governamental de torná-lo moderno, criando instituições, transfazendo sua economia pelo incentivo à industrialização e ao turismo, caracteriza-se como processo de modernização local.

A modernização de Fortaleza, idealizada como projeto de desenvolvimento da capital, e mesmo do estado é, contraditoriamente, um processo social, economicamente excludente. Cria condições para empresários nacionais e internacionais se estabelecerem, com apoio do Estado e incentivos fiscais. Por outro lado, essa modernização espacial, que instiga investimentos para incremento e instalação de empreendimentos turísticos e industriais, garantindo divisas ao governo, é incapaz de possibilitar distribuição de renda e garantir condições básicas de vida à população residente.

Desenvolvimento não é apenas o resultado do processo de crescimento econômico; é produção de riquezas com distribuição equânime. Entretanto, desenvolvimento não fica restrito à economia, as mudanças na estrutura produtiva de um país são acompanhadas por transformações qualitativas com relação à saúde, educação, trabalho e acesso à cultura e lazer. Fortaleza passa por transformações, que têm como justificativa o desenvolvimento, no entanto, acumula problemas sobre as principais funções urbanas, demonstrando ineficiência dos mecanismos políticos do Estado. Para Coriolano (2006, p.11), “desenvolvimento é um conceito associado à ideia de fazer as

nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobreza”, mas, dentro do modelo econômico, que distribui pobreza, seria possível a superação? Para a autora “quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer e não do mundo em que se vive”.

A modernização, no discurso neoliberal, favorece a expansão da economia, mas não promove distribuição de renda e desenvolvimento social. Por meio de serviços e comércio gera intensa concentração populacional também em regiões metropolitanas, o que sobrecarrega os serviços de transporte, saúde e abastecimento de água, além de elevar sobremaneira a geração de lixo, com consequente impacto socioambiental. Há também enorme pressão sobre o mercado de trabalho, elevando-se a demanda acima do número de vagas oferecidas (IPECE, 2005). Assim, os resultados da modernização em lugares subdesenvolvidos não são o desenvolvimento. O processo de modernização do Ceará, por exemplo, remete às disputas de interesses e estrutura política conservadora e burguesa. O discurso determinista das elites regionais responsabiliza diretamente as condições físico-naturais pela pobreza no estado e esse mecanismo ideológico fundamenta o tipo de política perpetrada durante longos anos, estabelecendo quadro de dependência permanente com relação ao Governo Federal.

Para as elites conservadoras, evidenciar tragédias naturais configura-se como mecanismo de captação de recursos, ocasionando vantagens. Daí por que, no Nordeste, a difundida imagem de pobreza funciona como elemento de apelo para justificar a manutenção do *status quo* e mostrar o poder de barganha dos governantes. Em épocas de seca, Bahia, Pernambuco e Ceará mostravam essa força, aprovando o maior número de projetos liberados pela SUDENE (PARENTE, 2000, p.60). Todavia, quando as oligarquias regionais resolvem apoiar a *modernização*, por meio da indústria, acabam por inviabilizar as bases de sustentação, que eram as estruturas agrárias, enfraquecendo laços políticos. Lideranças empresariais no Ceará acabam por implantar a “Indústria do turismo”, admitindo ser o caminho inequívoco ao desenvolvimento.

Entretanto, o turismo não se legitima como possibilidade para alcançar o desenvolvimento. Pensar a atividade como decisiva para a obtenção de prosperidade social e econômica é ignorar as demais potencialidades do lugar. No entanto, pode-se pensar a atividade como razoável colaboração para mitigar dificuldades econômicas, criar mecanismos para amenizar carências e incrementar estrutura produtiva. Em Fortaleza, o turismo e o lazer têm contribuído para o modelo de uso e ocupação do solo. Investidores imobiliários, empresários do turismo e entretenimento concentram-se, na orla da cidade, que passa a ser lugar das classes sociais abastadas. Ao elegerem a orla leste, como área de concentração para empreendimentos, a outra parte da cidade permanece menos cotada. A orla oeste da metrópole permanece horizontal e sem investimentos, tanto em infraestrutura pública como privada, com presença de equipamentos de segunda ordem como: cemitério, estação de tratamento de esgoto, Instituto Médico Legal e intensa presença de favelas.

As zonas leste e oeste mostram contrastes socioeconômicos também com relação a rendimentos por domicílios particulares. Enquanto a porção leste da cidade concentra moradores que ganham acima de 10 ou 20 salários mínimos, a porção oeste agrupa a maior concentração de domicílios nos quais moradores ou não possuem rendimento algum ou ganham até 02 salários mínimos. Essa intensa concentração populacional de grupos sociais de alto padrão de vida na orla leste evidencia a polarização socioeconômica da cidade e indica onde estão alocadas as infraestruturas urbanas. A Figura 12 mostra a renda média das famílias, onde é possível verificar que as rendas mais elevadas, as de 20 a 23 salários mínimos, por chefe de família, estão na orla leste, as de 10 a 20 salários, estão nos bairros ricos da cidade, tais como Aldeota, Meireles e Varjota, nas imediações da orla leste. Na orla oeste predominam os salários de 1,25 a 2 salários mínimos, mostrando o contraste socioeconômico entre o setor leste e oeste da cidade de Fortaleza.

Plano Diretor Participativo – Fortaleza 2006

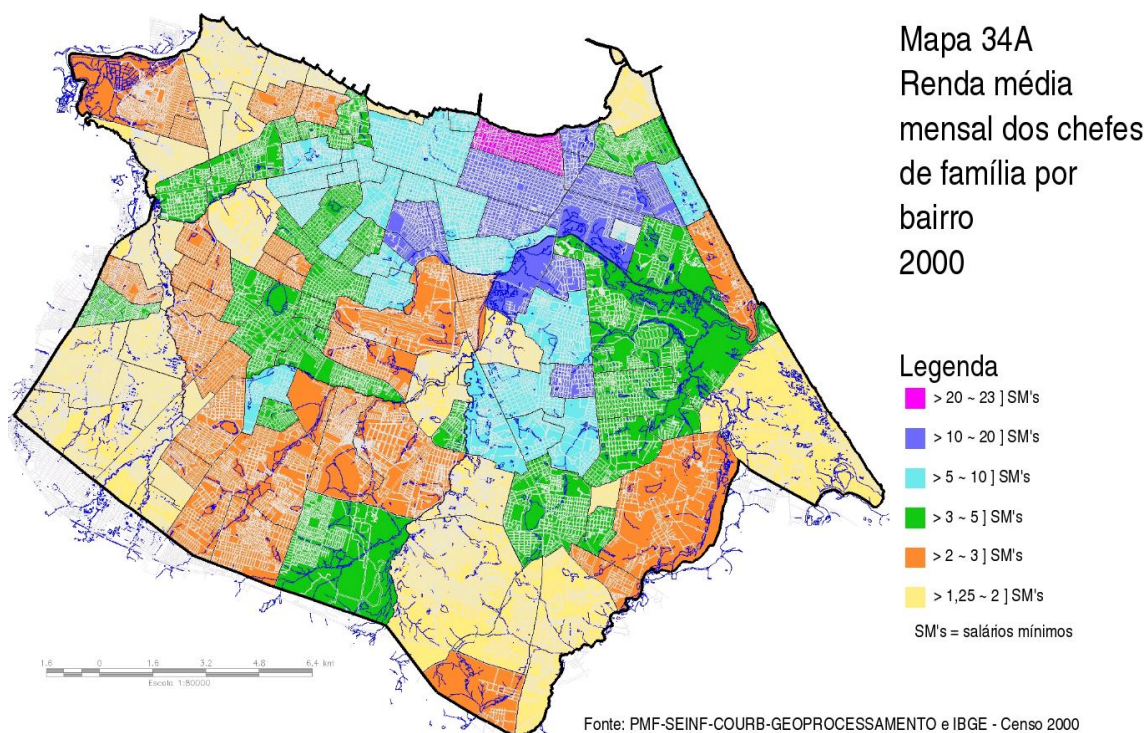


Figura 12 - Mapa de Rendimento Mensal por Bairro:
Fonte: Plano Diretor Participativo – Fortaleza, 2006.

Esse quadro tende a ser alterado, não porque o Estado interfira significativamente nas condições de vida das populações, mas porque a saturação espacial e o alto valor da terra no lado leste acabam deslocando investimentos para o oeste, este menos favorecido. Não se trata de substituição da população carente por outra economicamente privilegiada, mas, sim, de disputa de classes por territórios, o que tende a mesclar camadas sociais distintas do ponto de vista do consumo. Com a atração de camadas sociais que recebem acima de cinco salários mínimos, eleva-se o nível de consumo, influenciando na atração de imóveis de melhor padrão com consequente aumento no valor da terra, mais atividades varejistas e investimentos públicos em infraestrutura. É possível observar o avanço do setor imobiliário sobre a orla oeste, onde se instalam grandes condomínios e *shopping centers*, como mostra a Figura 13:



Figura 13 - Avanço de setor imobiliário sobre a orla oeste. Condomínio Navegantes, bairro de Jacarecanga.
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

No bairro de Jacarecanga, aproveitando o gabarito permitido pelo PDPFOR, está sendo construído o Edifício Cidades. Com base na Construtora Jatahy Engenharia, o empreendimento terá 32 andares e infraestrutura contando com creche-escola, consultório médico e odontológico, farmácia, praça de alimentação, mercado, loja de conveniência, *rotisserie*, *cyber café*, livraria, boutique, cobertura com salão de festas e mirante, sendo o mais alto da cidade. O prédio está de frente para o mar e localizado na orla oeste, entre as ruas Padre Mororó, Guilherme Rocha e Agapito dos Santos, três quadras a sul do Cemitério São João Batista. Os apelos publicitários do empreendimento colocam a orla leste como paraíso tropical, como se observa na propaganda: “O lançamento do Século - Uma cidade sobre a cidade - 32 andares de pura felicidade”. Ao referir-se à possibilidade de crescimento imobiliário a oeste, fazendo menção ao lado leste a propaganda reforça: “O lado de cá vai ser melhor que o de lá”. (Figura 14):



Figura 14 – Publicidade do empreendimento imobiliário, Edifício Cidade
Jacarecanga - Orla Oeste
Fonte - <http://www.edificiocidade.com.br/> folder promocional

Nesta área da cidade o governo concede incentivos fiscais, a fim de estimular o crescimento urbano em direção a oeste. Tal como consta em lei complementar Nº 0033, de 18 de dezembro de 2006, que altera a Legislação Tributária Municipal relativa ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Conforme documento, no Art. 2º:

Os imóveis localizados na área compreendida entre as seguintes ruas: a leste, com a Rua João Cordeiro; a oeste, a Avenida Padre Ibiapina e a Avenida Philomeno Gomes; ao norte, com a Avenida Leste-Oeste; ao sul, a Avenida Antônio Sales e a Avenida Domingos Olímpio, desde que em situação fiscal regular perante o Fisco Municipal, terão as seguintes reduções no valor do IPTU: I - 50% (cinquenta por cento) para os imóveis residenciais; II - 20% (vinte por cento) para os imóveis não residenciais.

Pode-se dizer que a orla oeste que passa de repulsiva a atrativa aos negócios imobiliários, intensificará o uso e ocupação do solo como vem sendo permitido pelo PDPFOR e pelos incentivos fiscais concedidos pela prefeitura. Os anúncios não fazem qualquer referencia aos bairros de Pirambu, Nossa Senhora das Graças, Cristo Redentor e Barra do Ceará, onde persiste o estigma da pobreza e da violência. A propaganda mascara o nome dos bairros populares nos quais predominam famílias de baixa renda e anuncia o

condomínio como vizinho da Beira Mar a leste, embora esteja a quase 10km de distância, e a praia do Cumbuco no município de Caucaia como vizinha a oeste, a mais de 40km de Fortaleza (Figura 15) . Identificam-se, nas entrelinhas, as estratégias dos produtores do espaço, metamorfoseando o litoral de Fortaleza e confirmando que a construção da ponte sobre o rio Ceará antes da urbanização da orla oeste tinha intencionalidade, ou seja, previa a cooptação daquele espaço marginal.



Figura 15 – Publicidade de empreendimento imobiliário, Jacarecanga - Orla Oeste
 Fonte : <http://www.edificiocidade.com.br/folder/promocional>

Na orla leste há intensa presença de restaurantes, clubes, casas de espetáculo, hotéis, pousadas e residências suntuosas, além de diversos serviços como: *Rent a car* e casas de câmbio, é a orla neonizada e com painéis de *led* para turistas. Predomina a verticalização, mesmo deixando a praia ensombrada, bloqueando a passagem da brisa e ferindo a consciência ambiental, em nome do progresso confundido com desenvolvimento. Praia de Iracema, Meireles, Aldeota e Papicu respondem às expectativas do turismo globalizado, ainda assim, nestes locais tidos como “nobres”, a pobreza se denuncia pela presença de prostitutas, flanelinhas, trabalho informal, pedintes e alta taxa de criminalidade que ocorre, sobretudo, dos períodos de alta estação. A verticalidade de bairros ricos destoa radicalmente, tanto na forma como na função, da horizontalidade de bairros populares da orla oeste, onde vivem

famílias de trabalhadores. A ocupação desordenada desta parte da cidade denota espaço de reserva para o grande capital, tal como explica Araújo (2010, p.90):

O projeto de habitação popular em espaços periféricos é solução de moradia para trabalhadores, e também na formação de vazios urbanos. A periferia habitada funciona como reserva territorial, recebendo, aos poucos, infraestrutura, enquanto a população trabalhadora se desloca para nova periferia, às margens da antiga, com as mesmas características, deficitária em serviços sociais e precária em serviços urbanos e comerciais.

Assim, a interseção entre a Praia de Iracema, rica e verticalizada, com a Praia Formosa, onde começam *espaços opacos* do Arraial Moura Brasil passam a ser cooptados. A presença do Marina Park Hotel, Mucuripe Clube e empreendimentos imobiliários, voltados para a classe média, demonstram a tendência. O avanço de equipamentos turísticos e de lazer sobre a orla oeste é indicativo de que, naquele espaço, há reserva de território. Bairros como: Moura Brasil, Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, desamparados pelo poder público, interessam aos empresários, passando a receber investimentos. Contudo, a massificação do turismo de sol e praia na orla de Fortaleza esbarra nos problemas de uso e ocupação da cidade, visto que os mais de trinta quilômetros de praia, sem contar a orla do Rio Ceará, encontram-se indevidamente apropriados por habitações precárias e empreendimentos inadequadamente alocados:

Fortaleza tem 34 quilômetros de praia banhada pelo oceano atlântico. Incluindo a orla do Rio Ceará chega-se a 43 quilômetros de orla, mas onde está todo esse mar que ninguém vê? Escondido por construções irregulares em dunas que viraram morros, emparedado por prédios, privatizado por hotéis e marinas. A cidade usufrui apenas 12 quilômetros de praia, ou seja, 35% do litoral. O restante, 65%, não tem uso apropriado. (O POVO, 04/04/2010)

Conflitos de interesses e disputa de poderes indicam que o uso e ocupação do solo urbano, sobretudo na orla marítima, dão-se de forma

segregadora, não levando em conta a melhoria de vida do trabalhador. É o que acontece, quando se desapropriam famílias em benefício de proprietários fundiários, especuladores imobiliários, pois nem sempre essas desapropriações são em benefício social. As infraestruturas urbanas de bairros localizados na porção oeste da orla marítima e imediações, mesmo precariamente, resultam de pressões populares e empenho de lideranças comunitárias na forma de movimentos, que reiteram demandas por políticas públicas. Conflitos, tal como o ocorrido entre o governo municipal e os empresários, acirram ânimos e revelam a tensa relação entre atores sociais, conforme mostra o Jornal *O Povo* de 08/07/2009:

A prefeita Luizianne Lins (PT) voltou afirmar ontem a intenção de construir um centro de convenções no local onde está o Marina Park Hotel. Luizianne informou que solicitou à Secretaria da Infraestrutura (SEINF) um laudo financeiro sobre o local. Reforçando o que defendeu em entrevista coletiva, na TV O POVO, no último dia 28, a prefeita disse que a localização do Marina é “perfeita” para um centro de convenções.

Tais conflitos entre esferas pública e privada são decorrentes de políticas territoriais, que envolvem interesses diversos. O centro de convenções idealizado pela administração municipal, nesta ocasião, culminaria na supressão de um bem privado, certamente esta interferência teria como justificativa o bem comum da sociedade. Sabe-se que muitos desses equipamentos públicos, servem de chamariz turístico. Espaços públicos e ditos democráticos de lazer e cultura nem sempre são usufruídos por populações residentes e suas imposições têm outros significados.

Enquanto se desdobram conflitos diversos com relação ao uso e ocupação de espaço em Fortaleza, as camadas populares criam as próprias condições para trabalho, moradia e lazer. Por meio de políticas alternativas, parte da população residente em periferias, resiste à falta de eficiência do Estado em resolver questões acerca de suas necessidades básicas. De forma incoerente, observa-se o encolhimento da cidadania e a restrição do acesso aos espaços da metrópole. O lugar sadio e espacialmente ordenado parece ser

privilégio e não direito. Assim, negociam-se alocações para o conjunto das instalações indispensáveis às atividades mínimas do fortalezense como espaços públicos de lazer e sociabilidade, iluminação pública, ruas, calçadas, rede de esgotos, de abastecimento de água e coleta de lixo. Deste modo, a orla oeste desprezada vê as benesses das políticas públicas e investimentos turísticos que se concentram na porção leste da orla marítima. Como se pode observar nas Figuras 16, 17 e 18:



Figura 16 - Bairro Pirambu – Efluente com presença de resíduos residenciais despejados diretamente no mar.

Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011



Figura 17 - Bairro Pirambu – Efluente.

Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011



Figura 18 - Rua Senador Robert Kennedy, bairro Cristo Redentor – Depósito irregular de resíduos sólidos residenciais.

Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

A desatenção do Estado com essa parte da cidade é histórica e a solução segue a tradição autoritária das tomadas de decisões por parte dos governos, mesmo aqueles que se autodenominam populares. O projeto que “urbaniza” a orla oeste não parece ser popular, aponta para outras finalidades, prolongar a orla leste para juntar-se à oeste, de forma moderna e turística. Tanto o avanço imobiliário, como as instalações de equipamentos, tal como o aquário no Poço das Dragas, a integração da orla e o embelezamento das praias do Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará com largas ruas e calçadas, revestidas com pedras Cariri, são indicativos do processo de cooptação da orla oeste, pois não foram solucionados os problemas crônicos dos bairros carentes, nem tampouco houve integração dessas à moderna metrópole.

O uso e ocupação do espaço pelas classes populares na capital cearense dependem da capacidade de resistência das comunidades, pressões políticas e implicações resultantes de embates entre Estado e grupos hegemônicos. Os moradores da orla oeste encontram-se espacialmente segregados, residindo longe dos locais de trabalho, utilizando transportes coletivos precários e ineficientes para o tamanho da capital, não têm acesso

devidamente justo à moradia, educação, saúde e tampouco lazer. Convivem com violência, tráfico de drogas, prostituição e essa realidade indica que nenhuma política pública foi pensada para minimizar esses problemas, juntamente com essas mudanças de diretrizes políticas para modernizar a orla de Fortaleza.

2. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE LAZER E TURISMO NA ORLA MARÍTIMA DA METRÓPOLE

Na cidade moderna, os espaços para lazer abrangem áreas e equipamentos públicos e privados. Acessá-los depende ou do poder de consumo, no caso dos espaços privados, ou da simples circulação, democrática e igualitária, tal como deve ser em espaços públicos. Contudo, espaços públicos como praias, parques, praças e áreas verdes nem sempre estão aptos à prática do lazer. Para tanto, são necessárias políticas urbanas que ultrapassem a simples instalação de equipamentos, ou seja, que viabilizem mobilidade, saneamento, segurança, estimulem a sociabilidade, ofereçam conforto e bom estado de conservação aos espaços e equipamentos. As políticas urbanas são responsáveis, sobretudo, por garantirem o caráter público desses espaços, evitando tomada de posse e uso indevido por particulares para fins pessoais.

Em lugares nos quais os atributos naturais são notórios, mas que o Estado não oferece suporte adequado, nem tampouco o põe em prática, leis e normatizações emergem relacionadas ao uso indevido de espaço público para fins lucrativos, vazios urbanos e espaços de reserva se multiplicam. Entretanto, o que a princípio pode parecer descaso revela-se como diretriz da política neoliberal, na qual o Estado abstém-se de algumas funções delegando-as à iniciativa privada. Em Fortaleza, a iniciativa privada apropria-se cada vez mais de espaços para oferta do lazer aos fortalezenses e turistas. Verifica-se que funções públicas, tais como o provimento de infraestrutura, são garantidas pelo Estado e convertem-se em benefícios às empresas, na medida em que avançam com políticas privadas sobre o espaço. Nesse jogo de interesses o espaço público torna-se facilmente moeda de troca, suprimindo o caráter democrático, de uso popular ou pertencente à coletividade.

A metrópole cearense destaca-se como polo de atração de visitantes, exaltando a vocação para o turismo litorâneo e para o lazer. Os espaços intraurbanos, que apresentam amenidades ou atributos especiais, como áreas verdes ou aqueles situados na praia, são disputados palmo a palmo por grupos empresariais, pelas classes alta e média para moradia e pelo Estado, para

implementação de obras de urbanização, que valorizem o lugar, dando sustentação às políticas urbanas e de turismo. A supervalorização de espaços estratégicos para expansão de negócios imobiliários e turísticos marca o fim da noção de terras abandonadas. Os espaços ociosos aguardam pela elevação do preço da terra, assim, nem respondem às demandas habitacionais populares, nem são aproveitados para lazer, pois são reservas a serem negociadas.

O Centro histórico, que é o grande eixo referencial da cidade, sofre “explosão” instigada pelo Marina Park Hotel e seu estaleiro, pois esse empreendimento encontra-se instalado no raio de influência do centro da cidade. Cemitério, Instituto Médico Legal, pátio da estação ferroviária e Marinha, juntos, ajudam o centro a decair na fase metropolitana da cidade e impedem que se desfrute da convivência com o mar naquele ponto, desde a instalação do atracadouro no Poço da Draga. Mas, do ponto de vista comercial, os espaços a oeste do centro expandem negócios imobiliários e equipamentos privados de lazer. Assim, observa-se o declínio de espaços públicos de lazer, convivência e sociabilidade na metrópole, especialmente no centro histórico, ao passo que se intensificam crescimento de negócios imobiliários e de entretenimentos privados, com consequente valorização do preço da terra em sentido oeste, embora a valorização seja maior no leste. O processo é gradual, estando em fase inicial e, portanto, sem relevância urbanística, apontando, porém, forte tendência de maior dinamismo.

Os espaços públicos para lazer em Fortaleza apresentam-se limitados, inseguros, por falta de policiamento, e não resultam de políticas públicas para este fim. Ocorrem principalmente em praças, parques ou na praia. O lazer na metrópole cearense tem estreitos vínculos com as relações de propriedade, que limitam o uso do espaço, restringindo o acesso democrático aos lugares públicos. Empresários de diferentes setores, especialmente imobiliário e turístico, submetem os espaços à especulação de mercado, transformando-os em produtos a serem negociados. Políticas urbanas e estratégias imobiliárias reestruturam a cidade e isso tende a subtrair espaços públicos usados para lazer e descanso, embora tenham sido construídos calçadões e alguns polos de lazer alguns desativados e sem oferecer segurança.

O principal espaço público de lazer da cidade é a praia. Dentro do perímetro urbano, nos espaços litorâneos que vão da Ponte da Sabiaguaba, a jusante do Rio Cocó, até a ponte sobre o Rio Ceará; no outro extremo, vários pontos não possuem mais condições de balneabilidade, muitos deles por ocupação indevida de equipamentos públicos e privados ou por poluição. Na orla oeste, da Ponte Metálica, nas imediações do Poço da Draga, até as barracas de praia da Avenida Leste Oeste, na Praia Formosa, não há praia e sim equipamentos públicos, privados e molhes de contenção com restritas faixas de areia. Alguns metros à frente das barracas, após o local onde funcionou o Kartódromo Gov. César Cals, inicia-se o complexo de favelas com destaque para a de Nossa Senhora das Graças ou Pirambu. Desse modo, as praias do Pirambu, Arpoadores, Goiabeiras, Quatro Varas até a Barra do Ceará, estão impedidas de acesso devido à falta de infraestrutura e, principalmente, de segurança. O acesso a alguns pontos específicos dessas praias está restrito às comunidades, tendo a circulação de pessoas e veículos submetida a controle territorial paralelo, visto que entrar nesses pontos sem permissão implica correr riscos. Não possuem equipamentos públicos de lazer, apenas poucas quadras esportivas, em mau estado de conservação e com iluminação precária ou mesmo inexistente. Não há equipamentos privados de alto ou médio padrão, mas sim barracas de praia com pouca ou nenhuma estrutura, sem saneamento, além de botecos e mercearias populares. Segundo matéria do Jornal *O POVO* de 04/04/2010:

Nos 15 primeiros quilômetros, da Barra do Ceará até o kartódromo, a praia é o quintal de uma urbanização caótica. Quem passa pela Avenida Leste-Oeste nem enxerga o mar. O acesso é restrito aos moradores da área. A falta de segurança e a poluição da água afastam outros visitantes. Pouca gente já viu de perto a beleza do encontro do Rio Ceará com o mar e da praia linear que se estende a direita com seus surfistas, jangadas e coqueiros. Na sequência, a faixa de areia desapareceu em vários pontos. O mar se mostra, mas não é possível chegar nele. Até a Praia de Iracema, a praia praticamente não existe. As ondas quebram em paredões de pedra que controlam a erosão. A partir do aterro, entre as ruas Idelfonso Albano e Rui Barbosa, a praia volta a aparecer.

O crescimento acelerado de Fortaleza aponta para a adaptação ao modelo de cidade moderna, mas que, de forma paradoxal, não consegue solucionar problemas de uso e ocupação, que inviabilizam áreas de lazer, principalmente na praia. A cidade prioriza o automóvel em detrimento do pedestre, e na paisagem urbana se destacam largas ruas e vias expressas. A partir da sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, o espaço público perde sentido, altera-se o uso das praças, parques e praias ou eliminam-se os pontos de sociabilidade. Altera-se a função do espaço e comunidades são deslocadas para outros pontos menos valorizados pelo mercado, enquanto se instalam empreendimentos turísticos.

O lazer tem função importante na restauração das relações sociais e no uso do espaço, entretanto, no cotidiano de relações esfaceladas, devido às exaustivas jornadas de trabalho e longos deslocamentos, não sobra tempo para lazer, o qual, muitas vezes, se restringe a um dia da semana. No cotidiano, o lazer é apenas uma televisão, ao retornar-se para casa, depois de um dia de trabalho. Os problemas resultantes da utilização inadequada do tempo e do espaço criam marcas na cidade. O Centro Histórico de Fortaleza, se refuncionaliza durante a noite, perde a movimentação do comércio e ali se instala um lazer marginal, onde pessoas convivem com alcoolismo, traficância e prostituição.

Para que se tenham espaços saudáveis para a prática do lazer, há que se valorizar o espaço público, aproveitando áreas verdes, praças históricas, parques, orla marítima, patrimônios materiais e imateriais que simbolizam a vida cotidiana. Há alguns espaços considerados “semi públicos” para o lazer, embora lazer de consumo e não o lazer no sentido amplo do ócio. Todavia, em Fortaleza, essa premissa é inexpressiva, pois as políticas de viabilização de espaços públicos de lazer, não oferecem condições específicas sendo espaços de preservação ambiental de alguns pontos que ainda não foram comercializados, como maior parte do parque do Cocó. Quando espaços públicos de lazer, sobretudo os de grandes dimensões, se distanciam de comunidades, se tornam inseguros. Os olhos da comunidade são a segurança, espaços seguros são aqueles de que todos podem observar a movimentação.

Para que haja lazer em espaços públicos, primeiro as comunidades se reconhecem nesses espaços, criam relações de vivência e sentimento de pertença estabelecendo territorialidades. Enquanto isso não se realiza, os espaços públicos de lazer em Fortaleza continuam em declínio como acontece no centro e em partes da orla marítima. Os espaços públicos de lazer são de todos, é ali onde se faz a história, é o lugar da cultura e da celebração, é onde deveria ser o lugar da representação dos poderes e de debates políticos e isso na realidade não ocorre.

2.1. Organização Territorial de Fortaleza

A semiaridez, tipicamente nordestina, apresenta peculiaridades em Fortaleza, pois a brisa que vem do mar alivia o calor que emana do sertão, pois não se tem o agreste, assim o sertão chega ao litoral. O tempo lento do homem que veio do campo difere do tempo dos citadinos em meio a carros e prédios, próprios das grandes cidades. O sertanejo que vive na metrópole se sujeita ao frenético movimento ditado pelo trabalho. A modernização da capital, com intenso processo de metropolização, é ainda marcada pela presença do sertão em traços culturais. Nos dias atuais, o agitado movimento do trabalho cria cultura própria de cidade, mas sem perder a ligação com o campo. Novidades tecnológicas, instantaneidade de acesso à informação e o modo de vida urbano dividem espaço com práticas trazidas do campo nas áreas periféricas, tais como criatório de animais para abate. Assim, na capital cearense encontram-se costumes, hábitos e velhas tradições do sertão. Muitos fortalezenses cantam a saudade do interior nos forrós que animam momentos de festa. A cultura do campo está presente no sotaque, na gastronomia e no gosto musical. Simultaneamente, Fortaleza é provinciana com ares do sertão e grande metrópole moderna, possui vias largas, bairros ricos, restaurantes e hotéis com bandeiras de diversos países, aeroporto internacional e infraestrutura urbana. Em outros pontos específicos, como os bairros de classe média, os mais antigos e tradicionais e os periféricos, ainda se vê a pequena cidade do sertão.

O saudosismo do homem do campo pode ser observado, assim como a religiosidade autêntica do homem simples fortalezense. Novenas, adorações a

santos, cânticos religiosos, festas em devoção a Nossa Senhora de Fátima e louvor a tantos outros santos, práticas muito presentes no cotidiano do sertanejo, estão incorporadas à vida da cidade. Essa adequação insere a metrópole em um dos emergentes segmentos do turismo, o turismo religioso, que, ao mesmo tempo em que ajuda a manter o valor de uso das festas religiosas, também reúne função de mercado, apelando para a concorrência, conforme explica Oliveira (2007, p.04): “Na contemporaneidade, a festa continua a ter valor de uso; mas passou a incorporar as variáveis da soberba, da competição e do espetáculo”. Festas, manifestações religiosas e fortes traços culturais da vida do campo se misturam à modernidade, lazer e turismo, compondo a identidade multifacetada de Fortaleza. A capital exala o predomínio do campo no cotidiano, que se mostra como principal herança das velhas estruturas políticas, permanecendo muito ligada ao interior. A questão da religiosidade torna-se importante para explicar a identidade da metrópole que incorpora elementos da vida no campo ao mesmo tempo em que vive a modernidade.

O modo como se deu a colonização cearense ajuda a compreender a relação litoral - sertão manifesta na metrópole. A construção, em 1890, da linha férrea ligando Fortaleza ao sertão central coincide com o acentuado acréscimo demográfico da metrópole. No final do século XIX a cidade apresenta intenso crescimento em direção ao Poço das Dragas e à Avenida Francisco Sá. O sistema de transporte ferroviário ligando Fortaleza ao interior do estado tem importância fundamental para o processo de organização do espaço da cidade e marca o aceleração das relações do litoral com o sertão. A organização espacial da cidade deu-se pelos acessos que a ligavam a pontos do sertão cearense, tais como: Caminho de Parangaba (atual Av. João Pessoa), Caminho do Soure (atual Av. Bezerra de Menezes) e Caminho de Messejana (atual Av. Visconde do Rio Branco). Novo acréscimo populacional na década de 1930 marca o crescimento demográfico da cidade aumentando a área urbana. Em 1932, no governo do Coronel Tibúrcio Cavalcante, os maiores adensamentos populacionais ocorrem na direção oeste, até à Avenida Padre Ibiapina. (SILVA, 1992).

A apropriação do território cearense materializou-se principalmente pelo interior, no qual levas de migrantes, vindas de regiões açucareiras da Bahia e de Pernambuco, passam a ter a pecuária como principal atividade econômica, instalando-se no Ceará. O estado possuía desvantagem natural com relação aos vizinhos, pois não tinha o solo de massapê, típico da Zona da Mata, fundamental para o plantio da cana de açúcar (SILVA, 2001). De acordo com Jucá (2003, p.34) Fortaleza colonial apresentava problemas que dificultavam o acesso pelo litoral, tais como: “terreno arenoso, que inviabilizava construções, periódicas secas e a violência dos nativos, que tornava o desembarque difícil”. Essas adversidades da colonização justificam a histórica vantagem do sertão sobre o litoral. Afirma Dantas (2002, p.16):

No Ceará colonial, o litoral não constitui ponto de penetração. Embora a ocupação inicial ocorra sobre esta parcela do território, aspectos tecnológicos, naturais e simbólicos apresentam-se como quadro impróprio à penetração e justificador do fraco desenvolvimento desta zona, em relação ao sertão.

Sobral e Camocim, na região norte, Aracati, no Vale do Jaguaribe, Icó e Crato, ao sul, têm grande importância na economia urbana cearense por serem entrepostos comerciais em evidência. Contudo, Fortaleza se destaca na economia cearense e torna-se o principal núcleo coletor e exportador de algodão, deste modo, as cidades do interior assumem a redistribuição do tradicional tecido industrializado na capital. Portanto, o binômio gado-algodão, que foi responsável pela ocupação do interior, também criou laços culturais até hoje mantidos. Na primeira parte de *O Sertanejo*, de José de Alencar, intitulada de “O Comboio”, o autor descreve em detalhes a paisagem rude, mas encantadora, do final do século XIX, entre Aracati e Icó, no Vale do Jaguaribe, na voz matuta e saudosa do vaqueiro, que insiste em rever o sertão:

Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infinitos, é o sertão de minha terra natal. Aí campeia o destemido vaqueiro cearense, que à unha de cavalo acossa o touro indômito no cerrado mais espesso, e o derriba pela cauda com admirável destreza. Aí, ao morrer do dia, reboa entre os mugidos das reses, a voz saudosa e plangente do rapaz que abóia o gado para o recolher aos currais no tempo da ferra. Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há muitos anos na

aurora serena e feliz da minha infância? (ALENCAR, José de. 1999, p.12).

A realidade do vaqueiro, no romance alencarino, que sonha em voltar ao interior, lembrando a infância, é análoga à saudade vivenciada pela marcante parcela da população, vinda de outras cidades do estado, que sempre retorna aos lugares de origem em datas festivas. Essa mobilidade alimenta o tradicional fluxo cidade-campo, entendido, não como dicotomia, mas como totalidade socialmente produzida. De raízes sertanejas, pelo processo histórico por que passou, a capital cearense é, também, litorânea. A brisa dos verdes mares, a praia e os coqueiros, embora poéticos e inegavelmente belos, são, durante muito tempo, negados. Praças e prédios públicos vão sendo construídos de costas para o mar e a praia passa a ser local evitado pela elite, que prefere mimetizar costumes europeus e negar a maritimidade, tal como afirma Dantas (2002). Assim, a praia passa a ser lugar de lazer popular, tal como se observa na Figura 19:



Figura 19 - Praia de Iracema na década de 1930
Fonte: Arquivo Fotográfico Nirez

A relação entre a sociedade local e o mar passa a se intensificar mais tarde, quando se estabelece relação mais comercial, coincidindo com o interesse da classe média pelas praias, sobretudo para lazer, segundas residências e turismo no final do século XX. Deste modo, a maritimidade, como traço cultural e elemento de coesão, não acontece espontaneamente, é mediatizada pelo mercado, que reformula a imagem do lugar por meio da mídia, mudando o conceito sobre a capital cearense, tanto nas esferas nacional e internacional, como para o próprio fortalezense.

A relação da cidade com o mar é, portanto, espacialmente limitada pela ingerência dos governos, pela apropriação e especulação espacial de promotores imobiliários, favelas e indústrias. Assim, ainda que a cidade litorânea de alma sertaneja tenha descoberto tardiamente o mar, como as demais cidades nordestina, como fonte de lazer e trabalho, ainda permanece distante dele, usufruindo pouco da praia. Em Fortaleza, a orla apresenta-se dividida a partir do uso e ocupação dos espaços, como é visto na Figura 20:



Figura 20 - Cartograma da orla marítima de Fortaleza

Fonte: Jornal O Povo - Domingo, 04 de Abril de 2010 – Adaptação do autor.

Para melhor entendimento do espaço estudado, toma-se o centro histórico da cidade como ponto de referência. Desde a origem, o centro convive muito mal com a orla por várias razões, a primeira é a construção de via férrea nessa parte da cidade, um trem é um bloqueio intransponível. Em seguida, no trecho que se estende desde o início da Rua General Sampaio até a Avenida Philomeno Gomes, é construído um pátio para acondicionar os trens. Com isso ficou “em baixo” o Bairro Moura Brasil e “em cima” o pátio ferroviário, que no passado descia até o antigo porto, onde está a Ponte Metálica.

Nos anos de 1960, a área referente ao Marina Park Hotel foi aterrada para a construção de um estaleiro. Então, praticamente, o ponto equidistante, que é o ponto central histórico de Fortaleza, nasce e se solidifica sem relação com a orla. Assim, para o lado oeste, alocaram-se equipamentos inconvenientes e indesejados na contemporaneidade. Do ponto de vista ambiental, mesmo com a intervenção urbanística do Projeto Vila do Mar, para reordenamento da costa oeste, os bairros a oeste e suas respectivas orlas ainda se encontram em avançado processo de degradação, conforme análise da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM, 2003, p.100):

O Litoral Oeste, composto pelos bairros Barra do Ceará, Pirambu, Cristo Redentor e parte do Moura Brasil, caracteriza-se pelo elevado grau de comprometimento dos seus recursos naturais provocados, principalmente, pelo tipo de ocupação. É, também, uma zona marcada pela alta densidade demográfica e pela presença de áreas de risco. Construções habitacionais nas faixas de praia são frequentes e comprometidas com risco de deslizamento. Todo esse processo de ocupação desordenado vem arriscando não só a comunidade local, como também a integridade do meio natural. Com exceção da Foz do rio Ceará, que possui paisagem natural exuberante, toda a região passa por um acelerado estado de degradação ambiental.

Ao se considerar, a partir do Centro, um eixo que corresponde à BR-116, a cidade se estrutura com dois padrões de desenvolvimento urbano, do lado oeste um padrão simples e com menor qualidade, recebendo equipamentos urbanos indesejáveis. O quartel da Marinha é indesejável por ter muros muito extensos, produzindo em seu redor zonas isoladas e sem interesse, denominadas de “zonas deprimidas”, como pode ser observado na Figura 21:



Figura 21 - Escola de Aprendizes de Marinheiro – Av. Leste-Oeste
 Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2012

Neste bairro instala-se a primeira ravela de Fortaleza, que, com apoio da Igreja, se sustenta e se mantém. As favelas foram produzidas principalmente a partir das migrações e desenvolvimento dos transportes, com as ferrovias e transportes rodoviários. Além disso, as secas contribuíam para repelir as pessoas do sertão. Ao chegar à capital, esses imigrantes se instalavam na zona periférica da orla oeste, com predomínio no Bairro do Pirambu, ou Bairro Nossa Senhora das Graças, ocupando área de vastas proporções.

O lado Leste, tradicionalmente chamado de lado dos ventos, é mais valorizado, recebendo nos anos de 1930 o Porto do Mucuri, como se vê na Figura 22. A decisão de instalar o porto nessa região gerou polêmica, pois se aloca, nessa parte da orla, um equipamento que gera efeitos indesejáveis e possui difícil convivência com a cidade. O funcionamento adequado do porto demanda transporte ferroviário, este corta todo o tecido da cidade, pois é um porto de carga e de suporte industrial. Para readequar os fluxos no Porto do Mucuri e desafogar essa área do litoral, cargas e equipamentos industriais são remanejados para o Porto do Pecém, que já dispõe de infraestrutura mais moderna.



Figura 22 – Porto do Mucuripe – Terminal de Atracação

Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2012

o leste e oeste da orla, mas em toda a cidade. Em direção aos bairros do Bom Jardim, Parque São José e Siqueira até o limite do anel viário, a segregação sócio-espacial vai ficando cada vez mais dramática. A cidade é muito desigual, por isso é necessário cuidado, ao se instalar grandes estruturas, para fisicamente não se reforçar essa separação.

O metrô, em seu projeto original, era um elevado por cima da Av. Tristão Gonçalves até sofrer pressões sociais pela alteração do projeto. O elevado sairia do bairro Benfica, passando pelo centro, isso representaria um fator físico bastante impactante, o que acabaria reforçando ainda mais a segregação da cidade, exatamente no momento em que se precisa de mais conectividade. O lado leste é privilegiado, escolhido pela classe abastada para habitações e pelo poder público para alocação de infraestrutura. Entretanto, nesta parte há peculiaridades, na área de influência da Beira Mar, que vai do Ideal Clube até o mercado dos peixes, e, considerando-se área de influência de 300 ou 400 metros a partir da praia, existem dois padrões de moradias, mais ou menos simétricas em termos de quantidade, onde ricos e pobres convivem, situados nos bairros de Mucuripe, Castelo Encantado e Morro Santa Terezinha.

A Praia de Iracema, que, durante muito tempo, foi bairro residencial, passa a desenvolver-se para o turismo sem, entretanto, alcançar os padrões da Beira Mar. Ainda assim, é referência para turistas e visitantes, pois reúne hotéis, boates e restaurantes de boa qualidade, bem como equipamentos públicos de lazer como a Ponte Metálica e o Centro Cultural Dragão do Mar. Muitos lugares investem em infraestrutura e não conseguem estabelecer um lugar com as qualidades da Praia de Iracema e para tanto foi preciso expulsar muitas comunidades. Em vez de se intensificar prédios naquela área, poder-se-ia ter preservado o patrimônio e, nas imediações da Rua Tenente Benévolo, estimulado o crescimento da população residente e não ter expulsado os que lá viviam. Assim, a Praia de Iracema poderia possuir turismo de melhor qualidade. O visitante, que vem com a família, quer ficar junto da comunidade e não isolado, apenas o turismo marginal, de baixa qualidade, quer está isolado.

A orla central e pericentral, juntamente com a orla oeste, que se estende da Marinha em diante até a Barra do Ceará, tendo como referência o Centro Histórico, é a parte que se encontrava em segundo plano para o turismo, pois predomina área de lazer popular. Mesmo com esgoto a céu aberto, corpos hídricos assoreados e profundamente comprometidos por efluentes, como o Riacho Jacarecanga, presença de escombros de fábricas e depósitos abandonados na área do antigo pólo industrial, como a fábrica de alumínio Ironte e a fábrica de tecidos São José, chamada de fábrica Philomeno Gomes, a área está em expansão. O local foi escolhido para criação do Shopping Center Boulevard Jacarecanga (Figura 23), com área estimada em 20 mil metros quadrados, de propriedade da mesma família da citada fábrica.



Figura 23 - Escombros da Fábrica Philomeno Gomes - Jacarecanga
 Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2012

A Praia do Futuro, que poderia ser uma alternativa para investidores dos setores imobiliário e turístico, apresenta diversas inviabilidades que desestimulam esse processo. Entre elas, a desvalorização como efeito do Porto, topografia extremamente acidentada, que dificulta novas construções e alta corrosão pela maresia. Então, ao invés de seguir em direção à Praia do Futuro, é mais oportuno construir a oeste, a partir da Escola de Marinheiros, considerada até pouco tempo como lugar impróprio para moradia da classe média, por isso deixado como espaço de reserva.

O processo de valorização de espaços concentrados na orla oeste de Fortaleza a partir do avanço de áreas turistificadas da orla leste é evidente. A urbanização litorânea privilegiou a área leste, agregando bairros ricos para

moradia da classe abastada, com intensa verticalização, edificações de alto padrão, segurança, comércio especializado, além de diversos espaços propícios ao lazer e entretenimento, com destaque para os restaurantes. Segundo explica o Inventário Ambiental de Fortaleza (SEMAM, 2003, p.100):

O bairro da Beira-mar é alvo da valorização da paisagem, do lazer e da infraestrutura local, tem como usos predominantes o residencial multifamiliar e de serviços. Porém, apesar dos incentivos, a concentração urbana, que permeia todo o bairro até o Mucuripe, é nociva aos recursos naturais existentes; tanto a vegetação nativa, quanto os recursos hídricos estão comprometidos; o banho de mar tornou-se proibitivo, em decorrência da sua poluição.

Os equipamentos turísticos foram alocados, seguindo a moderna tendência marítima da metrópole, distribuindo-se em 15 bairros estratégicos para o turismo. Entre estabelecimentos turísticos classificados em hotéis, pousadas, *flats* e albergues, o Bairro Meireles aloca cerca de 30% deles, Praia de Iracema 24%, Praia do Futuro 13%, Aldeota 6%, estando o restante distribuído entre o centro da cidade e demais localidades (SETUR, 2003). Destaca-se o Bairro da Varjota, especializado em gastronomia. A pujança arquitetônica e de infraestrutura que dão suporte ao turismo se destaca na paisagem da cidade, tal como mostra a Figura 24:



Figura 24 - Orla leste - Beira Mar: Infraestruturas para lazer e turismo.
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

Empresários do setor imobiliário, turismo, lazer e hotelaria, interessados em se estabelecerem onde o valor da terra é menos elevado, procuram cada vez mais a orla oeste, avançando sobre áreas menos cotadas. Marina Park Hotel, mega empreendimento hoteleiro, que dispõe de programação cultural e de lazer constantes, direcionado a públicos abastados, localiza-se na orla oeste entre a Praia de Iracema e o bairro Moura Brasil, desde 1993. Mais recentemente, o Mucuripe Clube instala-se na mesma área visando a atrair o nicho que habitualmente frequenta o hotel e, ao mesmo tempo, passa a pagar menos pelo valor da terra ao sair de um bairro elitizado. Prova disso é o preço do imóvel e do metro quadrado, comparando-se dois bairros da orla leste e dois da orla oeste, conforme tabela da Figura 25:

PREÇO DO IMÓVEL POR METRO QUADRADO – COMPARATIVO: ORLA LESTE E OESTE DE FORTALEZA				
BAIRROS		METROS QUADRADOS	PREÇO MÉDIO DO IMÓVEL (R\$)	PREÇO MÉDIO M ² (R\$)
LESTE	ALDEOTA	431,60	318.000,00	770,20
LESTE	VARJOTA	467,00	180.000,00	385,44
OESTE	CARLITO PAMPLONA	204,00	55.000,00	269,61
OESTE	BARRA DO CEARÁ	258,33	57.000,00	229,59

Figura 25 - Tabela - Preços do imóvel por metro quadrado na orla oeste de Fortaleza
Fonte: *Jornal O POVO*, 13/01/2007.

Alguns empreendedores imobiliários e turísticos se instalam na orla marítima leste, são espaços direcionados para um tipo específico de lazer: as barracas de praia. Situadas a leste do centro histórico de Fortaleza, frequentadas por turistas e banhistas da capital, as barracas da Praia do Futuro

são motivos de controvérsia. Para uns, são patrimônios e por isso devem continuar onde estão. Um dos fatores que pesam positivamente a favor da permanência das barracas é o significativo número de pessoas que empregam formal e informalmente. Para outros, as barracas se apresentam como equipamentos irregulares do ponto de vista ambiental.

Uma comissão de intelectuais e técnicos, coordenada por Vasconcelos⁸ (2009), afirma em parecer técnico que as áreas concedidas para construção de barracas praia não se encontram em terrenos de marinha ou completamente em áreas de praia. Segundo o parecer, a área de praia é resguardada, pois está em conformidade com o Decreto-lei nº 9.760 de 05 de setembro de 1946, ainda vigente. Tal decreto retoma a medição de 1831, na qual a área de 33 metros, a partir da linha de preamar média, continente adentro, é considerada terreno de marinha, sendo esta porção de terra, faixa *non aedificandi*. Deste ponto em diante, segundo atesta o parecer técnico, a área é adequada para construção. Segundo consta no documento, as 154 barracas da Praia do Futuro foram quase todas construídas em região de berma estando, portanto, em áreas consideradas de pós-praia, com a presença de vegetação natural. Segundo Paskoff, citado por Vasconcelos (2009, p.23):

As praias correspondem às margens onde se depositam os sedimentos de tamanho superior àsqueles dos constituintes da vasa. São areias de finas a grosseiras, cascalhos, seixos e até mesmo blocos. Esses materiais não estão unidos por um cimento: eles são móveis. Os sedimentos de uma praia são caracterizados por sua mobilidade e pela ausência de vegetação.

As barracas de praia, sobretudo aquelas situadas na Praia do Futuro II, estão dispostas mais próximas uma das outras, estando em maior quantidade com relação à Praia do Futuro I. Apresentam melhores condições de infraestrutura, embora haja dificuldades quanto à gestão de efluentes. Possuem restaurantes, bares, espaços para apresentações artísticas, arborização, banheiros e piscinas. A Praia do Futuro I possui pouca infraestrutura, tanto pública quanto privada, com alguns estabelecimentos em

⁸ Parecer técnico coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos elaborado entre abril e dezembro de 2009. O documento trata dos espaços ocupados pelas barracas de praia (Praia do Futuro) e atesta legalidade e viabilidade ambiental dos empreendimentos.

condições precárias de higiene e saneamento. Com relação à segurança, essa parte da praia apresenta fragilidades, especialmente devido à maior proximidade de favelas como Titanzinho, Serviluz e Morro Santa Terezinha.

A expansão urbana da metrópole, apoiada na especulação imobiliária, avança sobre a planície litorânea, alterando campos de dunas, essa expansão gera problemas ambientais e muda a relação dos cidadãos e das comunidades pesqueiras com a zona de praia, provocando problemas socioespaciais. Para Leff (2001, p.285) “A globalização da racionalidade econômica e tecnológica impôs-se sobre a valorização cultural da natureza e da vida, subjugando os potenciais ecológicos, dominando as identidades étnicas e desconhecendo seus saberes.” A racionalidade economicista, que se impõe aos espaços litorâneos da cidade, compromete as opções de lazer, acesso à praia e, conseqüentemente, impacta sobre a qualidade de vida dos fortalezenses.

De acordo com dados da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE (2001), dos estabelecimentos comerciais instalados na Praia do Futuro, 49,09% são de barracas de praia, sendo o restante distribuído em: 0,91% - Escola Pública, 9,55% - Comércio de Padrão Simples, 15,91% - Comércio de Padrão Médio, 18,18% - Comércio de Alto Padrão, 5% - Restaurante de Alto Padrão, 0,91% - Hotéis de Alto Padrão e 0,45% - Escola de Alto Padrão. Tal desnível com relação ao uso e ocupação do solo representa a potencialidade ambiental subutilizada e elitizada, que reduz o lazer da referida zona de praia ao mero consumo, com distribuição desigual e não democrática do espaço na Praia do Futuro. As barracas de praia apresentam padrões diferenciados de tamanho, ocupam aproximadamente 08 km da orla marítima leste, estando muitas delas fixadas em área maior que a permitida pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

2.2. Segregação Socioespacial e Turismo na Cidade

A segregação socioespacial de Fortaleza se dá por meio de relações contraditórias entre capital e trabalho, produtora de estruturas de classe nas quais detentores dos meios de produção estabelecem relações de conflito com os que vendem a força de trabalho; a classe operária. A necessidade de se

preservar os processos de acumulação do capital contribui para a manutenção do *status quo*, sustentador da estrutura de classe. Tais processos geram distintos padrões de consumo, conservação da classe média burocrata e controle da mobilidade social, explica Corrêa (1999, p.62) que:

Na medida em que estas forças atuam intensamente e durante um longo período de tempo, geram uma marcante fragmentação da estrutura social, ao mesmo tempo em que se verifica crescente concentração de atividades e população da cidade. Da localização diferenciada no espaço urbano dessas classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista.

A estrutura espacial de Fortaleza é fortemente marcada pelo modelo de desenvolvimento econômico do estado do século XIX. O binômio gado-algodão estabelece conectividade do interior com a capital, que se mantinha como espaço produtivo e formador da elite que se desloca para a capital. Ao se estabelecer na cidade, a elite proveniente do interior passa a reordenar o espaço da capital com projetos urbanísticos que a isola da população de baixa renda. Esse processo socioespacial marca o início da segregação que aparta a capital cearense em espaços bem estruturados e outros extremamente pauperizados, produzindo desníveis na alocação de recursos públicos visíveis na paisagem.

A proposta de embelezamento da cidade no final do século XIX, com a construção de praças e projetos de jardinagem, não inclui a incômoda presença dos pobres, daí a idéia de removê-los para longe. Até os anos de 1940 o bairro de Jacarecanga, era referência de requinte e elegância, reconhecida como espaço da aristocracia fortalezense, copiando modelos europeus de arquitetura. As residências das elites se deslocam para a Praia de Iracema e parte desse movimento de migração das famílias ricas em sentido leste continua em direção ao bairro da Aldeota, que passa a ser novo reduto das elites. Afirma Jucá (2003, p.45) que “apesar do Benfica e de Jacarecanga ainda abrigarem famílias de destaque, o novo símbolo de status social era morar na Aldeota, considerado centro residencial mais grã-fino da cidade”. Tal fluxo em direção a Praia de Iracema foi interrompido após a construção do Porto do Mucuripe entre 1939 e 1945. A obra alterou a dinâmica costeira,

assim o mar passa a atingir violentamente a Praia de Iracema até a altura dos trilhos do bonde, isso reforça ainda mais a saída da aristocracia em direção a Aldeota. Com o objetivo de proteger o litoral desse processo erosivo em curso, instala-se um dique de proteção. Contudo, essa medida não resolve o problema, que é transmitido para praias à jusante. Para Vasconcelos (2005, p.45) “o dique de proteção do porto provocou mudança na dinâmica costeira por difração das ondas incidentes”, como consequência desse evento, houve acúmulo de sedimentos formando a Praia Mansa, conforme Figura 26:



Figura 26 - Orla leste – Praia Mansa
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

Em 1951, a grande seca, que se abate sobre o sertão, contribui para o incremento de edificações na capital, estimulando o aumento do preço de aluguéis e o barateamento de mão-de-obra. Isso se deu devido ao grande número de migrantes advindos do interior carentes de trabalho. Por não poderem pagar pela terra, são expulsos e se instalam em zonas de praia desvalorizadas, como o Arraial Moura Brasil, considerado a mais antiga forma de pré favelamento da cidade. Ao se referir à disputa por espaço entre a classe popular, que se instalava rapidamente na orla oeste acompanhando as ferrovias, Jucá (2003, p.48) ressalta que “o número de edificações aumentava, principalmente com casas pobres, geralmente apertadas, sem quintais,

classificadas como focos de propagação de doenças infecto-contagiosas.” Na primeira metade do século XX, o Arraial Moura Brasil e o Pirambu, ambos na orla oeste, eram considerados os dois bairros mais carentes da cidade.

A ocupação do litoral de Fortaleza explica como o processo de urbanização se deu de forma desigual ao longo do tempo. No momento marcado pelo crescimento da produção algodoeira, que coincide com a Guerra de Secessão e a consequente desorganização da produção e exportação do algodão norte-americano para a Europa, o processo produtivo da cotonicultura cearense toma impulso. Assim, Fortaleza passa a ter destaque nas relações internacionais por meio do porto do Mucuripe. Tal destaque da capital cearense estabelece relação de hierarquia com o interior, sobretudo com Aracati. Esse marcante momento histórico, de prosperidade da indústria têxtil, coloca Fortaleza como principal centro urbano, fato que passa a atrair famílias do interior. Sobre o processo de industrialização cearense e a migração do homem do campo para a capital, Coriolano (2006, p.100) lembra que:

Tardamente o Ceará fez sua “revolução industrial”. Essa valorização industrial desprestigiou o homem do campo, redirecionou valores e modernizou o meio rural, embora de forma contingencial. Antigas relações de trabalho mantidas na agricultura de subsistência em todo o Ceará tornaram-se insustentáveis, e assim muitas famílias de agricultores migraram para as cidades, especialmente para a capital.

A incapacidade política de lidar com o crescente contingente populacional e de dar respostas às múltiplas necessidades da população gera problemas principalmente de déficits habitacionais, motivadores de movimentos sociais que se desdobram até os dias atuais. Sem normas para o uso e ocupação do solo as favelas vão se formando no litoral, inclusive em terreno de Marinha. As famílias estabelecidas na orla oeste conviviam com constantes ações de despejo e calamidades naturais como desabamentos de encostas, devido à falta de critérios para a construção de casas. Segundo Jucá (2003, p.52), “em 1953 calculava-se em 18.100 o número de habitações do Arraial Moura Brasil e do Pirambú.” Os arranjos residenciais que se aglomeravam nas dunas não dispunham de saneamento e higiene, eram construídos sob areia fofa, cobertos de maneira improvisada por palhas, telhas e zinco. Assim, na

medida em que as áreas marginais se multiplicavam, crescia a ideia de que era necessário afastar a pobreza de áreas de interesse, disputadas pela sociedade civil e estratégica para as elites.

A valorização das zonas de praia altera o uso e ocupação das orlas marítimas, especialmente com o desenvolvimento do turismo de sol e praia. No entanto, mesmo com o crescimento econômico a leste, bairros como o Pirambu e os demais situados na orla oeste, continuam ocupados por favelas, o que denota políticas públicas e uso do espaço diferenciados dos praticados na orla leste. Os investimentos desiguais em espaços litorâneos da capital produzem espaços turistificados e espaços deprimidos, não vinculados à sociedade do lazer e do consumo. Tal distinção marca a segregação socioespacial da metrópole, que não se dá apenas em sentido leste-oeste, mas na totalidade do contexto urbano. Segundo Dantas (2006, p. 273) “Fortaleza explode incorporando novos espaços segundo a lógica de três movimentos interrelacionados: o primeiro a leste, o segundo, a oeste e sul, e o terceiro a norte (no litoral).” Conforme argumenta o autor, esse movimento cria espaços diferenciados a leste, onde as elites verticalizam a cidade, constroem espaços de segurança e convívio longe das camadas populares e das indústrias. O crescimento a oeste se dá por parte de bairros populares e favelas e a norte, nas zonas de praia inicialmente ocupadas por famílias de baixo poder aquisitivo, há a redescoberta da região por parte das elites com consequente alocação de equipamentos públicos de lazer na Beira Mar.

2.3. Lazer, Turismo e Consumo de Espaços na Metrópole

O turismo é uma atividade econômica complexa, de aspectos sociais, culturais e políticos contraditórios. Esta atividade tem o “espaço e o consumidor de espaços” como fundamentos que a justificam (CORIOLANO, 1998, p.37). O turismo por si só não é capaz de reestruturar completamente os espaços, entretanto, articula diversos sujeitos sociais contextualizados no processo de modernização dos lugares, desde arranjos produtivos locais aos grandes investimentos do *trade* e do Estado.

O espaço, mercadoria fundamental ao turismo, é socialmente produzido, sendo também, lócus da reprodução das relações sociais de produção. O espaço geográfico, principal categoria de análise da Geografia, é o conjunto de fixos e fluxos, no qual os fixos permitem com que ações modifiquem o lugar e os fluxos alterem sistemas de valores como resultado das ações. O espaço é, assim, o conjunto de arranjos e de objetos geográficos, naturais e sociais (SANTOS, 2006), que são articulados para lazer e turismo.

Lazer é necessidade básica, é praticado por todas as classes sociais e não pressupõe consumo. Segundo Coriolano (2008, p.28) “lazer pode e deve ser identificado como uma ação cultural, uma oportunidade para a participação democrática e de desenvolvimento pessoal e social”. Entretanto, quando o lazer é transformado em mercadoria, ou seja, quando sobrepõe seu valor de troca sobre o valor de uso, transforma-se em turismo. O turismo pressupõe consumo; é produto do capitalismo, nasce com viagens de famílias ricas e expedições científicas para, nos dias de hoje, transforma-se no fenômeno da fetichização dos lugares, tal como afirma Coriolano (2008, p.28) “A sociedade de consumo, entendendo a importância do lazer na contemporaneidade, transforma-o em turismo, passando a comercializá-lo nos moldes dessa sociedade”.

Em sentido amplo, lazer está para além da simples reposição da força laboral; é a possibilidade de reflexão e ócio; Introspecção; observação pessoal ao próprio sentimento. Lazer é, ao mesmo tempo, imaginação e extravasamento; é o não trabalho aproveitado como descanso, distração, satisfação e prazer. Contudo, o caráter teoricamente inalienável do lazer é cooptado pelo modo de produção hegemônico em diversos seguimentos, sobretudo, no turismo. Paiva (1995, p.18) explica que “ao ser visto como mercadoria passível de ser comercializado, o turismo transformou-se num produto que passou a exigir todo um instrumental de vendas comum a outros negócios”.

Ao comercializar não o lugar, mas a idealização de um lugar, o turismo passa a vender sonhos que são vistos no cinema, onde tudo é especial e singular. Na visão de Coriolano (2008, p.29) “turismo é uma forma mais

elitizada de lazer, uma modalidade do uso do tempo livre que exige viagens, deslocamentos, uma infraestrutura urbana e de serviços, transportes e hotéis”. Os lugares turísticos, por sua vez, se preparam para atrair cada vez mais visitantes, e as políticas privadas, públicas e alternativas, ora transformam, ora preservam paisagens, criando infraestruturas favoráveis a esta atividade, reorganizando o espaço.

Turismo é lazer de viagem, é uma atividade econômica como qualquer outra, sendo, ao mesmo tempo, agente produtor e reproduzidor do espaço, isso porque sua principal mercadoria é o lugar. Já como agente reestruturador, possui capacidade de atrair divisas e definir rumos sobre políticas de uso e ocupação do solo. O turismo pressupõe pólos emissores e receptores de viajantes. Os pólos receptores produzem espaços turísticos, ou seja, se adequam às necessidades do tipo de visitante que recebe. É também um fenômeno moderno, que surge como atividade econômica e social a partir dos anos de 1980 e passa a ter grande significado para o Ceará.

O momento histórico pelo qual atravessava o Brasil aponta para descentralização política e maior abertura para investimentos estrangeiros. No Nordeste, sobretudo no Ceará, tal mudança de rumos políticos representa mudança de imagem. Passa-se de lugar de secas constantes, pobreza e miséria para lugar ensolarado, de belas praias e mulheres exuberantes, tendência acompanhada por muitos estados nordestinos que pretendem se projetar como destinos turísticos. Aponta Dantas (2002) que:

O discurso fundador da imagem positiva do Nordeste semi-árido vincula-se às transformações ocorridas na segunda metade dos anos 1980. Em função da falência do Estado moderno no Brasil, selado pela reforma constitucional de 1989, o modelo ditatorial e centralizador de governo é substituído por modelo “democrático” e promovedor de uma política de descentralização do poder.

A passagem de lugar de pobreza e miséria para território do turismo representa mudança de postura política dos gestores cearenses. O coronelismo e o poder político centralizado são substituídos por relações de

dependência do Estado para com empresários, isso se dá pelo enfraquecimento estatal frente ao avanço do capital e de mecanismos de dominação oriundos desse sistema. A relação entre Estado e empresas se consolida espacialmente em Fortaleza principalmente na orla marítima. As belas praias da capital cearense servem de atrativo para o empresariado internacional. Hotéis, flats, pousadas, condomínios de luxo, bares e restaurantes alteram a paisagem das praias fortalezenses, redefinem fluxos de pessoas e mercadorias, estabelecendo outros usos e formas diferenciadas de ocupação com relação às tradicionais, para o espaço.

O modo com o qual Fortaleza é produzida segrega e aumenta o “fosso social” entre as classes. O espraiamento da malha urbana altera os contornos da metrópole impondo intensa pressão sobre o solo e sobre os recursos hídricos. Aterra-se lagoas, ocupa-se faixa a praial, admite-se privatizações de espaços públicos, sobretudo aqueles que deveriam ser destinados ao lazer e convivência dos cidadãos. A Figura 27 ilustra o processo de privatização de espaços públicos. Observa-se que a faixa de praia encontra-se inacessível, os espaços de lazer privados avançam sobre a orla, que é cercada e ocupada por piscinas, quadras esportivas e áreas verdes privativas destinadas aos frequentadores do hotel. Há marcante presença de embarcações, atracadas em píer privativo. Somadas as áreas verdes de lazer do hotel à faixa de areia privativa, estaleiro alocado ao lado do hotel que se estende em direção ao Centro Histórico e espaço ocupado pelo edifício, parte significativa da Praia Formosa encontra-se inviabilizada para uso público.



Figura 27 – Orla Oeste. Áreas privadas da Praia Formosa
 Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

Como resultado do processo de crescimento observa-se abruptos impactos sobre o transporte público, que funciona precariamente sem atender a demanda, comprometendo a mobilidade urbana, impactando principalmente sobre a vida de moradores de periferias mais distantes, que perdem qualidade de vida nas longas horas dentro de coletivos caros e desconfortáveis.

O crescimento desigual da capital cearense é evidente. A cidade ganha novas dimensões em função de empreendimentos e investimentos públicos e privados em vários setores. O porto do Pecém, o aeroporto internacional Pinto Martins, METROFOR, outros distritos industriais, reforma de estádios de futebol, festas carnavalescas, desfiles, feiras, artesanato, folclore, teatro, danças e cultos religiosos. Some-se a isso a intensificação na reestruturação de espaços para atender demandas turísticas. Contudo, contraditoriamente, o Estado é incapaz de estabelecer condições infraestruturais mínimas para bairros periféricos, sugerindo abandono por parte do poder público. Realidade observada nos bairros do Moura Brasil, Jacarecanga, Pirambú, Cristo Redentor e Barra do Ceará, espaços delimitados para investigação.

3. ORLA OESTE: ESPAÇO DE RESERVA EM EMERGÊNCIA

As cidades são expressões do modo como as sociedades se relacionam entre si e com os territórios, são espaços com valores de uso e de troca. O convívio de diferentes grupos sociais torna-se tenso, com o predomínio de relações de produção baseadas na dominação e exploração da força de trabalho. Nos centros urbanos prevalece a propriedade privada enquanto produto das modernas formas de apropriação. Assim, para acesso ao uso e ocupação da terra faz-se necessário pagamento, na sociedade de consumo. Esta relação de conflito é mediada pelo mercado e resulta na distribuição desigual de territórios e de grupos sociais. Deste modo, enquanto grupos de maior poder aquisitivo abocanham “espaços de amenidades” (CORRÊA, 1999) onde há mais qualidade, verde, mar, os grupos socialmente excluídos disputam espaços nessa relação de força, ora resistindo e levando vantagens ora perdendo. Nos centros urbanos, destacadamente nas grandes metrópoles, a diferença de classes, fundamentada na acumulação de riquezas, determina o tipo de uso do solo, visivelmente materializado na paisagem urbana. Admite-se o conceito de Corrêa (1999, p.09) quando diz que o fenômeno urbano é:

Fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.

A especulação imobiliária revela a condição do espaço-mercadoria na cidade moderna. Os lugares são negociados tendo em vista lucro e reprodução de excedente, nesse jogo de interesses relega-se a cidadania ao segundo plano. Ao se dispor privativamente parcelas do espaço para a especulação, determina-se a exclusão de grupos sociais. Para Carlos (2003, p. 48):

Os fatores que determinarão a formação do preço vinculam-se principalmente à inserção de determinada parcela no espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, no bairro), o acesso aos lugares ditos privilegiados (escolas, *shoppings*, centros de saúde, de serviços, lazer, áreas verdes, etc.), à infraestrutura (água, luz, esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte), à privacidade; e, secundariamente, os fatores vinculados ao relevo que se refletem nas possibilidades e custos da

construção. Finalmente, um fator importante: o processo de valorização espacial.

Os espaços reservados para expansão de negócios imobiliários, seja por meio da instalação de fixos ou pela simples renda fundiária, são espaços de reserva do capital. Em Fortaleza, o litoral é disputado por diversos atores sociais, seja para moradia, atividades industriais, pesca, especulação imobiliária ou lazer. Nesse jogo de interesses, o estado também atua como coadjuvante da especulação fundiária, visto que ao executar ações sobre espaços da orla marítima valoriza a terra, modificando preços. Contudo, nem sempre o estado realiza seus projetos tais como planejados, muitas vezes a resistência popular torna impeditiva a proposta, como ocorreu com o projeto do estaleiro no Titanzinho e com o Centro de Feira e Eventos, que foi projetada para o Poço da Draga e teve de ser alocado na Av. Washington Soares. Os governos de modo geral procuram soluções mais convenientes e não levam em conta os direitos de habitação, e de qualificação humana que são negligenciados.

Os processos espaciais da metrópole cearense desdobram-se em razão dos conflitos de interesses. Assim, os requisitos locacionais indispensáveis à classe dominante, como espaços das classes sociais desprestigiadas, sobretudo espaços de moradia, são motivadores de conflitos territoriais. Localizações estratégicas, como as que são próximas ao mar ou ao centro comercial, são disputadas intensamente. Quando requisitado pelo Estado, o espaço é desapropriado e reestruturado, em virtude do bem comum, mas o processo ocorre lentamente e depende do poder de pressão das comunidades tradicionais historicamente fixadas.

O espaço urbano fortalezense é muitas vezes organizado com sobreposição de múltiplas funções e de classes sociais, com marcante presença de enclaves de pobreza em espaços estruturados e enclaves de riqueza em áreas deprimidas com deficiência em infraestrutura básica. Na tradicional distinção entre orla oeste e orla leste, tomando-se o centro histórico como referência, verifica-se pauperização na porção oeste da cidade, com negligência de gestões públicas. A divisão leste oeste tende a se dissolver

devido à crescente procura da orla oeste para negócios imobiliários, evidenciando essa área da cidade como espaço de reserva emergente.

A orla oeste, com longo processo histórico de definhamento social, responde aos recentes investimentos públicos e privados. As políticas que demoraram anos a chegar àquela área, subitamente passam a existir de forma marcante, visto o número de edificação que ali se implantam. A cidade que passa a receber infraestrutura sob influência do turismo, com intensificação de negócios imobiliários no lado dos ventos (orla leste), agora passa a receber também, na porção oeste. Investimentos públicos e privados que valorizaram os bairros da Praia de Iracema, Varjota, Meireles e Mucuripe, chegam a porção oeste, reestruturando-a, mesmo sob fortes protestos de comunidades locais resistentes às mudanças. Na visão de Serpa (2007, p.107-108) tal processo de remodelação urbana corresponde à “instrumentalização cultural da cidade contemporânea”, que busca vantagens para disputar o mercado turístico:

No período contemporâneo, o “consumo cultural” parece ser o novo paradigma para o desenvolvimento urbano. As cidades são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais. Nasce a cidade da festa. Essa nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo.

Assim, a orla oeste passa de espaço opaco a espaço de interesse das iniciativas políticas, com implantação de equipamentos públicos, infraestrutura básica, edificação de prédios de condomínios e *shopping centers*. Não há surpresa em se constatar o claro avanço das esferas pública e privada da sociedade sobre o espaço oeste de Fortaleza. Dessa forma, a orla oeste não é apenas uma reserva fundiária em potencial, e sim espaço em pleno processo de transformação, tanto do ponto de vista estrutural quanto social, ou seja, ocorre transformação cultural. O conjunto de mudanças já realizadas e as que

estão em processo são indicativos da mudança qualitativa pela qual passa a orla oeste.

O processo histórico de produção e reprodução da orla marítima de Fortaleza possui dimensão espacial, que se realiza a partir de conflitos de interesses. Tais conflitos se materializam como forma de uso e ocupação de territórios. Assim, desde que o mar passa a ser condição de crescimento econômico para o estado, dando suporte logístico ao escoamento da produção agrícola, destacadamente o algodão, e servindo de elemento de atração para o turismo, quando a maritimidade passa a influenciar os destinos turísticos e estabelecer novos critérios para o lazer local, em segundas residências, a orla marítima passa a ter importância diferente de períodos históricos pretéritos, quando o mar era tido como tenebroso.

A relevância do mar para a economia da capital cearense é evidente, entretanto, alguns elementos intransponíveis, em curto prazo, atrapalham a expansão do raio de influência da orla marítima turistificada: é o caso das comunidades de baixa renda instaladas a partir do êxodo populacional em áreas litorâneas, advindas do interior por questões de sobrevivência.

As comunidades carentes se concentram principalmente na porção oeste da cidade, produzindo favelas horizontais, que seguem a topografia plana e pouco acidentada da metrópole alencarina. Em Fortaleza, o solo urbano passa a ser disputado por diversos segmentos sociais de forma diferenciada, contudo a porção oeste permaneceu, por muitos anos, desprovida de amparo político do Estado. É para onde se desloca o que é desagradável ao convívio social, como cemitério, estação de tratamento de esgoto, Instituto Médico Legal e quartéis militares com longos muros e espaços deprimidos.

Esses atributos negativos que tendiam a repelir investimentos na área são reconsiderados a partir da implantação de shoppings, infraestruturas urbanas reordenadoras desse espaço, com prognósticos de construções de torres de apartamentos, salas de escritórios e lojas e butiques. Também a saturação que limita a capacidade da orla leste continuar absorvendo equipamentos, como os altos valores cobrados pelo uso da terra naquele lado

da orla e o intenso apelo turístico com valorização imobiliária no litoral, tem produzido súbito⁹ efeito de interesse sobre a orla oeste, especialmente dos especuladores.

O crescimento imobiliário, tanto para residência como para uso comercial passa a fazer parte da realidade da orla oeste. Equipamentos como Marina Park Hotel, que dispõe de píer privativo, Mucuripe Clube e, mais recentemente, prédios e *shopping centers*, passam a ser construídos em ritmo incomum, criando paisagem vertical pouco vista ali, como se vê na Figura 28:



Figura 28 – Processo de verticalização do Bairro Jacarecanga

Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

O avanço é seguido por implantação de infraestrutura pública, tais como, longa via urbanizada, com jardinagem e embelezamento do calçadão entre Barra do Ceará e Cristo Redentor conforme Figura 29:

⁹ Fenômeno recente resultante do reordenamento da metrópole no qual, em curto espaço de tempo, áreas pauperizadas passam a receber investimentos.



Figura 29 - Projeto Vila do Mar - Pavimentação. Bairro Cristo Redentor
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2011

Essa intervenção pública implementada pelo Estado, ocorre em continuação ao antigo projeto de urbanização da orla oeste (Projeto Costa Oeste), que, não por acaso, começa a responder às expectativas do que foi programado pelo PRODETUR, para integração da orla marítima, ligando a parte leste à oeste, mesmo lentamente, devido às resistências, questões burocráticas e políticas.

A integração da orla é estratégica política do Estado e investidores imobiliários. A ligação da orla marítima fortalezense com Caucaia a oeste e Sabiaguaba a leste indica a valorização do litoral, o que traria benefícios ao grupo de investidores, ao Estado e à população residente. A integração do litoral leste/oeste ajudaria o fluxo turístico, com a desobstrução de áreas indevidamente ocupadas, evitaria o fluxo restrito a pontos isolados de praia. A resolução do problema estaria na remoção de comunidades. Contudo, a alternativa apresenta-se utópica, mesmo com os esforços do Estado e da iniciativa privada em programar projetos de reestruturação urbana, por não considerar os residentes como prioridade, e voltar-se em especial para a urbanização, lazer e turismo.

A recente procura pela orla oeste, como alternativa de investimento mais barato, altera o valor da terra, ao passo que atrai novos investidores. O esforço

tanto público quanto privado para integração da orla marítima leva a crer que se pretende o prolongamento do subcentro comercial elitizado da orla leste. A principal consequência do espraçamento de equipamentos de luxo sobre comunidades carentes é a supressão dessas comunidades, em detrimento do avanço do capital e a busca da padronização da paisagem litorânea para que se enquadre às expectativas da estética elitista, tipicamente capitalista. Essa estética que expressa riqueza e prosperidade é conveniente ao apelo turístico e aos discursos políticos, quando é deixado de discutir a integração das comunidades à realidade da cidade, que as repele pela pressão via mercado imobiliário. A longa e horizontal orla oeste reestrutura espaços, deixando crer que tal avanço está em franco desenvolvimento, como pode ser observado na Figura 30:



Figura 30 - Conjuntos residenciais no bairro de Jacarecanga – Orla oeste.

Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2012

A construção do Centro Cultural Dragão do Mar na década de 1990, o atual centro cultural da Caixa Econômica Federal, erguido na mesma localidade e o projetado Aquário, megaempreendimento público-privado que seria uma

das principais atrações turísticas da cidade e os vários prédios construídos entre o bairro Moura Brasil e Jacarecanga são indicativos de que da orla oeste passa de espaço de reserva a espaço especulado.

3.1. Urbanização da Orla de Fortaleza: Embates Políticos

A urbanização no estágio moderno está balizada no processo produtivo, na capacidade de concentração populacional e na conectividade ao conjunto de cidades que mantém relações econômicas entre si. O processo de urbanização, baseado no modo de produção capitalista, mantém profundas relações com o campo. Conforme expõe Spósito (2001, p.64):

Os espaços não são apenas urbanos; existe a cidade e o campo. O modo de produção não produz cidade de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com articulação intensa entre estes dois espaços.

Assim, cidade e campo, dentro da mesma lógica produtiva, reúnem condições necessárias ao desenvolvimento capitalista. A cidade moderna mantém papel de comando na divisão social do trabalho, concentra poderes político-administrativos e apresenta diversificação de níveis hierárquicos no interior dos grupos sociais. Dentro da mesma cidade é possível coexistência de territórios com níveis diferentes de desenvolvimento social, econômico, técnico e cultural. A capital cearense, totalmente urbanizada, apresenta ruralidades e, ao mesmo tempo, espaços urbanos requintados. Tal diferenciação, diretamente relacionada à especialização dos lugares, explica o fato de alguns bairros concentrarem mais infraestrutura e equipamentos públicos, espaços para lazer e condições de trabalho que outros.

A urbanização da orla de Fortaleza passa por momento de profunda mudança, isso se dá, especialmente, devido ao efeito de determinações externas. A influência do turismo no processo de urbanização da cidade é fato inquestionável, contudo, ainda não haviam ocorrido transformações tão significativas na orla oeste quanto as que estão em curso. A iniciativa política para tal transformação há muito não passava de planejamento e ações

isoladas descontextualizadas com o processo de urbanização da metrópole. Entretanto, a Copa do Mundo de 2014 produz impactos de grande relevância. A morosidade das ações políticas dá lugar a uma agilidade e compromisso excepcionais, de modo que, até mesmo a obra tida como herança malquista pelas gestões sucessoras, que se arrastava por anos, como o Projeto Costa Oeste, passa a ser implementada com rapidez e eficiência sob novo título: Projeto Vila do Mar.

Na atualidade, a capital não possui capacidade para acomodar todos os visitantes, que se estima vir para os jogos, nem tampouco possui terminal portuário para atracar navios de passeio que possam servir de instalação. O governo federal, por meio dos ministérios do turismo, transportes e secretaria especial de portos, juntamente com esforços de outras esferas públicas e iniciativa privada, planejam ampliar o Porto do Mucuripe, que funciona apenas como terminal de cargas, transformando-o para atender à demanda turística. Assim, a orla de Fortaleza, que já possui expressão turística e recebe grande movimentação de visitantes, passa a ter ainda mais visibilidade. Por esse motivo, é de fundamental importância que o Estado envolva a orla oeste no contexto metropolitano. O poder coercivo da Copa e o receio de não responder às expectativas internacionais, faz com que se torne obrigatória a transformação da orla oeste, mesmo que essa mudança se restrinja apenas à faixa de orla e não atenda à demanda mínima dos bairros.

Fortaleza sediará 06 jogos da Copa do Mundo, entre os quais, pelo menos um será da seleção brasileira. A questão da hospedagem é delicada, pois a construção de mais leitos pode criar excedente que ficará desocupado fora do período de Copa. Isso se dá devido aos índices de visitação na metrópole, em períodos normais de alta estação, não serem compatíveis com o volume de visitantes que chegarão a Fortaleza, tanto do exterior, de outras capitais brasileiras, bem como do interior do estado para assistirem ao evento. Contudo, a capital cearense não pode deixar de criar condições para hospedar visitantes e atletas. Os dados de demanda turística estão na Figura 31:

TABELA DE DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA – PERÍODO DE JANEIRO À MAIO DE 2011			
AGREGADOS	2010	2011	VAR (%)
Demanda Turística via Fortaleza	332.985	370.000	11,1
Nacional	286.562	320.000	11,7
Internacional	313.905	350.000	11,5
Demanda Hoteleira em Fortaleza	151.878	170.000	11,9
Oferta Hoteleira no Ceará (Uhs)	25.787	26.500	2,8
Fortaleza	10.563	10.600	0,4
Aeroporto (Movimentação PAX's)	446.653	530.000	18,7

Figura 31 - Tabela de Fluxo Turístico para Fortaleza-Ce
 Fonte: SETUR/CE

Tal com é possível observar na tabela (Figura 31) a demanda turística via Fortaleza entre os anos de 2010 e 2011, nos períodos de alta estação, sofreu acréscimo de 11,1%, passando a receber cerca de 370.000 turistas nos períodos de janeiro a maio. A demanda hoteleira da capital é de 170.000 unidades habitacionais e leitos em hotéis, que também tem acréscimo de 11,9% para o mesmo período. Fortaleza recebeu um total de 2,4 milhões de visitantes no ano de 2010, com estimativa de acréscimo de 13% para o ano de 2011 (MTUR, 2011). De acordo com dados do Ministério do Turismo, os principais destinos turísticos que receberão recursos de incentivo turístico, tanto nas sedes dos jogos quanto em localidades circunvizinhas, são: Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Aracati, Cascavel, Beberibe, Icapuí, Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Cruz, com destaque ao segmento de Sol e Praia.

Ainda assim, esses números não atendem à procura para o período da Copa. A solução para o problema é criar vagas móveis, ou seja, aproveitar a proximidade com o mar e a ampliação do terminal portuário para hospedar

turistas em navios, assim, haverá condições de hospedagem sem risco de super oferta de equipamentos hoteleiros. Essa experiência funcionou com sucesso na Espanha em 1982, quando brasileiros ficaram acomodados em navios em Cádiz, próximo a Sevilha, para assistirem a jogos da seleção brasileira (SECOM, 2011). Em entrevista, o Ministro¹⁰ da Secretaria de Portos afirma que serão investidos R\$ 149 milhões em reformas portuárias para que os navios possam hospedar os visitantes. Como é possível observar em trecho da entrevista do repórter Evaristo Nogueira, da Rádio *O Povo* /CBN/Fortaleza. (SECOM, 2011):

Feita a pergunta: - Sr. Ministro, dos R\$ 740 milhões que serão investimentos nos portos brasileiros, qual a fatia destinada ao Porto do Mucuripe, aqui, em Fortaleza? A resposta do Ministro foi:

- Olhe, nós vamos investir, em Fortaleza, em torno de R\$ 149 milhões. É uma estrutura que o governo vai disponibilizar, com cais, com o novo terminal, enfim, com aquilo que seja necessário para que esses navios possam servir como hotéis no período da Copa do Mundo.

Fortaleza receberá 718 mil visitantes nos meses de junho e julho de 2014, conforme estimativa do Ministério do Turismo (MTUR, 2011). Esse número de pessoas que virá à capital para os jogos em dois meses é quase o dobro do que Fortaleza recebe em cinco meses de alta estação. Assim, mesmo que os navios e os visitantes fiquem concentrados na orla leste, a orla oeste, que conecta Fortaleza à badalada praia do Cumbuco, na região metropolitana, não poderia permanecer nas precárias condições em que se encontra. A impactante imagem de miséria da orla oeste poderia produzir efeitos negativos para a imagem de paraíso tropical que o Estado constrói há anos.

A produção e reprodução dos espaços intraurbanos cria relações de subordinação. Os locais de residência da classe operária, cada vez mais distantes, são carentes de instalações necessárias às atividades humanas. Essa condição de dependência e sujeição faz eclodir movimentos sociais articulados politicamente por grupos comunitários em defesa de seus direitos. Tal como acontece em Fortaleza, onde o conflitante processo de exclusão e

¹⁰ Ministro José Leônidas Cristino

inclusão social se desdobra desde períodos coloniais e é perpetrado, em outras condições sociais, até os dias atuais. As elites cearenses, que vislumbravam o modo de vida europeu em experiências pretéritas, vivem a multiplicidade cultural e as mazelas das grandes metrópoles, o que inflama ainda mais embates de grupos sociais com interesses diversos, muitas vezes opostos.

A orla marítima de Fortaleza apresenta-se socialmente segregada e espacialmente dividida. É simultaneamente precária em infraestrutura pública no lado oeste e abundante em equipamentos turísticos, de lazer na orla turistificada. A classe social seleciona o tipo de uso do solo, ocupando território determinado na cidade, embora bolsões de pobreza resistam à pressão imobiliária. Enclaves de grupos sociais de alto poder aquisitivo contrastam com a vizinhança empobrecida em bairros que, embora localizados à beira-mar, são economicamente carentes e privados de cidadania em processos que se arrastam. Tal como explica Spósito (2001, p.74):

A nível intraurbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono.

O deslocamento de comunidades de locais, requisitado devido ao reordenamento urbano, gera indignação e revolta. Em recente conflito entre Estado e população, grupos sociais se mobilizam para resistir à pressão de gestores da esfera estadual que realizam as remoções. O principal motivador do conflito é a construção de vias férreas para instalação de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, que deverá dar suporte à demanda de transporte para a Copa do Mundo, o veículo deverá passar em áreas previstas pelo poder público que coincidem com áreas ocupadas por comunidades.

Grupos como o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), Movimento dos Conselhos Populares e Movimento de Lutas nos Bairros (MLB) fazem as manifestações e realizam assembleias para discutir o problema. Na visão de Silva (2001, p.28), as comunidades de baixa renda, que não se

identificam com a porção formal da cidade, mobilizam-se para buscá-la por meio dos movimentos sociais:

Esta Fortaleza negada vai ser buscada, mesmo que parcialmente, mediante intensa mobilização popular. A luta pela democratização dos espaços da cidade inscreve-se num processo constante de ação e reflexão, instituindo novos sujeitos históricos portadores de direitos sociais, aptos a combater as formas dominantes de exclusão econômica e social.

Esse intenso processo de urbanização desigual da cidade é mais claramente percebido a partir de conflitos como o do projeto de instalação do Estaleiro Promar Ceará, que seria alocado no bairro do Serviluz. Este bairro apresenta vida social e cultural pulsantes, é lugar tradicional de surfistas freqüentadores da praia do Titanzinho. O projeto envolveu esferas federal, estadual e municipal do Estado, associações de moradores e grupos empresariais privados, que tinham visões e pretensões diferenciadas para o espaço. Após diversos embates entre as próprias esferas do Estado e destas com as associações de moradores, o estado do Ceará perde o estaleiro para Pernambuco. A não instalação do estaleiro se deve a embates político-partidários com visões diferenciadas de desenvolvimento urbano e social.

Casos como este, de distintos conflitos, são apenas parte da história de luta das classes populares para manter visibilidade, direitos e acesso a seus espaços. A urbanização que traz benefícios e melhoria da qualidade de vida na metrópole não chega a todos. Contudo, as mobilizações populares, articuladas politicamente e conscientes do papel que devem desempenhar em esforço de autopreservação, pressionam e resistem às pressões, daí o constante embate entre grupos sociais, gerador de contradições socioespaciais.

Os conflitos sociais em Fortaleza são constantes e complexos, decorrem desde iniciativas políticas comprometidas com o capital até diferenças ideológicas de grupos sociais com interesses distintos. No período da *Belle Époque*, entre os séculos XIX e XX, a orla oeste passa por momentos dramáticos, sendo alvo de injustas penalizações por parte do Estado. O Pirambu, bairro tradicionalmente ocupado por retirantes das secas, passa a

receber enorme contingente de famílias de baixa renda, ao passo que avançava o processo de embelezamento e de remodelação da cidade. Nesse período, famílias desfavorecidas aglomeram-se nas periferias, momento que demarca mais claramente a polarização da cidade em leste rica e oeste pobre. O modelo higienizador adotado pela administração pública bane a pobreza do Centro e bairros nobres, dividindo a cidade. Já nesse período, infraestrutura pública e serviços essenciais são instalados, embora em vias de formação, mas não para as comunidades do lado oeste. Excluídas das benesses das políticas públicas, os moradores do lado oeste estabeleceram um histórico de lutas, reivindicações e participação política que se mantém até os dias de hoje.

3.2. Do Projeto Costa Oeste ao Projeto Vila do Mar

As intervenções espaciais, com inserção de áreas urbanizadas na cidade, engendram impactos que alteram a qualidade de vida da população. No processo de urbanização, os empreendimentos submetem-se às normas a fim de que sejam cumpridas as legislações ambientais, atentando-se para os direitos dos residentes. Intervenções inadequadas causam impactos socioambientais, daí a importância do conhecimento do ambiente a ser urbanizado, da dinâmica básica e do planejamento, que deve ser realizado com visão multidisciplinar, incluindo a participação popular.

Os elementos básicos para a identificação de possíveis impactos socioambientais feitos em Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA-RIMA, bem como em Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV-RIVI, mitigam os problemas. Tais instrumentos norteiam projetos urbanísticos do estado, que, a partir de zoneamento urbano, estabelece prioridades, facilitando a identificação de pontos críticos, respeitando áreas, que podem receber o mínimo ou nenhuma intervenção, como as chamadas faixas *non aedificandi*. Projetos direcionados à orla seguem especificações do Plano Diretor Participativo, documento técnico, que estabelece normas e critérios para uso e ocupação do espaço urbano. No entanto, a produção espacial intraurbana multifacetada,

revela processos espontâneos fora dos padrões urbanísticos pré-determinados.

Assim, muitas vezes o estado intervém para mitigar impactos, ou para facilitar a situação de empresas imobiliárias oferecendo a infraestrutura necessária, como forma de barganha. Na produção e reprodução do urbano, os espaços são estratégicos, repensados e remodelados, seja pelo estado ou pela iniciativa privada.

É assim que, em Fortaleza, na segunda gestão do governo Tasso Jereissati, entre os anos de 1998 e 2002, o Projeto Costa Oeste é preparado para realizar reestruturação urbana da orla marítima oeste. A intervenção mantém-se em planejamento, por longo período, executando apenas intervenções pontuais, sendo interrompida diversas vezes. O Projeto Costa Oeste, que nasce no “Governo das Mudanças”, é replanejado pela Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR, iniciando as obras no Governo Lúcio Alcântara, governador do Ceará em 2002, com apoio de Tasso Jereissati, mantendo o mesmo modelo político e o Projeto Costa Oeste, projeto para reordenar o espaço litorâneo oeste de Fortaleza, construindo vias para automóveis, calçadão e infraestrutura básica. Seriam implantados projetos sociais e paisagísticos para integração de áreas de risco ao contexto da metrópole, ou seja, bairros populares com grande aglomeração de favelas seriam reestruturados, tendo famílias removidas das zonas de orla.

O Projeto Costa Oeste apresentava um “Programa de Recuperação e Complementação do Sistema Viário Básico da Costa Oeste”. No entanto, teve início bastante conturbado, pois divergências políticas e embates entre esferas governamentais discordantes, bem como resistência e protestos das comunidades, dificultavam sua implantação.

Em consequência dos diversos conflitos, a Prefeitura Municipal, na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins¹¹, resolve não apoiar a realização do projeto, paralisando novamente as obras. Em 2005, após sucessivas

¹¹ Eleita prefeita de Fortaleza em 2004, foi candidata à reeleição nas eleições municipais de 2008. Tendo sido confirmado o registro da candidatura em 5 de outubro de 2008, Luizianne Lins se reelegeu prefeita de Fortaleza.

paralisações, o Ministério Público Federal move Ação Civil Pública contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza devido a irregularidades no licenciamento ambiental da obra.

A pressão popular faz com que o projeto urbanístico seja reformulado e inclua a população atingida. Assim, o projeto é reapresentado sob o título “Projeto de Inclusão Social e Requalificação Urbana/Ambiental”, contemplando a comunidade (FROSCH, 2004, p.135-136). Ambientalistas, políticos e comunidades locais temiam impactos ambientais maiores do que os já existentes na orla oeste, segundo Frosch (2004, p.52):

Na zona litorânea oeste de Fortaleza (área mais densamente povoada), verifica-se a completa erradicação da cobertura vegetal, no Cristo Redentor e Pirambu as dunas foram desmontadas e suas areias utilizadas como aterro dos rios, sendo a área posteriormente ocupada por uma população de baixa renda. As áreas de dunas entre o rio Ceará e o Mucuripe foram ocupadas por edificações de diferentes categorias (estabelecimentos residenciais, comerciais e industriais) e urbanizadas de forma diferenciada com infraestrutura.

Formada por bairros densamente consolidados, ocupada por moradores de baixa renda, trabalhadores assalariados, aposentados, apossados, (ditos invasores) desempregados, ambulantes, catadores de lixo, traficantes e prostitutas que ali encontraram abrigo, a orla oeste mantinha articulações com políticos, líderes religiosos e apresentava níveis razoáveis de organização, sobretudo no bairro do Pirambu, que tem histórico de organização e luta. Na década de 1960, sob a ameaça de expulsão de seus locais de residência, mais de 20 mil pessoas, entre moradores do bairro e apoiadores do movimento, foram às ruas protestar. O ato ficou conhecido por Marcha do Pirambu, passou dois anos sendo organizado por moradores, tendo como figura de destaque Padre Hélio Campos, vigário da paróquia, que liderava militâncias da Juventude Operária Católica e Juventude Estudantil Católica.

A orla oeste vive momento de mudanças, contudo as condições subumanas com as quais os moradores têm de conviver são evidentes e escapam aos projetos urbanísticos. Barracos, dejetos residenciais e grande

quantidade de resíduos sólidos são despejados em frente ao mar, contrastando com a realidade das praias a leste, como visto na Figura 32.



Figura 32 - “Areia Grossa”, Pirambu – Orla oeste.
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2012

A histórica fixação de famílias de trabalhadores, especialmente na orla marítima, apresenta-se como o principal entrave para a execução do Projeto. Contudo, com o aquecimento do setor imobiliário, sobretudo na região litorânea da cidade e o crescimento do setor turístico, bem como o de entretenimento, acabaram por forçar ainda mais o preço do metro quadrado de terra em bairros litorâneos a leste, instigando a retomada do Projeto Costa Oeste que se arrastava por gestões sucessivas. Tanto o aumento do valor fundiário quanto o intenso adensamento de edificações a leste acabam por estimular investidores em direção ao oeste, a ponto de grandes equipamentos hoteleiros e imobiliários ali se instalarem, aumentando a verticalização.

Eventos de expressão internacional, que se realizam em Fortaleza, funcionam como apelo publicitário para promotores imobiliários e investidores do segmento da hotelaria. O estado tem acelerado obras paradas há anos e, assim, o Projeto Costa Oeste é retomado mediante interesses dos governos municipal, estadual, federal, bancos e empresas privadas. Tem em vista conectar Centro Histórico, Pirambu, av. Leste-Oeste e Barra do Ceará ao restante da orla. As obras foram reiniciadas de forma expressiva em 2002, ainda como Projeto Costa-Oeste, e, em 2006, a Prefeitura assume o empreendimento mudando o nome do Projeto para Vila do Mar. Mesmo com o primeiro trecho terminado, o Ministério Público e a Procuradoria passam a pressionar a Prefeitura Municipal, exigindo a conclusão do segundo e terceiro trechos do projeto (*O POVO*, 27/05/2006).

Na segunda gestão da Prefeita Luizianne Lins, (2012) após várias alterações do projeto original e de conflitos sucessivos, a Prefeitura Municipal de Fortaleza via Secretaria de Infraestrutura, Regional I e Habitafor recomeça as obras com as construtoras licitadas Camargo Correia e Marquise. O investimento orçado em R\$ 100.922.989,68 como informa *out door* da Figura 33. Contudo, segundo o site da Prefeitura Municipal de Fortaleza, até o momento, investiu-se mais de 142 milhões de reais.



Figura 33 - Placa de obras, Projeto Vila do Mar – Orla Oeste.

Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2011

Para as primeiras unidades habitacionais, foram construídas 959 residências e muitas famílias já reassentadas são provenientes da Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu, totalizando 1,9 mil reassentamentos e 2,9 mil indenizações, de acordo com informação do site da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Até o fim das obras, a prefeitura estima que cerca de 15 mil famílias serão transferidas, recebendo moradia e infraestrutura básica. Os gestores municipais argumentam que o projeto reassenta famílias de baixa renda residentes em Áreas de Preservação Permanente - APPs e áreas de risco, que se encontram próximas ao mar, no litoral oeste da cidade, como acontece no Planalto das Goiabeiras. A maioria das famílias permanece em bairros próximos, mas as remoções não agradam a todos, especialmente aqueles que residiam em áreas regulares e que foram obrigados a sair devido às regularizações fundiárias feitas pelo estado. Segundo Frosch (2004, p.80):

O conjunto do Planalto das Goiabeiras não se insere nessa lógica porque foi legalmente construído por fins sociais (moradia digna) com a autorização da União, devidamente

desapropriado e fora de qualquer risco que podia vir a prejudicar os imóveis. Portanto, grande parte dos moradores foi retirada de uma moradia digna em ambiente dotado de infraestrutura e paisagem propícia ao lazer, para se transferir para condições piores devido à indenização injusta aceita depois de muita pressão do Poder Público.

O primeiro conjunto habitacional do Projeto Vila do Mar, denominado residencial Padre Hélio Campos, foi construído no bairro Cristo Redentor, reassentando 264 famílias. Outra parte será deslocada para o Conjunto Dom Helder e para o conjunto habitacional popular no Álvaro Weyne, na Av. Francisco Sá, como pode ser visualizado na Figura 34. A prefeitura pretende deslocar as famílias da orla marítima oeste para quatro conjuntos concedidos pelo Estado, sem direito a venda. O Projeto Vila do Mar recebe investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e do Governo do Estado.

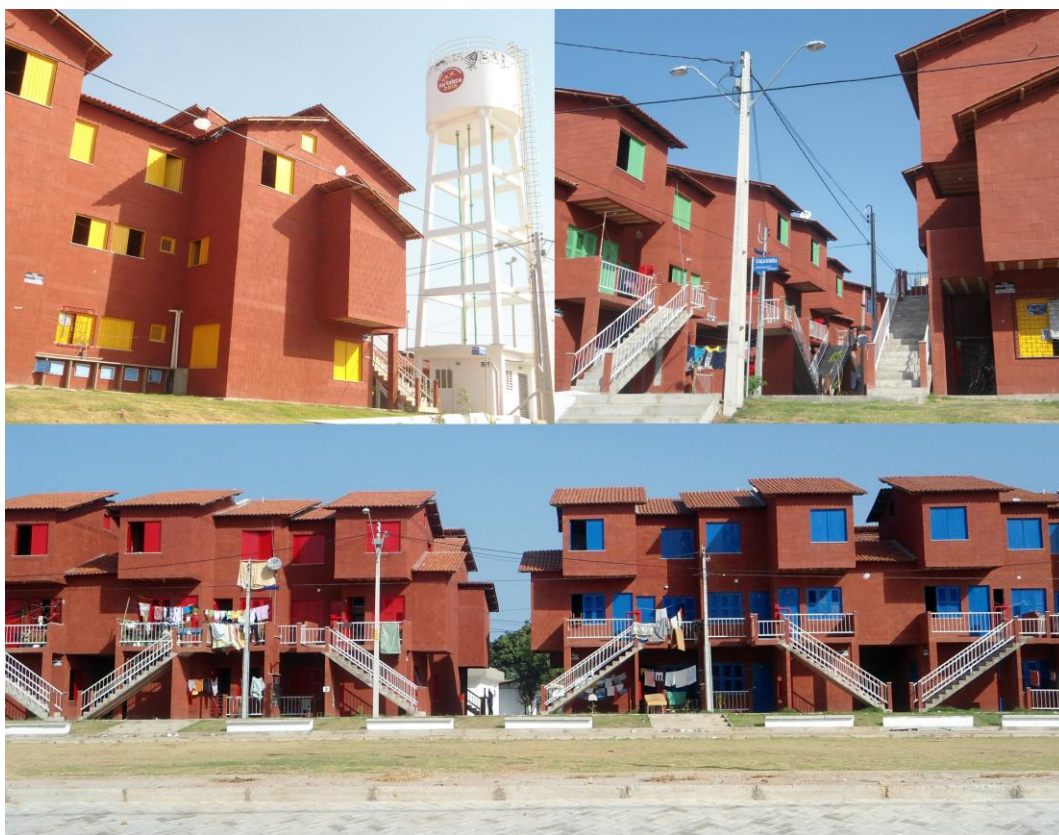


Figura 34 - Unidades Habitacionais, Av. Francisco Sá - Álvaro Weyne.
Fonte: PARENTE, Karlos M. N. 2012

O primeiro trecho do Projeto Vila do Mar possui extensão de 5,5 km, com calçadão, ciclovia, 14 quadras esportivas, 07 praças, 40 barracas de praia padronizadas, construção de um molhe de contenção e reforma de quatro molhes antigos. Segundo a Prefeitura Municipal (PMF, 2010):

Trata-se do trecho entre o pólo de lazer da Barra do Ceará e a avenida Dr. Theberge. Ali, além da avenida, está sendo reformada a Praça Santiago, e será construído um anfiteatro, um memorial e quadras esportivas. Também serão edificados cinquenta quiosques, margeando a avenida, em substituição às atuais barracas de praia, seguindo orientação da Secretaria de Patrimônio da União.

As residências, que estão localizadas no limite do calçadão e da pista de acesso dos carros ou pista de rodagem, permanecerão, como pode ser visto na Figura 35. Essas residências, embora não tenham recebido nova estrutura, nem as ruas alocadas dentro do bairro tenham sido urbanizadas, tiveram suas propriedades valorizadas por benfeitorias urbanas. As residências que estavam na beira da praia, onde está o calçadão, foram demolidas. No lugar das casas removidas abriu-se a avenida litorânea beneficiando o bairro e as casas que tiveram valor imobiliário ampliado. A rua que fica de frente para o mar está pavimentada e com rede de esgoto. O Projeto não previu a melhoria das fachadas das casas, ao longo da via, para melhorar também a paisagem urbana na Costa Oeste. A tendência é de que essa área cada vez mais se valorize, expulsando moradores de menor poder aquisitivo, como tem acontecido em vários litorais turísticos, quer em metrópoles ou vilas.

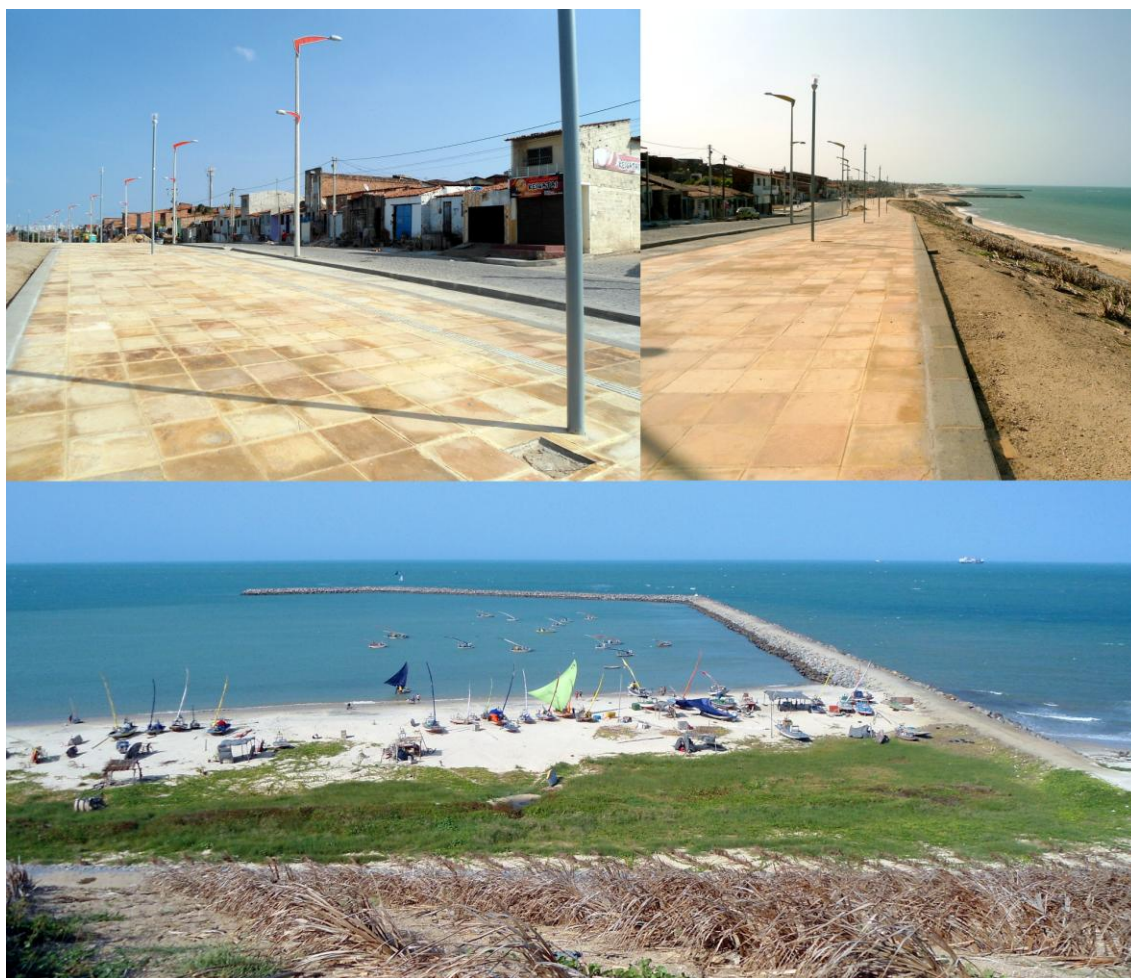


Figura 35 - Projeto Vila do Mar, trecho urbanizado – Orla Oeste.

Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2012

A intenção do Governo é reordenar a orla oeste, requalificar o litoral de Fortaleza e voltar o litoral da Metrópole para lazer e turismo. A construção das unidades habitacionais fez-se necessária para a abertura da via litorânea Orla Oeste. Embora a remoção de famílias residentes à beira-mar para conjuntos habitacionais populares crie polêmica e divida a população, averiguou-se em campo que algumas famílias desejam sair de seus barracos para essas unidades habitacionais, enquanto outras resistem e fazem pressão para não sair. Há também aqueles que, mesmo indenizados e remanejados para essas unidades habitacionais populares, vendem os apartamentos cedidos pelo Projeto e voltam a ocupar barracos nas favelas.

3.3. A Metamorfose da orla Oeste e o Olhar das Comunidades

A paisagem urbana dos bairros populares da orla oeste de Fortaleza, que destoava totalmente da realidade da leste, embora a pobreza também esteja ali presente, tende a se nivelar com os projetos que ali se instalam. Contudo é nessa orla ainda horizontal que estão famílias carentes e trabalhadores da metrópole. O modelo de produção espacial exige cada vez mais cooptação de espaços para consumo e acumulação de capital, quando a orla oeste passa a ser visada. Assim cada vez mais a orla é metamorfoseada, tomando ares de espaço do capital, da habitação moderna, do lazer e turismo.

Constata-se que a orla marítima oeste de Fortaleza bem como os bairros adjacentes, pauperizados e estigmatizados, por anos, passam por sensível alteração espacial. Tais mudanças dão-se por influência de capital imobiliário em consonância com investimentos públicos, que passam a se concentrar nesta parte da cidade, a partir de motivos locacionais, em especial terrenos baratos, que entram no interesse das construtoras para moradia e lazer. Obras de intervenção urbana com resultados concretos, que ficaram escassas por longo período na orla oeste, passam a ser realizadas em ritmo e qualidade nunca antes percebidas.

A visível dificuldade dos sucessivos governos, adiando qualquer mitigação do problema, sugeria desprezo e aparente descrença quanto à integração do “gueto” oeste à realidade da cidade. O aparente banimento da zona oeste da metrópole revela-se como estratégia de cooptação, isso ocorre porque esta parte da cidade foi mantida como espaço de reserva. Tal espaço passa a receber intervenções lentamente, como a instalação da Ponte José Martins Rodrigues no final nos anos de 1990, seguido do Projeto Costa Oeste, que planejava instalar uma via litorânea paralela à Av. Leste-Oeste, margeando a orla marítima e fazendo a ligação da capital à Sabiaguaba no outro extremo da cidade, em direção ao Complexo *Beach Park*. Depois de longos anos de espera, as comunidades densamente estabelecidas e consolidadas entre o bairro Barra do Ceará e Pirambu (renomeado de bairro Nossa Senhora das Graças devido ao estigma do nome), surpreendem-se com a retomada das

obras do Projeto Costa Oeste, denominado pelo governo municipal de Projeto Vila do Mar, removendo famílias para abrir a via litorânea, fornecendo iluminação, ligação de esgoto e demolindo antigos casebres que se amontoavam na praia.

A lei complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009, institui o Plano Diretor Participativo de Fortaleza - PDPFOR. Esse instrumento da política urbana do município, ao ser aprovado e sancionado, orienta ações, tanto públicas quanto privadas, que têm rebatimentos espaciais e sociais na vida na metrópole. O zoneamento urbano da capital estabelece diretrizes para uso e ocupação do solo, delimitando zonas para ações estratégicas. Os bairros a oeste passam a ser considerados pelo PDPFOR: Zona de Orla, Zona de Ocupação Preferencial em níveis prioritários (ZOP 01 e 02) e Zona de Requalificação Urbana, também, em nível prioritário (ZRU 01). O PDPFOR estimula intensos padrões de ocupação, com dinamização de uso e ocupação do solo e ampliação dos níveis de adensamento construtivo para as Zonas de Ocupação Preferencial 01 referentes ao Centro e aos bairros Moura Brasil, Jacarecanga, Carlito Pamplona e parte do Pirambu, Cristo Redentor e Álvaro Weyne. Estabelece também que, nas Zonas de Requalificação Urbana 01, a qual agrega mais de trinta bairros, quase todos a oeste, entre eles Álvaro Weyne, Cristo Redentor e Barra do Ceará, promova-se a regularização urbanística e fundiária dos núcleos habitacionais.

A chamada regularização fundiária da ZOP e ZRU é coerente com o megaprojeto do PRODETUR, ao mesmo tempo em que também se mostra conveniente aos promotores imobiliários e ao Estado. Nesse caso a participação da população é compulsória, uma vez que as remoções das famílias são obrigatórias e irrevogáveis. No PDPFOR a Zona Especial do Projeto Orla (ZEPO) estabelece critérios para regularização fundiária nas áreas da União, por meio de convênio entre Município e Secretaria do Patrimônio da União (SPU), mas na prática observa-se uso e ocupação em discordância com a lei. Do mesmo modo que o acelerado processo de verticalização na orla oeste também aponta para desacordo com a lei estabelecida no mesmo documento para uso e ocupação em Zona de Orla (ZO).

Para uma melhor compreensão do problema, especificamente com relação à orla oeste, faz-se necessário o conhecimento da dinâmica das comunidades que vivem a realidade dos bairros a oeste. Observa-se em visita de campo intensa movimentação comercial nas ruas transversais à Av. Leste-Oeste, como a rua Prof. Theberge e a rua Sen. Robert Kennedy, a partir das quais é possível observar até onde vai o Projeto Vila do Mar. A principal movimentação comercial verifica-se na própria Av. Leste-Oeste, próximo à Barra do Ceará, entretanto, a área não chega a se configurar como subcentro. Atenta-se para o reduzido número de bancos, supermercados de grande porte, comércio mais diversificado e infraestrutura pública. Em percurso por ruas próximas à praia, constata-se que o projeto de requalificação proposto pela prefeitura é pontual, não contempla as demais ruas do bairro, concentrando-se apenas na orla. Assim, ruas, becos e vielas continuam sem saneamento, com dejetos residenciais correndo pelas calçadas e lixo despejado nas ruas e na praia, tal como mostra a Figura 36:



Figura 36 - Trecho não urbanizado, Pirambu – Orla Oeste
Fonte: PARENTE, Karlos Markes N. 2012

No Pirambu, em localidade conhecida por “Areia Grossa”, os restos das demolições de antigos barracos, onde moravam famílias que foram remanejadas para outras partes da cidade, agora se acumulam junto com o lixo recolhido das casas, depositados na praia.

A forte horizontalidade da área em nada lembra a pujança arquitetônica da orla leste, com hotéis de luxo e prédios de alto padrão. Verifica-se que a população carente e de hábitos simples, que passeia a pé, de bicicleta ou a cavalo, na praia, ocupa bares modestos para ouvir música e consumir bebidas nas horas de lazer. Há presença de ruralidades, pois se observaram pequenas lavouras de banana, cheiro-verde e alface nos morros próximos ao mar. As casas sobem os morros de pequenas dimensões, com presença de terrenos baldios e residências desocupadas para aluguel. Parte da orla oeste está sendo pavimentada, na praia aplicam-se em alguns pontos palhas de coqueiro diretamente na areia como mecanismo de contenção de erosão. Efluentes volumosos escoam pela areia da praia, despejados direto no mar. O problema dos esgotos não está resolvido de modo adequado na obra de urbanização das praias da orla oeste, embora se percebam avanços em pontos específicos. Esteticamente, o calçadão contrasta com os resíduos lançados na praia.

Em direção à Av. Leste-Oeste, a má condição da pista é histórica. No bairro Nossa Senhora das Graças, conhecido por Pirambu, o lixo depositado nas ruas dificulta o fluxo de veículos e pedestres. No sentido Barra do Ceará – Centro verifica-se crescente número de empreendimentos imobiliários, incomuns até pouco tempo. Vazios urbanos de grandes dimensões, áreas deprimidas, galpões, favela, clubes, hotéis e condomínios de luxo dividem o espaço, com territorialidades distintas, demarcadas por cercas, grades, portões e segurança particular armada.

Em visita de campo realizaram-se entrevistas para buscar o olhar dos residentes sobre as transformações da costa oeste. O primeiro entrevistado, um aposentado de 72 anos, morador há 30 anos no Pirambu, posiciona-se a favor das remoções de famílias para outros bairros e afirma que está satisfeito com o Projeto. Assim se expressa o morador:

Eu acho que a obra da prefeitura tá uma beleza, muita gente não tinha nem onde morar, e hoje tem, porque receberam o prédio pra morar. Essa obra é pra todos nós, num é só pra uma pessoa, ruim é quando é só pra um. Hoje não tem mais aquele enxame, aquela sujeira, agora tem mais limpeza. Não sei de famílias que saíram daqui pra lugares mais baratos. Têm 30 anos que moro aqui, eu conhecia as casinhas todas aqui em frente, tudo aí na frente era casa, era tudo de 30 mil pra baixo, num tinha uma de 40 ou 50 mil. Também num tinha quem quisesse comprar, porque era beco, agora tá uma beleza.

O segundo entrevistado tem 35 anos, está desempregado e mora no bairro desde que nasceu. Ao ser perguntado sobre as remoções de famílias para outras partes da cidade responde resignado: “O pessoal num queria sair não né, se pudesse morava aqui na beira da praia mesmo. A alegria do pessoal é na favela, todo mundo junto.”

Sobre as localidades para onde seriam transferidas as famílias, o informante indica não conhecer outros conjuntos além do construído no Bairro Álvaro Weyne. Contudo, acredita que as coisas estão melhorando, mesmo tendo que sair de onde moram.

O terceiro entrevistado, de 33 anos, técnico em telefonia, ex-morador do bairro Jacarecanga, residente do Pirambu há 05 anos, ao ser perguntado sobre as perspectivas e situação dos moradores de sua atual comunidade, explica apontando para a orla leste:

Do jeito que tá lá, eles querem fazer aqui. Uma casa que vale 40 mil querem dar 10 mil, jogam o pessoal para qualquer apartamentozinho e depois o que fazem? Constroem prédios com apartamentos que valem 200 mil ou 500 mil. O pessoal tem que ficar esperto, porque hoje é a gente que manda aqui, mas, mais na frente eu num sei não. O pessoal que mora aqui nem pode passar pela Beira Mar, porque se cruzar com um policial dez vezes, dez vezes é revistado. Temos que lutar pelo que é nosso!

A partir das entrevistas, conclui-se que as opiniões divergem acerca do projeto de urbanização da orla oeste. Do grupo que teve as casas demolidas e foi transferido para unidades habitacionais em outros bairros, parte se diz satisfeita com a nova moradia. Outra parte opõe-se ao projeto, argumentando

que as residências que recebeu não possui valor compatível com as antigas moradias e que preferia ficar onde estava, pois tinha laços com o espaço e com a comunidade, que passa a ser desagregada com o projeto. Dentro do mesmo grupo, há os que foram contemplados com as residências e as venderam, mesmo conscientes de que essa prática é ilegal. Verifica-se que os moradores que permaneceram na orla, pois não foram atingidos pelas demolições por estarem recuados com relação ao mar, tiveram suas residências valorizadas. Antes da obra esses moradores estavam a duas ruas da praia, cercados por becos e outras residências, após as obras passaram a morar de frente para a avenida recém-aberta e para o mar. Esses moradores estão a favor do projeto. Aqueles, porém, que moram dentro da comunidade, onde o projeto de urbanização não chega, posicionam-se a favor, mas esperam por mais benefícios.

4. CONCLUSÃO

O produto da investigação é uma construção teórica, fruto de estudos e análises empíricas processadas durante 24 meses de imersão na pesquisa. Estudar o espaço da orla oeste para o lazer e o turismo implica conhecer a metrópole cearense com os embates políticos e as contradições socioespaciais que permeiam usos e ocupações do espaço. Assim como, analisar políticas que se desdobram em tramas repletas de conflitos e jogos de interesses que ao serem desvelados levam a compreensão da ampliação do tema, com necessidade de novos questionamentos e de novas propostas de investigação. O tema é instigante e desafiador, tanto pelas questões políticas, quanto pelas políticas de turismo que se impõem às metrópoles para torná-las mercadorias.

Pode-se concluir que a morosidade excessiva na reforma estrutural da orla oeste, com demora de mais de uma década desde o planejamento até a conclusão do primeiro trecho, não está relacionada à escassez de recursos nem de planejamento, mas a jogos de interesses. A execução das obras do projeto de urbanização que reestrutura a orla oeste depende, sobretudo, de decisão política e essa decisão às vezes precisa ser pressionada. Na conjuntura atual muitas forças contribuem pressionando o reordenamento da Metrópole, em especial a pressão coativa da Copa do Mundo, do crescimento de negócios imobiliários, do turismo com determinações de instâncias federais para que o reordenamento aconteça, denotando que os objetivos vão além dos interesses locais.

Fortaleza, apesar de ser polo turístico há mais de vinte anos, possuir investimentos de rede hoteleira de bandeira internacional, ser referência nacional no segmento do turismo de sol e praia, de negócios e de aventura, não havia mobilizado forças políticas para efetivamente realizar as regularizações fundiárias da orla. Foram esses embates que viabilizaram o reordenamento que, posteriormente, passa a ser questionado por gerar graves consequências socioespaciais, envolvendo famílias de baixa renda da periferia que são desestruturadas de seus ambientes. Tais grupos populares tiveram que ceder espaços para as estruturas modernas revelando que a cidade não é produzida tendo como prioridade os residentes, mas os negócios. Quando há

interesse favorável à reprodução do capital os processos se agilizam, daí porque a orla oeste está sendo reordenada de forma rápida e eficiente ao modelo.

A orla oeste que abrigava operários do polo industrial da Francisco Sá e que era invisível do ponto de vista urbanístico, lugar relegado, abrigava o exercito de reserva passa a ser visado e entra na mira dos empreendedores. A valorização do litoral para lazer e turismo, para as habitações de luxo, para alocação de mega eventos exige cooptação das orlas em todos os países. Assim, a ocupação inicial da orla oeste fica insustentável, porque na contemporaneidade é dado ao litoral outros significados e usos. Em curto espaço de tempo toda a orla de Fortaleza estará unificada, verticalizada, moderna e turistificada.

Os habitantes pressionados a venderem suas propriedades dificilmente se manterão nesse espaço. A concentração de atividades turísticas e da infraestrutura pública na orla leste saturada há anos pressiona a ocupação a oeste, elem da iniciativa e da ganância dos especuladores, e assim a orla oeste é alvo do capital. Sem falar que a beleza cênica também ajuda, não havendo necessidade de construí-la.

Um grande motivo para cooptação acelerada da orla oeste é efeito Copa do Mundo. A recepção de grande volume de turistas de várias nacionalidades, nunca experimentada pela capital em tão expressiva quantidade, motiva as esferas públicas a reformarem as praias a oeste com brevidade, visto que a praia é cartão postal da cidade. Grande parte dos navios ficará atracada na orla, cruzeiros servirão de hospedagem para os visitantes, e isso exige reformulação da orla de Fortaleza, para evitar constrangimentos e manter a reputação de cidade turística.

Assim, Estado, bancos e investidores do setor privado passam a investir pesadamente em infraestrutura na orla oeste, a pobreza é mascarada com reformas urbanas como o Projeto Vila do Mar, que abre a orla, mas deixa as ruas internas sem qualquer modificação. Nos últimos anos, foram executadas obras nunca antes feitas, mesmo diante de demanda e protestos de moradores. Os investimentos públicos bem vindos ao setor imobiliário há muito

tempo necessitava expandir-se para além da Beira Mar, mas não encontrava condições para avançar sobre essa área densamente ocupada com bairros e favelas. Certamente a pressão agora sobre esses moradores será intensa e a tendência será a verticalização da orla oeste.

A contradição da demanda popular por obras públicas e ao mesmo tempo resistência ao Projeto Vila do Mar significa que a política urbana não atende aos interesses das comunidades residentes. Na verdade, essa situação é ambígua porque reafirma a angústia das famílias de baixa renda da orla oeste que sabem de seus prejuízos. A construção de conjuntos habitacionais é bem vinda à população, todavia sair da praia e ser transferido para outro bairro, em casas que consideram de baixo valor gera conflito. Nesse caso, é realmente contraditório a permanência de grupos hegemônicos em áreas equivalentes em outros pontos do litoral. Criar o discurso de que essas favelas, do ponto de vista ambiental e urbanístico, degradam o meio ambiente, portanto são inadequadas, é simples, mas fazer a reurbanização e adequação sem desagregar as famílias é de fato difícil e não interessa ao capital, aos gestores e empreendedores.

A reestruturação da orla oeste também contempla o Polo Piloto do PRODETUR, que investiu em infraestrutura para desenvolvimento do turismo no litoral de Caucaia até Itapipoca. O Estado mantinha-se distante da trabalhosa missão enfrentar a histórica articulação política de comunidades como o Pirambu e, por isso, o lugar manteve-se no ostracismo por longo período. A ligação da Capital à Caucaia, município litorâneo pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza, revela o interesse em expandir o litoral para além do Rio Ceará e criar conexão com os litorais do PRODETUR. A praia de Cumbuco, a oeste, e Beach Park a leste, são referências turísticas e não tardará para que o litoral de Fortaleza os alcance mediante avanço do setor imobiliário com apoio do Estado.

As normatizações urbanas atribuídas ao Estado passam a se flexibilizarem para atender ao modelo competitivo da racionalidade de mercado, redefinindo o modo com o qual o governo intervém na capital. O planejamento passa a ser flexível, adéqua normas e leis, oferece vantagens

aos investidores imobiliários para o avanço sobre a orla oeste. Os incentivos fiscais oferecidos pelo Estado ao setor imobiliário fazem com que a cidade deixe de receber imposto predial ou parte deles em benefício, principalmente, dos grupos empresariais.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. Rio de Janeiro: Ed. Escala, 1999.
- AMORA, Zenilde Baima (org.). **O Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: FUNECE, 1999.
- ANDRADE, José Vicente de. **Lazer: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FREITAS, Geovani Jacó de. *et al.* (orgs.). **Fortaleza em Suas Tramas: olhares sobre a cidade**. Fortaleza: EDUECE, 2008.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Fortaleza, Metrópole Regional: moradia e acumulação**. Fortaleza: EDUECE, 2010.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. **Opulência e Miséria nos Bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil)**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Vol. VII, nº 146. Universidad de Barcelona: 1º de agosto de 2003.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. **O Processo de Metropolização em Fortaleza: uma interpretação pela migração**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 94 (73), 1º de agosto de 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- CABEZA, Manuel Cuenca; MARTINS, José C. de Oliveira (orgs.). **Ócio para Viver no Século XXI**. Fortaleza: As Musas, 2008.
- CAMPOS, Eduardo. **A Memória Imperfeita: idéias, fatos e costumes**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1993.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CASTRO, Iná Elias de. Seca Versus Seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. *in* : Castro, Iná Elias de et al. (orgs.), **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 5ª Ed. 1993.
- CEARÁ. Secretaria de Turismo do Estado. Coordenação de Planejamento e Operação Territorial. Instituto de Planejamento do Ceará. **Projeto de Ordenamento da faixa de praia e paisagismo da Praia do Futuro**. Fortaleza: IPLANCE, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. (org.). **Turismo com Ética**: lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. Fortaleza: UECE, 1998.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do Local ao Global**: o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Turismo, Territórios e Sujeitos nos Discursos e Práticas Políticas**. Tese de Doutorado. Aracaju: UFS/ NPGeo, 2004.
- CORIOLOANO Luzia Neide, MENDES, Eluziane Gonzaga; LIMA, Luiz Cruz; Os Embates da Reestruturação do Espaço Litorâneo Cearense pelo Turismo, in: **MERCATOR** - Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo, in: QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (org.). **Turismo e Ambiente**: Temas emergentes. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2006, p. 11-48.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo: Prática social de apropriação e de dominação de territórios, in: LEMOS, Amália Inés Geraiges de (org.). **América Latina**: cidade, campo e turismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- COSTA. JÚNIOR, Fausto Nilo. Fortaleza 280 anos: **O que Mudou na Cidade**: o caso do Centro. Revista Fale. Ano V, Nº 39, OMNI Editora. Fortaleza, 2006.
- COSTA. JÚNIOR, Fausto Nilo. **Espaços públicos e privados de lazer e turismo na orla oeste de Fortaleza**. Entrevista concedida a PARENTE, Karlos Markes N. Fortaleza, 23 de Junho, 2011.

- COSTA, Rogério Haesbaert. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à Vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza, Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da Imagem Turística de Fortaleza/ Ceará, In: **MERCATOR**: Revista de Geografia da UFC, ano 01, nº 01, 2002.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos Trópicos**: por uma Geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia *et al.* **Turismo e Imobiliário nas Metrôpoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- DE MASI, Domenico. **O Futuro do Trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. José Olympio: Brasília-DF, Ed. da UNB, 2000.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre Público e Privado**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 35, nº 124, p. 33-42, jan./abr. 2005
- FROSCH, Patrizia Imelda. **Do Mar para a Cidade da Cidade para o Mar**: o litoral , o urbano e as políticas públicas. O Projeto Costa Oeste e seus impactos sócio-ambientais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA-UFC. Fortaleza, 2004, 189p.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e Prazer**: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **O Mito das Estratégias de Sobrevivência**. Fortaleza: Ed. UFC, 1982.

- HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Capinas: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/ 2001.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- HARVEY, David. **Fórum Social Mundial**. Belém, Tenda da Reforma Urbana, 29 de Janeiro de 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNUD, 2000.
- IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Secretaria do Planejamento e Coordenação (Seplan), 2005.
- IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal (PBM)**, 2009.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.
- LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Lisboa: Teorema, 1991, 3ª Ed.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- JÚNIOR, Edilson Pereira. **Industrialização e Reestruturação do Espaço Metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte e Pacajus (CE)**. Fortaleza: EDUECE, 2005.
- LÖWY, Michael. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, in: **Revista Actuel Marx, n.18**, Paris, 1995.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Cultura**. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008.

MARTINS, José Clerton de Oliveira; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Ceará Turístico: identidades e identificações entre o sertão e o mar**. Caderno Virtual de Turismo, Vol. 9, N° 1, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MOTA, Vanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus: o Papel das Políticas Públicas**. Manaus: Valer, 2008.

MILANI, Patrícia Helena e SILVA, Edima Aranha. Centralidade Urbana: Um estudo do centro principal de Três Lagoas- MS, In: **Geografia em Atos**, n. 9, v.1. UNESP, Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *et. al.* Turismo e modernização dos santuários cearenses: A lógica mítica do espetáculo, in: **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, nº 01, 2007. Disponível em: www.eca.uso.br/turismocultural.

O POVO, Sábado, 27 de Maio de 2006, Fortaleza-CE.

O POVO, Sábado, 13 de Janeiro de 2007, Fortaleza-CE.

O POVO, Quarta-Feira, 08 de Julho de 2009, Fortaleza-CE.

O POVO, Domingo, 04 de Abril de 2010, Fortaleza-CE. Cobertura Especial: *Litoral Perdido. O que resta do litoral de Fortaleza*. Mariana Toniatti.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. Inquietações sobre o turismo e o urbano na região Nordeste, in: Lima, Luiz Cruz, *Da cidade ao campo*. Fortaleza : UECE, 1998.

PARENTE, Francisco Josênio C. **A Fé e a Razão na Política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Ed. UFC/ Ed.UVA, 2000.

PARENTE, Francisco Josênio C. A Política Nordestina Pós-64: considerações sobre as especificidades cearenses, In: COSTA, Liduina F. A. da Costa, FROTA, Francisco Horácio da Silva (Orgs.). **Nordeste(s), Novos Desafios: Políticas públicas e dinâmicas institucionais**. Fortaleza: EDUECE, 2006.

PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Obras do Vila do Mar estão em ritmo acelerado** - 28/10/2010. Disponível em: www.fortaleza.ce.gov . Acesso em: 22 de junho 2011.

PEQUENO, Renato. Políticas Habitacionais, Favelização e Desigualdades Socioespaciais nas Cidades Brasileiras: transformações e tendências. **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Universidad de Barcelona, 2008.

- PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. Um espaço na cidade: O Arraial Moura Brasil como análise de cotidiano, in: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FREITAS, Geovani Jacó de. (Orgs.) et al. **Fortaleza e Suas Tramas: olhares sobre a cidade**. Fortaleza: EDUECE, 2008, p.47-70.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática, Série Temas, Vol. 29, 1993.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Problemas del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas Desde la Geografía y las Ciencias Sociales. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 28 de maio – 1º de junho de 2007.
- RODRIGUES, José Albertino (org.). **Emile Durkheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981, 2ª Ed.
- RUSSELL, Bertrand. **Elogio ao Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- SANCHES, Fernanda. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó- SC: Argos, 2003.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SERPA, Ângelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SEMAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Inventário Ambiental de Fortaleza: diagnóstico**. Fortaleza, 2003.
- SETUR/CE. Secretaria do Turismo de Estado do Ceará. **Cadastro dos Hotéis Classificados em Fortaleza**, 2003.
- SILVA, Elizete Américo; SOUZA, Maria Salete de. Espaços Públicos e Territorialidades no Centro de Fortaleza, In: SILVA, José Borzacchiello da, et al. **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 171-181.
- SILVA, Debora Alice Machado da. Territórios do Lazer. Panorama e reflexões sobre a animação sócio-cultural, in: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008, p.101.

- SILVA, José Borzacchiello da. et al. (orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- SILVA, José Borzacchiello da. **Nas Trilhas da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará, *In*: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os Incomodados Não se Retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf, 1992.
- VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão Integrada da Zona Costeira: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral**. Fortaleza, Papyrus, 2005.
- VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Parecer Técnico: ocupação das barracas de praia na Praia do Futuro para envio ao Ministério Público Federal**. Fortaleza, 2009.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1963.
- WERNECK, Christianne L.G. (Org.). **Lazer e Mercado**. Campinas: Papyrus, Coleção fazer/lazer, 2001.